

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

RENALLE RUANA PESSOA RAMOS

**OS EFEITOS DA CATEGORIZAÇÃO DE GÊNERO
SOBRE A EMPATIA E O JULGAMENTO MORAL**

JOÃO PESSOA – PB

2019

RENALLE RUANA PESSOA RAMOS

**OS EFEITOS DA CATEGORIZAÇÃO DE GÊNERO
SOBRE A EMPATIA E O JULGAMENTO MORAL**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Psicologia Social como
parte dos requisitos para a obtenção do grau de
Mestre em Psicologia Social pela Universidade
Federal da Paraíba.

ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a CLEONICE PEREIRA DOS SANTOS CAMINO

CO-ORIENTADOR: PROF. DR. CÍCERO ROBERTO PEREIRA

JOÃO PESSOA – PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R175e Ramos, Renalle Ruana Pessoa.

Os Efeitos da Categorização de Gênero sobre a Empatia e o Julgamento Moral / Renalle Ruana Pessoa Ramos. – João Pessoa, 2019.

162 f. : il.

Orientação: Cleonice Pereira dos Santos Camino.

Coorientação: Cícero Roberto Pereira.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

1. Gênero. 2. Categorização Social. 3. Empatia. 4. Julgamento Moral. 5. Desenvolvimento Moral. I. Camino, Cleonice Pereira dos Santos. II. Pereira, Cícero Roberto. III. Título.

UFPB/CCHLA

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Renalle Ruana Pessoa Ramos

Título: Os efeitos da categorização de gênero sobre a empatia e o julgamento moral

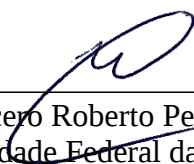
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

Aprovada em: 28 de fevereiro de 2019.

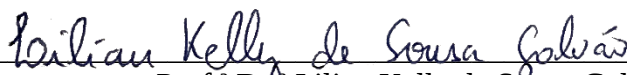
Banca Examinadora:



Prof.ª Dr.ª Cleonice Pereira dos Santos Camino (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dr. Cícero Roberto Pereira (Co-orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof.ª Dr.ª Lilian Kelly de Souza Galvão
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Prof. Dr. Pablo Vicente Mendes de Oliveira Queiroz
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Para três mulheres de inestimável valor na minha vida:

À minha avó, **Isa de Melo Oliveira** (*in memoriam*), por todo o cuidado,
À minha mãe, **Ivani Pessoa de Oliveira**, por toda a dedicação,
À minha orientadora, **Cleonice Pereira dos Santos Camino**, por toda a inspiração.

AGRADECIMENTOS

À vida, na sua atual forma e na sua origem, que contribuiu para que este trabalho se concretizasse apesar de todas as adversidades que surgiram e que, em algum momento, pareceram impossíveis de serem superadas;

À minha orientadora e grande inspiração, Professora Cleonice Pereira dos Santos Camino, por acreditar neste trabalho, pela paciência e por toda a preocupação e dedicação não apenas a esta dissertação, mas a mim enquanto pessoa;

Ao meu co-orientador, Professor Cícero Roberto Pereira, pelas preciosas contribuições ao trabalho, por toda a ajuda, paciência e consideração;

Aos meus estimados colegas do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Sócio-Moral (NPDSM) que contribuíram não apenas com palavras de incentivo, mas também sobremaneira no esforço de coleta deste trabalho;

A Edna Alexandre, colega de turma, colega de núcleo e amiga com quem dividi as alegrias e os sofrimentos desta jornada de mestrado durante muito tempo;

A Rômulo Lustosa, pelo valioso apoio teórico e técnico em um momento crucial de produção deste trabalho;

A todos os Professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, que contribuíram com valiosos ensinamentos;

À minha mãe, Ivani Pessoa, por toda a força, pela persistência, pelo incansável apoio e pelo amor que tem cultivado por mim desde que nasci;

À minha prima, Raissa Pessoa, por todo o carinho, a preciosa ajuda e o apoio incondicional;

À minha tia, Iara Pessoa, por todo o carinho e todo o apoio;

A todos os profissionais de saúde que cuidaram de mim e possibilitaram a conclusão desta jornada, em especial, à fisioterapeuta Aleksandra e às médicas Ana Mangueira e Lúcia Brito;

Aos meus amigos, Sebastião Marliuton e Clara Crispim, por todo o apoio que possibilitou a conclusão deste trabalho;

Ao meu grande Mestre, Fabrício Lisboa, pelos valiosos ensinamentos e por todo o apoio;

À Professora Carmita Eulálio, pelo grande incentivo e apoio à esta jornada;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo apoio financeiro que possibilitou uma maior dedicação à esta dissertação;

Aos participantes desta pesquisa, que destinaram parte de seu tempo para contribuir para este estudo e acreditaram na importância do progresso do conhecimento científico para a construção de uma sociedade melhor;

À banca, na pessoa dos Professores Lilian Galvão e Pablo Queiroz, por seu interesse no presente trabalho e por suas sugestões para o aprimoramento deste;

A todos os profissionais que em razão do seu trabalho permitiram que eu concluísse o meu e que muitas vezes permanecem anônimos para nós;

Por fim, minha mais profunda gratidão a todos que me apoiaram nos momentos mais difíceis desta jornada, por acreditarem e me fazerem acreditar que este momento seria possível. Devo esta superação a vocês!

RESUMO

Ramos, R. R. P. (2018). *Os efeitos da categorização de gênero sobre a empatia e o julgamento moral* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

Estudos envolvendo a Teoria da Identidade Social têm sido eficientes em demonstrar diferenças na resposta a situações sociais variadas associadas a categorização do alvo enquanto membro do endogrupo ou do exogrupo como efeito do que foi denominado de viés do endogrupo. Uma vez que a categorização social é reconhecida enquanto um fenômeno inescapável da vida social, de que maneira ela afeta decisões morais no dia-a-dia, considerando que o julgamento moral parte de uma premissa de justiça? Mediante uma proposta de investigação da moralidade mais próxima da realidade cotidiana, o presente estudo utilizou uma adaptação do clássico dilema de Heinz com o objetivo de analisar os efeitos da categorização de gênero sobre a empatia e o julgamento moral. Para tanto, também foi produzida uma versão do dilema com um protagonista do sexo feminino e as situações foram aplicadas em 183 participantes, 92 mulheres e 91 homens, em um delineamento experimental fatorial 2 (infrator mulher *versus* infrator homem) x 2 (participantes mulher *versus* participante homem) intersujeitos. Os dados de resposta foram coletados em escalas de medida situacionais de empatia e julgamento moral construídas para este fim. Ademais, verificou-se o potencial das variáveis de empatia disposicional, mensurada pelo EMRI, e de desenvolvimento moral, mensurado pelo DIT-1, enquanto moderadores da resposta às situações experimentais. Embora tenham sido relatadas na literatura diferenças na empatia como efeito da pertença grupal do alvo, na direção de uma maior empatia por membros do endogrupo, não foram observadas diferenças na resposta empática aos tratamentos mediante análise apenas dos efeitos da manipulação do sexo do infrator e do sexo do participante. Da mesma forma, também não foram encontradas diferenças no julgamento moral. Contudo, foram observadas diferenças baseadas nas medidas disposicionais, isto é, quando a análise considerou uma classificação binária dos participantes a partir de escores baixos ou altos em termos de empatia e de desenvolvimento moral. Com relação à empatia, os efeitos do tratamento experimental pareceram associados à ativação de estereótipos de gênero, resultando em diferenças de empatia situacional como efeito da empatia disposicional para a condição na qual os homens foram confrontados com um infrator do sexo masculino. Acerca do desenvolvimento moral, foi encontrada uma tendência de derrogação de membros do endogrupo com comportamento desviante (efeito ovelha negra), de modo que uma maior avaliação negativa do infrator membro do endogrupo foi observada apenas no grupo de participantes com baixo desenvolvimento moral. De modo geral, os resultados sugerem que pode haver alguma distinção na experiência moral de homens e mulheres em razão das diferenças entre os sexos em termos de empatia. De todo modo, a ocorrência de viés no julgamento moral não foi observada primariamente associada à empatia, mas como efeito do próprio desenvolvimento moral dos participantes. Mediante tais achados, ressalta-se a importância da inclusão de variáveis de desenvolvimento nas investigações em psicologia social, bem como a contribuição do baixo desenvolvimento moral na perpetuação de determinadas problemáticas sociais.

Palavras-chave: gênero, categorização social, empatia, julgamento moral, desenvolvimento moral

ABSTRACT

Ramos, R. R. P. (2018). *The effects of gender categorization on empathy and moral judgment*. (Master's thesis). Federal University of Paraíba, João Pessoa, PB.

Studies involving Social Identity Theory have been effective in demonstrating differences in response to varied social situations related to the categorization of a target as an ingroup or outgroup member as an effect of what has been termed the ingroup bias. Once social categorization is recognized as an inescapable phenomenon of social life, in what way does it affect moral decisions in everyday life, considering that moral judgment is based on a justice premise? Through a purpose of investigating morality closer to everyday reality, this study used an adaptation of the classic Heinz's dilemma aiming to analyze the effects of gender categorization on empathy and moral judgment. For that, a version of the dilemma with a female protagonist was also produced and the situations were applied in 183 participants, 92 women and 91 men, in an experimental factorial 2 (female offender *versus* male offender) x 2 (female participant *versus* male participant) between-subjects research design. Response data were collected on situational scales of empathy and moral judgment built for this purpose. Additionally, the potential of dispositional empathy, as measured by the IRI, and of moral development, as measured by DIT-1, were verified as moderators of the response to experimental situations. Although differences in empathy have been reported in the literature as a result of target's group membership, in the direction of greater empathy by ingroup members, no differences in the empathic response to treatments have been observed by analyzing only the effects of the offender's sex and participant's sex manipulations. Likewise, no differences were found in moral judgment either. However, differences based on dispositional measures were observed, that is, when the analysis considered a binary classification of participants in low or high scores in terms of empathy and moral development. With regard to empathy, the effects of the experimental treatment appeared to be associated with the activation of gender stereotypes, resulting in differences in situational empathy as the effect of dispositional empathy for the condition in which male participants evaluated a male offender. Regarding moral development, a tendency to derogate ingroup members with a deviant behavior (black sheep effect) was found, so that a greater negative evaluation of the ingroup offender was observed only in the group of participants with low moral development. Overall, the results suggest some possible distinction in moral experience regarding women and men, due to gender differences in empathy. In any case, the occurrence of bias in moral judgment was not observed primarily associated with empathy, but as an effect of the participants' moral development itself. These findings highlight the importance of including developmental variables in social psychology investigations, as well as the contribution of low moral development to the perpetuation of certain social problems.

Keywords: gender, social categorization, empathy, moral judgment, moral development

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1</i>	Descrição dos afetos morais empáticos segundo Hoffman (1987)	46
<i>Tabela 2</i>	Descrição dos Escores do DIT	66
<i>Tabela 3</i>	Descrição dos diferentes aspectos da empatia mensurados pelas subescalas do EMRI	69
<i>Tabela 4</i>	Resultado dos testes KMO e Bartlett para os itens das escalas de empatia e julgamento situacionais nos diferentes instrumentos	82
<i>Tabela 5</i>	Carga fatorial e comunalidade dos itens da escala de empatia pelo infrator para infratores do sexo feminino e masculino	83
<i>Tabela 6</i>	Carga fatorial e comunalidade dos itens da escala de avaliação negativa do infrator para infratores do sexo feminino e masculino	83
<i>Tabela 7</i>	Valores de <i>alpha</i> de Cronbach para as escalas de empatia pelo infrator e avaliação negativa deste de acordo com o sexo do infrator e do participante ..	84
<i>Tabela 8</i>	Valores de <i>alpha</i> de Cronbach para os diferentes componentes da escala de empatia pelo infrator de acordo com o sexo do infrator e do participante	84
<i>Tabela 9</i>	Correlações de Pearson entre a empatia pelo infrator e a avaliação negativa deste considerando as diferentes condições experimentais	85
<i>Tabela 10</i>	Correlação entre os fatores da empatia pelo infrator e a avaliação negativa do infrator considerando as diferentes condições experimentais	86
<i>Tabela 11</i>	Correlações de Pearson entre os componentes cognitivo e afetivo da empatia pelo infrator considerando as diferentes condições experimentais	87
<i>Tabela 12</i>	Valores médios para os diferentes componentes da empatia pelo infrator	90
<i>Tabela 13</i>	Valores médios de avaliação negativa do infrator de acordo com o sexo do infrator e do participante	91
<i>Tabela 14</i>	Valores médios do escore total do EMRI considerando as diferentes condições experimentais	92
<i>Tabela 15</i>	Valores médios do escore do EMRI para os diferentes componentes da empatia dos participantes	93
<i>Tabela 16</i>	Correlação entre o componente cognitivo da empatia disposicional e os diferentes componentes da empatia pelo infrator considerando as diferentes condições experimentais	94
<i>Tabela 17</i>	Correlação entre o componente afetivo da empatia disposicional e os diferentes componentes da empatia pelo infrator considerando as diferentes condições experimentais	94
<i>Tabela 18</i>	Correlação entre a avaliação negativa do infrator e os diferentes componentes da empatia disposicional nas diferentes condições experimentais	95
<i>Tabela 19</i>	Médias de medidas disposicionais de acordo com a classificação binária dos escores	96
<i>Tabela 20</i>	Valores médios do componente cognitivo da empatia pelo infrator de acordo com o nível de empatia cognitiva do participante nas diferentes condições	97
<i>Tabela 21</i>	Valores médios do componente cognitivo da empatia pelo infrator de acordo com o nível de empatia afetiva do participante nas diferentes condições	98
<i>Tabela 22</i>	Valores médios do componente afetivo da empatia pelo infrator de acordo com o nível de empatia cognitiva do participante nas diferentes condições	100
<i>Tabela 23</i>	Valores médios do componente afetivo da empatia pelo infrator de acordo com o nível de empatia afetiva do participante nas diferentes condições	101

<i>Tabela 24</i>	Valores médios de avaliação negativa do infrator de acordo com o nível de empatia cognitiva do participante nas diferentes condições	102
<i>Tabela 25</i>	Valores médios de avaliação negativa do infrator de acordo com o nível de empatia afetiva do participante nas diferentes condições	103
<i>Tabela 26</i>	Valores médios do escore N2 considerando as diferentes condições experimentais	105
<i>Tabela 27</i>	Valores médios do escore do DIT para os esquemas de manutenção das normas e pós-convencional considerando as diferentes condições experimentais	106
<i>Tabela 28</i>	Correlações entre o escore N2 e os diferentes componentes da empatia pelo infrator considerando as diferentes condições experimentais	107
<i>Tabela 29</i>	Correlação entre o esquema de manutenção das normas e os diferentes componentes da empatia pelo infrator nas diferentes condições experimentais	108
<i>Tabela 30</i>	Correlação entre o esquema pós-convencional e os diferentes componentes da empatia pelo infrator nas diferentes condições experimentais	108
<i>Tabela 31</i>	Correlações de Pearson entre o escore N2 e a avaliação negativa do infrator considerando as diferentes condições experimentais	109
<i>Tabela 32</i>	Correlação entre a avaliação negativa do infrator e os esquemas morais considerando as diferentes condições experimentais	110
<i>Tabela 33</i>	Médias de desenvolvimento moral de acordo com a classificação binária dos escores	111
<i>Tabela 34</i>	Valores médios para o componente cognitivo da empatia pelo infrator de acordo com o desenvolvimento moral do participante nas diferentes condições	112
<i>Tabela 35</i>	Valores médios para o componente afetivo da empatia pelo infrator de acordo com o desenvolvimento moral do participante nas diferentes condições	113
<i>Tabela 36</i>	Valores médios de avaliação negativa do infrator de acordo com o desenvolvimento moral do participante nas diferentes condições	114
<i>Tabela 37</i>	Valores médios de avaliação negativa do infrator de acordo com o esquema moral predominante do participante nas diferentes condições	116

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1</i>	Situações experimentais apresentadas com infratores de diferentes sexos	59
<i>Figura 2</i>	Representação gráfica da distribuição dos participantes por faixa etária de acordo com o sexo	71
<i>Figura 3</i>	Representação gráfica da distribuição dos participantes por grau de escolaridade de acordo com o sexo	71
<i>Figura 4</i>	Representação gráfica da média do escore final das escalas dos componentes da empatia pelo infrator nos diferentes grupos	88
<i>Figura 5</i>	Representação gráfica da média do escore final da escala de avaliação negativa do infrator	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO E OBJETIVOS DO ESTUDO	23
1.1 O Processo de Categorização Social	24
1.2 O Julgamento Moral	33
1.3 A Empatia	43
1.4 Objetivos	55
2 CAPÍTULO II: METODOLOGIA	57
2.1 Tipo de Pesquisa	58
2.2 Instrumentos e Procedimentos de Coleta dos Dados	60
<i>Medidas Situacionais de Julgamento Moral e Empatia</i>	<i>60</i>
<i>Medida de Desenvolvimento Moral</i>	<i>62</i>
<i>Medida de Empatia Disposicional</i>	<i>67</i>
<i>Medida de Dados Sociodemográficos</i>	<i>69</i>
<i>Procedimentos</i>	<i>70</i>
2.3 População e Caracterização da Amostra	70
2.4 Processamento e Análise dos Dados	72
3 CAPÍTULO III: RESULTADOS	80
3.1 Análise dos Instrumentos Empregados na Situação Experimental	81
<i>Estrutura Fatorial</i>	<i>81</i>
<i>Correlações entre as Medidas Situacionais</i>	<i>85</i>
3.2 Efeitos do Sexo do Infrator e do Participante nas Medidas Situacionais	87
3.3 O Papel da Empatia na Resposta à Situação Experimental	91
<i>Nível de Empatia dos Participantes</i>	<i>92</i>
<i>Correlações entre Empatia Disposicional e Medidas Situacionais</i>	<i>93</i>
<i>Efeitos da Empatia Disposicional sobre Medidas Situacionais nos Tratamentos</i>	<i>95</i>
3.4 O Papel do Desenvolvimento Moral na Resposta à Situação Experimental	104
<i>Desenvolvimento Moral dos Participantes</i>	<i>104</i>
<i>Correlações entre Desenvolvimento Moral e Medidas Situacionais</i>	<i>107</i>
<i>Efeitos do Desenvolvimento Moral sobre Medidas Situacionais nos Tratamentos</i>	<i>110</i>
4 CAPÍTULO IV: DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
4.1 Discussão	118
4.2 Considerações Finais	140
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICES	153
<i>Instrumento com Infrator do Sexo Feminino</i>	<i>154</i>
<i>Instrumento com Infrator do Sexo Masculino</i>	<i>155</i>
<i>Folha de Instruções e Exemplo do DIT-1</i>	<i>156</i>

<i>DIT – Estória 1: O Prisioneiro Foragido</i>	157
<i>DIT – Estória 2: O Proprietário da Oficina</i>	158
<i>DIT – Estória 3: O Jornalzinho</i>	159
<i>Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal</i>	160
<i>Questionário Sociodemográfico</i>	161

INTRODUÇÃO

Imagine que você está indo para o trabalho em um ônibus e sentada no assento ao seu lado encontra-se uma simpática senhora. Parece um dia como qualquer outro até que, assim como os demais passageiros, você começa a perceber o trânsito bem mais lento que o normal. O barulho de buzinas começa a invadir o ônibus sinalizando a presença na avenida de motoristas aparentemente irritados com a lentidão. Alguns passageiros, inclusive a senhora no assento ao lado, começam a se esticar pelas janelas do ônibus aparentemente buscando alguma informação sobre o que se sucede. Tão logo você escuta comentários de um acidente. Uma moto e um carro haviam colidido e os condutores pareciam estar discutindo de forma acalorada.

Você observa a senhora sentada ao seu lado comentar com um senhor, sentado no assento à sua frente, como motoqueiros são imprudentes e sobre como o trânsito seria mais seguro sem eles. O senhor parece compartilhar da opinião dela e, diante do comentário de ambos, você resolve perguntar a senhora, despreocupadamente, se ela conseguiu ver como o acidente tinha acontecido. A senhora prontamente responde que não, mas argumenta que já está acostumada com motoqueiros porque, quando ela dirigia, costumava ver toda sorte de absurdos que eles cometiam no trânsito e começa a relatar alguns dos episódios de imprudência que ela assistiu.

Não podendo evitar de ouvir a conversa, um rapaz que ocupa o assento vizinho ao senhor à sua frente, resolve se posicionar sobre o assunto em questão e argumenta que sabe que existem motoqueiros irresponsáveis, mas que ele costuma respeitar bastante as leis de trânsito. Ele parecia querer combater a generalização da senhora acerca do comportamento dos motoqueiros no trânsito. Entretanto, ele acrescenta que os condutores de carro cometem piores imprudências e especialmente em relação aos motoqueiros, o que seria bem pior porque os motoqueiros são mais vulneráveis em caso de acidentes. Daí o rapaz resolve exemplificar com um caso que havia acontecido com um de seus primos. Aparentemente havia começado uma discussão sobre quem estraga mais o trânsito, se os condutores de carro ou de moto. Você apenas pensa como o trânsito não está fluindo e como poderá se atrasar bastante em razão disso,

tal qual outros passageiros ou mesmo os motoristas que continuam a buzinar na avenida repleta de carros. Responsabilidade do condutor da moto, do carro ou de ambos, certamente o estrago era maior do que talvez o responsável pudesse prever quanto escolheu cometer a imprudência que resultou no acidente.

Diante de tal episódio hipotético, mas que guarda similaridade com muitos eventos da vida social, é possível questionar: e se a senhora na situação descrita estivesse na posição de aplicar uma punição ao responsável pelo acidente que provocou tantos danos? De que maneira sua crença sobre quem são os motoqueiros e sobre como ela os conhece afetaria sua decisão? Ela aplicaria a mesma punição a qualquer responsável, fosse ele o condutor da moto ou do carro? Será que ela é consciente de seu desafeto por motoqueiros e do quanto isso pode levá-la a ser injusta em sua punição? Embora tais questionamentos tenham sido aplicados apenas à senhora, são questionamentos, com as necessárias adaptações, extensíveis aos demais personagens na situação hipotética descrita.

De modo geral, os questionamentos acima realizados são baseados em uma preocupação com a manutenção da justiça em um domínio especialmente marcado por ela, o domínio moral. Tal preocupação, no âmbito da psicologia social, se reflete, no presente estudo, em questionamento sobre de que maneira certos processos psicológicos inerentes à vida social do homem podem afetar os julgamentos morais cotidianamente? A seguir, com fins introdutórios, tal problemática será situada em uma breve construção teórica considerando os campos da psicologia da moral, para uma melhor compreensão da abordagem ao julgamento moral empregada, e da psicologia social, a fim de precisar no contexto de qual processo o julgamento moral foi investigado.

Segundo Turiel (1983) o domínio moral refere-se aos julgamentos prescritos de justiça, direitos e bem-estar pertencentes à maneira como uma pessoa deve se relacionar com outras. Nesse âmbito, a natureza do julgamento moral e os motivos que levam as pessoas a se

comportarem bem ou mal consistem em questões centrais para psicologia da moral (Doris, 2010). Tal interesse se justifica na medida em que diversas ações humanas são impulsionadas por motivos morais em algum nível. Segundo Prinz e Nichols (2010) ainda que seja possível exibir um comportamento pró-social sem que isto envolva um julgamento de seus benefícios, tipicamente quando as pessoas julgam que algo tem uma significância moral, elas se tornam motivadas a comportar-se de acordo com seu julgamento. Assim, o comportamento moralmente motivado requer um julgamento prévio.

Na psicologia da moral, o julgamento moral tem sido tradicionalmente investigado a partir do paradigma cognitivo do desenvolvimento moral inaugurado por Piaget (Piaget, 1994). Posteriormente, Kohlberg (Kohlberg, 1975) deu continuidade aos estudos do julgamento moral numa vertente piagetiana, o que acabou dando origem, segundo Prinz (2007), à teoria do desenvolvimento moral mais amplamente discutida. Atualmente, o emprego de novas metodologias nas pesquisas, a exemplo da neuroimagem, tem estimulado a emergência de novas abordagens ao julgamento moral, mediante um reconhecimento de que outras variáveis, consideradas negligenciadas pelo paradigma cognitivo, necessitam ser melhor investigadas.

Cushman, Young e Greene (2010) mencionam duas perspectivas que têm desafiado a hegemonia do paradigma cognitivo e sugestivas de que julgamento moral possivelmente envolve múltiplos sistemas: (1) a noção de que o julgamento moral toma a forma de uma intuição, a partir de processos psicológicos rápidos, automáticos e inconscientes; (2) e a noção de que o julgamento moral é primariamente dirigido por respostas afetivas. Em comum, as novas abordagens ao julgamento moral reivindicam uma ênfase maior em processos afetivos, quando não uma ênfase total, e se ancoram na necessidade de compreender melhor como opera o julgamento moral no cotidiano.

Conforme tem sido argumentado nos estudos em cognição social, há uma tendência para a economia de energia no processamento da informação social (Pereira, 2013), uma vez que as

peessoas precisam lidar com uma quantidade incrível de estímulos todos os dias e que a sociedade e a própria vida exigem delas respostas rápidas em termos de tomadas de decisão e comportamentos. Contudo, a ideia de um julgamento moral primariamente orientado por esforço reflexivo parece altamente custoso no dia-a-dia e incoerente com uma demanda de economia de energia, considerando não apenas os estímulos morais com os quais o sujeito possa vir a ser confrontado no seu cotidiano, mas os demais estímulos que também competem por atenção, quer sejam outras formas de estímulos sociais ou mesmo estímulos físicos.

Sendo assim, não é difícil prever que no dia-a-dia haverão demandas de situações morais que poderão atrair maior ou menor atenção das pessoas e que aquelas consideradas menos importantes não irão motivar um esforço ativo de elaboração, podendo assumir uma forma diferente de processamento. Nesse sentido, a perspectiva de um processamento afetivo poderia fornecer uma alternativa mais coerente com um modelo econômico para o julgamento moral. Entretanto, o reconhecimento de um papel maior do afeto parece não ser uma demanda unicamente resultante da necessidade de um modelo mais adequado à moralidade cotidiana, mas também resultante do devido reconhecimento de importantes variáveis para uma melhor compreensão do fenômeno. O estudo de Greene, Sommerville, Nystrom, Darley e Cohen (2001), por exemplo, conseguiu demonstrar, mediante ressonância magnética funcional, que mesmo dilemas morais bastante artificiais, como o famoso problema do trem¹, ativam processos emocionais.

Diante do exposto, ressalta-se a importância de uma maior consideração de processos afetivos nas investigações acerca da moralidade. Apesar de algumas críticas atuais em relação ao paradigma cognitivo, ele trouxe contribuições únicas para o entendimento do

¹ Originalmente denominado “*The Trolley Problem*”, foi concebido pela filósofa britânica Philippa Foot no âmbito de suas discussões sobre ética. É um dilema que coloca o sujeito diante da possibilidade de determinar o caminho que um trem deverá seguir de modo tal que se ele nada fizer o trem seguirá pelo trilho onde está e matará cinco pessoas que se encontram nos trilhos à frente. O sujeito pode, contudo, mover a alavanca e alterar o curso do trem, livrando as cinco pessoas. Entretanto, no novo curso de trilhos, há uma pessoa que será morta caso isso seja feito. O dilema consiste em resolver se a alavanca deve ser ou não movida.

julgamento moral. Desse modo, para fins do presente estudo, a pretensão é a de explorar tanto aspectos cognitivos quanto afetivos envolvidos no processo de julgamento moral. Para atingir tal propósito, a abordagem do paradigma cognitivo foi mantida e houve o acréscimo do processo empático conforme definido por Hoffman (1987). Para este autor, a empatia é uma emoção central na moralidade e fundamental na promoção de comportamentos altruístas, já que permite ao sujeito engajar-se afetivamente na situação do outro.

Nos moldes propostos por Hoffman em seus estudos, é possível afirmar que a empatia é uma emoção largamente presente no cotidiano das pessoas em decorrência de sua vida social e possivelmente inevitável em relação ao domínio moral. Sua ativação requer o reconhecimento de uma vítima em uma dada situação de dano presente ou potencial e, embora ela possa ser decorrente de um esforço intencional, também pode ser resultante de processos mais automáticos e não ser passível, portanto, de um controle consciente das pessoas. Outro de seus aspectos que se revela importante para o presente estudo, considerando o contexto no qual o julgamento moral será investigado, é o fato de que a empatia tem sido reconhecida como susceptível de determinados vieses (Hoffman, 2000), o que poderia, em determinada medida, ferir a premissa de justiça na moralidade. Hoffman (1989) advoga em favor da importância da empatia para o julgamento moral salientando que este envolve questões de justiça e estas, por sua vez, também envolvem, frequentemente, mais de uma vítima em potencial. Assim, a identificação de vítimas seria marcante para um envolvimento da empatia no julgamento moral, todavia a presença de mais de uma vítima colocaria a problemática do viés.

Acerca do contexto no qual o julgamento moral foi situado, partiu-se do entendimento de que uma maior compreensão da realidade moral cotidiana não poderia prescindir da perspectiva de que, no dia-a-dia, grande parte dos julgamentos morais acontece em um contexto de pertença grupal, uma vez que esta é inerente à vida social. Ser membro de um grupo, ou reconhecido enquanto tal, é um aspecto inescapável na relação com os outros, em função de uma tendência

de categorização presente na interpretação das pessoas acerca do meio social. Tajfel e Turner (1979) foram pioneiros em demonstrar a importância da categorização social para o conflito intergrupar e outros estudos têm demonstrado como a identificação de uma pertença grupal pode inclusive afetar a percepção das pessoas sobre o que é justo (Lima-Nunes, Pereira & Correia, 2013). Ademais, diversos estudos têm demonstrado que a empatia também é influenciada pela categorização social (Tarrant, Dazeley & Cottom, 2009). Para o presente estudo, a categorização social foi investigada mediante a categoria de gênero, escolhida especialmente por ser uma categoria prontamente ativada nas interações sociais.

A categorização social, enquanto fenômeno ubíquo na realidade social, evidencia o fato de que geralmente as pessoas não percebem outras em sua singularidade, mas enquanto membros de grupos sobre os quais elas têm algum conhecimento prévio. Isto significa que, na realidade social, as pessoas frequentemente não julgam apenas o indivíduo, mas também os vários grupos dos quais ele seja percebido enquanto membro. E este conhecimento prévio acerca dos grupos é, por vezes, a maior fonte de informação que elas dispõem sobre o indivíduo em questão e, apenas com base nesta, muitas tomadas de decisão podem vir a acontecer. Assim, novamente reforça-se que muitos dos julgamentos morais com os quais as pessoas são confrontadas no dia-a-dia não ocorrem em condições ideais ou mesmo são capazes de disparar cuidadosa elaboração cognitiva. Tendem a entrar em jogo os processos mais automáticos, a fim de facilitar as atividades diárias dos indivíduos.

Partindo de tal premissa, um entendimento da moralidade mais direcionado ao cotidiano precisa considerar que: as pessoas frequentemente não dispõem de informações relevantes o suficiente; as informações obtidas por elas podem não ser inequívocas, como no caso do conhecimento que elas dispõem acerca de vários grupos sociais; ou mesmo elas simplesmente não se encontram habilitadas para compreender em profundidade a demanda com a qual elas são confrontadas. De alguma forma, as pessoas precisam preencher as lacunas a fim de fornecer

uma resposta minimamente funcional e o modo como isso é feito tem consequências diretas sobre a sociedade que se tenciona construir. Brand (2006) ressalta que é de fundamental importância para a psicologia da moral compreender com que frequência, por quais meios e de que maneira as pessoas são influenciadas, distraídas, guiadas e equivocadas em sua tomada de decisão por questões emocionais, influências externas ou mesmo processos automatizados dos quais as pessoas raramente se tornam conscientes.

Segundo Hitlin (2008) apesar da inegável importância da motivação moral no dia-a-dia das pessoas, esta ainda é bastante negligenciada nas ciências sociais. Espera-se, com a presente investigação, contribuir para um melhor entendimento do julgamento moral cotidiano mediante o reconhecimento de processos inerentes a vida social com os quais ele se relaciona no dia-a-dia e que, neste estudo, se encontram representados pela empatia e pela categorização social. Tal interesse parte da premissa de que uma compreensão do julgamento moral que envolva processos afetivos e considere a identidade social dos indivíduos pode cooperar de maneira crucial para o entendimento de importantes aspectos de fenômenos como a desigualdade social, a violência ou o comportamento de ajuda. Com a inclusão de uma análise que envolva processos afetivos no julgamento também espera-se contribuir para uma melhor elucidação das relações entre afeto e cognição no julgamento e mesmo para uma melhor compreensão das relações entre empatia e moralidade em diferentes contextos.

Considerando os dilemas morais com os quais as pessoas são confrontadas diariamente e como a resposta que é dada repercute socialmente, torna-se evidente a necessidade de uma compreensão crescente das diversas variáveis envolvidas nesse processo a fim de viabilizar o planejamento e a execução de ações que efetivamente contribuam para uma redução de determinados comportamentos danosos que persistem e se manifestam de maneira alarmante nas sociedades de hoje. A observação recorrente de comportamentos deste tipo faz questionar

se a moralidade observada no cotidiano tem realmente estado comprometida com a promoção da tão ansiada sociedade mais justa.

Diante do que foi aqui exposto, a escolha das abordagens do julgamento moral e da empatia também consiste em uma tentativa de investigar em que medida os desenvolvimentos moral e empático podem atuar enquanto variáveis moderadoras da resposta quando as pessoas categorizam o alvo como alguém do próprio sexo, isto é, um membro do endogrupo, ou alguém do sexo oposto, isto é, um membro do exogrupo. A teoria de Kohlberg acerca do desenvolvimento moral prevê uma ordenação de estágios sucessivos e existe um nível ótimo a ser atingido, o estágio pós-convencional. Atingir tal estágio, para o autor, era algo a ser estimulado e, sendo assim, ele apresentou diretrizes por meio das quais seria possível obter um maior desenvolvimento moral das pessoas no contexto educacional. Com relação à empatia, a existência de algum nível ótimo para a moralidade é controversa. Há inclusive teóricos (Prinz, 2011; Bloom, 2017) que defendem que sua influência sobre o julgamento moral seria indesejável na medida em que ela apenas contribuiria para enviesá-lo, tendo um papel mediador entre este e a categorização social, por exemplo. Nesse sentido, a investigação de uma possível influência do desenvolvimento empático teve caráter mais exploratório do que a do desenvolvimento moral.

Sendo assim, foi objetivo do presente estudo investigar os efeitos da categorização de gênero sobre a empatia e o julgamento moral. Este trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma revisão teórica do processo de categorização social, do constructo do julgamento moral e da empatia, assim como também apresenta os objetivos do estudo. O segundo capítulo versa sobre a metodologia de coleta de dados e sobre a análise destes, construídas para atender aos objetivos da investigação, e apresenta uma síntese dos dados sociodemográficos da amostra utilizada e também das principais medidas resultantes dos instrumentos empregados. O terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos mediante a

análise dos dados coletados e o quarto capítulo discute os achados do presente estudo, bem como apresenta as considerações finais.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO E OBJETIVOS DO ESTUDO

O capítulo I apresenta os principais arcabouços teóricos sob os quais os fenômenos de interesse serão apreendidos, alguns estudos relevantes envolvendo as variáveis centrais na presente investigação, bem como os objetivos que pretendem ser alcançados mediante a realização deste estudo. Para tanto, o capítulo foi estruturado em quatro seções: a primeira seção aborda o processo de categorização social, a segunda trata do constructo do julgamento moral, a terceira discorre acerca da empatia e a última apresenta os objetivos geral e específicos do estudo.

1.1 O Processo de Categorização Social

McGarty (1999) define a categorização enquanto um processo de conhecer uma coisa considerando outras coisas que a ela são equivalentes, bem como outras coisas das quais ela difere. Para Bruner (1957), a categorização é inerente ao ato de perceber e permite construir, por meio de inferências a partir de determinadas pistas, uma identidade categorial que representa, com variados graus de veracidade preditiva, a natureza do mundo físico no qual o organismo atua.

Sobre a categorização, Bruner (1975) enfatiza que ela é importante por permitir ao organismo ir além das propriedades do evento ou objeto percebido e prever as propriedades de outros objetos que ainda não foram testados. Embora ele esteja tratando da percepção de objetos e eventos, ele poderia igualmente estar se referindo à percepção de pessoas numa dada realidade social ao qual os sujeitos pertencem. Segundo Bodenhausen, Kang e Perry (2012) categorizar as pessoas em grupos é fundamental na cognição humana por permitir organizar e estruturar o

conhecimento sobre o mundo, atendendo a uma função epistêmica, uma vez que permite transformá-lo de complexidade caótica em ordem previsível.

Segundo McGarty (1999), a categorização é um processo amplamente estudado não apenas na psicologia cognitiva e na psicologia social, mas também em outras áreas como a linguística e a filosofia. Na psicologia social, é objeto de interesse especial da cognição social, um campo que emergiu em 1970, como uma resposta à tentativa de hegemonia do paradigma behaviorista na investigação psicológica (Bodenhausen & Lambert, 2003), e que consiste no tema dominante na psicologia social experimental contemporânea (Macrae & Bodenhausen, 2001). Segundo Bodenhausen e Lambert (2003) o objetivo dos estudiosos da cognição social é especificar as estruturas cognitivas e os processos que moldam a compreensão das pessoas acerca das situações sociais e que, conseqüentemente, medeiam suas reações a estas.

Crisp e Hewstone (2007) salientam que categorizar é essencial para o processo de perceber pessoas e sua importância na percepção e comportamento sociais já está bem documentada. Segundo Fiske (1993) as pessoas tentam criar um sentido umas em relação às outras a fim de guiar suas interações e ações. O pensamento categórico pode modelar a percepção de uma pessoa de pelo menos duas formas importantes: primeiro, os percebedores podem usar a estrutura de conhecimento ativada para guiar o processamento de qualquer informação relativa ao alvo que seja encontrada; segundo, os percebedores podem utilizar o conteúdo da estrutura de conhecimento ativada para derivar avaliações ou impressões sobre um alvo, um processo que normalmente resulta em julgamentos baseados em estereótipos (Macrae & Bodenhausen, 2000).

McGarty (1999) identifica que a literatura da cognição social sobre o processo de categorização pode ser organizada a partir de três princípios: (1) a categorização envolve um processamento de estímulos enviesado; (2) a categorização envolve a ativação de constructos previamente armazenados; (3) a categorização é influenciada por preocupações motivacionais

e avaliativas. Uma vez que o princípio da categorização mais utilizado como base para a elaboração do presente estudo foi o princípio da categorização enquanto um processamento de estímulos enviesado, este será o principal foco de abordagem deste tópico.

A perspectiva da categorização enquanto um processamento de estímulos enviesado é baseada na ideia de sobrecarga. Segundo McGarty (1999) a capacidade cognitiva necessária para lidar com as demandas de um ambiente complexo associada à capacidade limitada de processamento dos percebedores produz as condições para uma sobrecarga que seria passível de gerenciamento mediante o processo de categorização. Nesse sentido, o autor ressalta que a categorização seria uma forma de percepção seletiva, ou enviesada, e sobregeneralizada, que inevitavelmente conduz ao erro e a distorção, uma vez que as evidências de individuação, que necessariamente estão em conflito com as generalizações, são ignoradas.

McGarty (1999) aponta que as bases da perspectiva do processamento enviesado na cognição social residem nos trabalhos de psicologia cognitiva de 1960, nos quais havia a metáfora da mente humana enquanto um dispositivo de processamento com uma capacidade fixa ou limitada. Outros antecedentes, segundo ele, incluem os trabalhos de Allport (1954) e Tajfel (1969) sobre o preconceito e os estudos em erro de atribuição, bastante proeminentes na psicologia social nos anos de 1970.

Allport e Tajfel tinham a perspectiva comum do meio social enquanto um produtor de demandas extremas de atenção em função da grande quantidade de pessoas encontradas todos os dias e uma resposta adaptativa à esta situação seria tratar os indivíduos como indistinguíveis de outros membros do mesmo grupo. Seria consideravelmente dispendioso diferenciar cada indivíduo em sua singularidade e as generalizações seletivas seriam, portanto, uma solução para o problema da sobrecarga (McGarty, 1999). Esta forma de pensar a categorização originou o reconhecimento da sua importância para outros processos, especialmente no âmbito do conflito intergrupal, conforme será melhor discutido adiante.

Novos achados no campo da cognição social têm introduzido uma perspectiva diferente para o entendimento da categorização, deslocando a ênfase de uma compreensão desta enquanto um processo que conduz ao erro para a consideração dos objetivos do percebido na interpretação da realidade social. Segundo Fiske (1993) o percebido não é mais pensado como um avaro cognitivo preocupado a preservação de seus escassos recursos materiais, mas é tacitamente motivado e escolhe entre um número possível de estratégias, dependendo de seus atuais objetivos. Como McGarty (1999) ressalta, nesta nova perspectiva, os percebidos ainda utilizam a categorização e outras estratégias para reduzir a carga, todavia, em termos de acurácia, o percebido social é caracterizado como suficientemente bom em lugar de ruim.

Conforme já discutido, identificar alguém como pertencente a uma determinada categoria social permite inferir uma série de questões importantes e relevantes, tal como acontece com a categorização de objetos e eventos (Bodenhausen, Kang & Peery, 2012). Entretanto, conforme os autores ressaltam, categorizar pessoas difere de categorizar objetos em relação a um aspecto crítico: ao categorizar pessoas, o sujeito que categoriza considera sua própria situação em relação à essa categoria, isto é, como membro ou não-membro. Assim, a categorização permite conectar-se com aqueles com quem os sujeitos compartilham suas filiações grupais, porém também tem o potencial de estabelecer linhas divisórias psicologicamente significativas entre o percebido e o alvo. Tal aspecto do processo de categorização é especialmente enfatizado na abordagem da identidade social proposta por Tajfel e Turner (1979).

Como Allport (1954) menciona, as pessoas são parte de grupos sociais antes mesmo de terem consciência do que isso significa. Suas pertenças grupais são automaticamente conferidas quando do seu nascimento ou mesmo por tradição familiar. Em todas as sociedades do mundo, a criança herda a pertença grupal dos pais e, quando crescer, ela poderá escapar de algumas dessas filiações grupais, mas não de todas. Sendo a categorização social parte do processo perceptivo da realidade, parece inevitável que as pessoas não sejam percebidas como parte de

um determinado grupo e, segundo Allport (1954), ao herdarem as filiações grupais do pais, elas também herdam os preconceitos associados ao grupo.

Na segunda metade do século XX, muitos dos estudos na psicologia social sobre as relações intergrupais focavam nos padrões de preconceito individual e discriminação e nas sequências motivacionais de interação interpessoal. Segundo Hornsey (2008) após a Segunda Guerra, os psicólogos sentiram-se compelidos a investigar a psicologia das relações intergrupais para tentar explicar as forças psicológicas que seriam capazes de produzir os horrores observados durante a guerra.

O autor menciona que as primeiras tentativas de explicação recaíram em uma noção de que o preconceito seria a manifestação irracional de alguma força que residia no indivíduo, fosse esta a frustração ou mesmo um conflito mal resolvido com pais autoritários. Tajfel e Turner (1979) salientam que as relações entre o comportamento individual e os processos do contexto social do conflito intergrupal e seus efeitos não eram objeto de interesse. Para Hornsey (2008) tais estudos refletiam uma tendência mais ampla da psicologia social de ver as relações intergrupais como processos intrapsíquicos ou interpessoais de larga escala. De certa forma, o grupo era tratado como um rótulo conveniente para o que acontecia quando processos interpessoais eram agregados.

A exceção à esta tendência, conforme pontuam Tajfel e Turner (1979), foi o trabalho de Sherif e colaboradores, que produziu a teoria do conflito grupal real. A ideia principal dessa teoria residia no entendimento de o conflito intergrupal observado era resultante de um conflito real de interesses entre os grupos. Segundo os autores, a teoria do conflito grupal real apontava uma etiologia para a hostilidade intergrupal e era uma teoria da competitividade entre os grupos de caráter real e instrumental, motivada por recompensas que eram, em princípio, externas à situação intergrupal. Os conflitos de interesse se desenvolviam em conflito social por meio da

competição grupal. Esta perspectiva do conflito intergrupal, como Tajfel e Turner (1979) mencionam, pareceu, inicialmente, parcimoniosa e relativamente convincente.

Nos anos de 1970, Tajfel e colaboradores conduziram uma série de estudos experimentais empregando um método que se tornou conhecido como o paradigma do grupo mínimo. Tais estudos eram assim conhecidos por envolverem a alocação dos participantes em grupos a partir de um critério arbitrário qualquer, como girar uma moeda. Desse modo, os grupos poderiam ser considerados de caráter puramente cognitivo (Tajfel & Turner, 1979). Apesar de serem supostamente selecionados para alocação em um dos grupos disponíveis, os participantes sempre pertenciam a um mesmo grupo experimental.

Após o suposto processo de seleção, a tarefa dos participantes consistia em designar pontos para membros do seu próprio grupo (endogrupo) e para os membros dos demais grupos (exogrupo). Segundo Hornsey (2008) da perspectiva do participante a tarefa solicitada pelos pesquisadores poderia parecer absurda, uma vez que os grupos não tinham qualquer conteúdo, considerando que eram baseados em critérios triviais. Não havia interação entre os membros do grupo e os participantes sequer sabiam na sessão quem eram os participantes do outro grupo. Logo, os grupos não tinham história e nenhum futuro fora do laboratório. Os participantes também não teriam benefícios ou perdas com sua estratégia de alocação de pontos.

Hornsey (2008) argumenta que, em função da falta de sentido da situação, seria esperado que os participantes alocassem os pontos de maneira aleatória ou mesmo se baseassem num critério de igualdade na alocação. Todavia, não foi o observado. Os participantes tenderam a distribuir mais pontos para o seu próprio grupo do que para os membros do exogrupo arbitrário. Ademais, houveram evidências de que os participantes estavam dispostos a distribuir poucos pontos para ambos os grupos se isto permitisse maximizar o favorecimento do seu próprio grupo (Tajfel & Turner, 1979). Segundo Hornsey (2008) mediante as teorias disponíveis na época, era muito complicado explicar tais achados e, inicialmente, Tajfel e colaboradores

argumentaram que os participantes deveriam estar obedecendo a alguma norma comportamental grupal de competição. Todavia, esta explicação logo foi percebida como insuficiente.

Segundo Tajfel e Turner (1979), diferentemente dos achados de Sherif e colaboradores, interesses de grupo incompatíveis nem sempre são suficientes para gerar conflito. As evidências experimentais obtidas demonstraram que nem sempre é necessária uma condição desse tipo para o desenvolvimento de competição e discriminação entre grupos, embora isto não signifique que o viés endogrupal não seja influenciado pela relação de interesses entre os grupos. Por outro lado, seus experimentos permitiram concluir que o viés do endogrupo é um traço característico das relações intergrupais. A mera percepção de pertencer a dois grupos distintos, isto é, a categorização social em si, é suficiente para ativar a discriminação do exogrupo e favorecimento do endogrupo.

A partir de suas investigações, Tajfel e Turner (1979) concluem que o grupo é uma coleção de indivíduos que: (1) percebem a si mesmos como membros de uma mesma categoria social; (2) compartilham algum envolvimento emocional nessa definição comum de si mesmos e (3) alcançam algum grau de consenso social acerca da avaliação de seu próprio grupo e de sua filiação a ele. O comportamento intergrupar, por sua vez, consiste no comportamento exibido por um ou mais atores em relação a outros, ou muitos outros, que seja baseado na identificação de si e dos demais como pertencentes a diferentes categorias sociais. Nesse sentido, segundo Tajfel et al. (1971), não é possível haver um comportamento intergrupar sem que os elementos relevantes do meio social sejam categorizados em termos de qualquer que possa ser o critério social pertinente para linhas que dividem as pessoas em “nós” e “eles”, isto é, endogrupos e exogrupos.

Mediante tais observações, Tajfel e Turner (1979) concebem o processo de categorização social enquanto uma ferramenta cognitiva que segmenta, classifica e ordena o ambiente social

e, desse modo, permite ao indivíduo planejar variadas formas de ação social. Contudo, ela não apenas sistematiza o mundo social, também proporciona um sistema e uma orientação para autorreferência e, desse modo, cria e define o lugar do sujeito na sociedade. Os grupos sociais, se compreendidos dessa maneira, proporcionam a seus membros identificações de si mesmos em termos sociais. Segundo os autores, tais identificações são em grande parte relacionais e comparativas, de modo que elas definem os indivíduos como similares ou diferentes de e como melhores ou piores do que membros de outros grupos. Como resultado de tais achados, os autores elaboraram a teoria da identidade social (TIS).

A TIS estabeleceu as bases para o posterior desenvolvimento da teoria da autocategorização, outro aspecto teórico relevante na abordagem da identidade social. Segundo Hornsey (2008) a teoria da autocategorização desenvolvida mediante a liderança de Turner, após a morte de Tajfel, teve o objetivo de elaborar e refinar o elemento cognitivo e saiu de um foco intergrupal para um foco no processo intragrupal. O autor salienta que, atualmente, a abordagem da identidade social é um dos fundamentos teóricos mais influentes no estudo dos processos grupais e das relações intergrupais em todo o mundo, tendo redefinido como muitos fenômenos de mediação grupal são pensados e estendendo estes para domínios além da psicologia social.

Segundo Tarrant, Dazeley e Cottom (2009) as pesquisas de Tajfel e Turner com a teoria da identidade social e a teoria da autocategorização demonstraram que as maneiras pelas quais as pessoas se autocategorizam e categorizam os demais em termos da pertença a grupos sociais é uma poderosa influência sobre como elas interpretam e respondem ao fenômeno social. Seguindo a rica tradição de pesquisa inaugurada pelos teóricos, estudos vêm demonstrando que diversos fenômenos sofrem influência do processo de categorização social, dentre eles um que merece destaque no presente estudo é a experiência emocional.

Conforme Miron e Branscombe (2008) mencionam, a categorização de outra pessoa como membro de um exogrupo ativará viés do endogrupo e este viés irá estruturar as interpretações dos membros do grupo sobre a experiência daquela pessoa. Desse modo, quando os membros de um grupo são expostos a alguém que experienciou um evento negativo, estes vão requerer maior evidência para confirmar que tal experiência negativa é injusta quando esse alguém pertence a um exogrupo em comparação a quando ele é do endogrupo (Tarrant, Dazeley & Cottom, 2009). Para os autores, embora a empatia seja uma emoção experienciada quando o outro é percebido em situação de necessidade, o viés do endogrupo permite sugerir que a empatia será mais prontamente experimentada em relação a um membro do endogrupo do que em relação a um membro do exogrupo. Desse modo, considerando a importância da empatia no julgamento moral, conforme descrito por Hoffman, pode-se esperar que o processo de categorização produza importantes efeitos sobre este.

Mediante os aspectos discutidos até agora e considerando que, como afirmam Bodenhausen, Kang e Perry (2012), as pessoas podem ser categorizadas a partir de diversas características que nelas são percebidas, como características demográficas, papéis sociais, redes de parentesco, tarefas compartilhadas ou outros tipos de sinais, torna-se crucial estabelecer um tipo de categorização que possa ser significativamente relevante nos dilemas morais cotidianos. Nesse sentido, Fiske (1993) menciona que algumas categorias são consideradas básicas em função do fato de serem prontamente acessíveis à percepção, o que as torna mais conspícuas, são elas: gênero, idade e raça. Desse modo, espera-se que tais categorias tenham um grande potencial para orientar condutas sociais e, conseqüentemente, grande importância no julgamento moral.

O gênero parece uma categoria significativamente promissora em termos de influência sobre o julgamento moral, dado sua significativa presença no cotidiano e o histórico de desigualdade de relações entre os grupos. Ademais, embora alguns estudos estejam sugerindo

que a ativação de certas categorias seja dependente de determinadas variáveis como o nível de preconceito, outros estudos encontraram uma ativação implícita do gênero do independentemente do nível de sexismo do participante (Macrae e Bodenhausen, 2000).

1.2 O Julgamento Moral

O julgamento moral se tornou um elemento fundamental nas investigações em psicologia da moral, consistindo em um objeto de interesse para diversos estudos nas últimas décadas. No entanto, como Jacobs (2002) ressalta, a moralidade tem um caráter eminentemente prático e se refere ao que devemos fazer, isto é, uma ação, e não apenas a um julgamento ou uma avaliação. Sendo assim, o que justifica a centralidade do julgamento moral na psicologia da moral? Para Figurski (2000) moralidade e julgamento são praticamente indissociáveis na medida em que comportar-se de acordo com o que é certo requer um processo cognitivo de tomada de decisão denominado julgamento moral.

Rest (1979) atribui a Piaget a delimitação da área de investigação da psicologia da moral bem como a definição do constructo teórico do julgamento moral. Segundo o autor, antes de Piaget não havia um constructo psicológico denominado julgamento moral e os psicólogos não estavam envolvidos em identificar as estruturas lógicas básicas subjacentes ao julgamento das pessoas ou mesmo em descrever como tais estruturas se desenvolvem. As contribuições de Piaget para o campo estão condensadas em sua obra *Le jugement moral chez l'enfant*², publicada pela primeira vez em 1932.

Em sua obra, Piaget (1994) esclarece em uma advertência introdutória que seu objetivo é investigar o julgamento moral, não o comportamento ou os sentimentos morais, e que os leitores não encontrarão em seus estudos uma análise direta da moral infantil tal como vivenciada na

² Em português o título da obra foi traduzido como “O juízo moral na criança”. Em inglês, “*The moral judgment of the child*”.

escola, família ou grupos infantis. Ele parte da premissa de que toda moral consiste em um sistema de regras e que, portanto, a essência da moralidade deve ser investigada no respeito que o indivíduo adquire por tais regras. Desse modo, em seu trabalho, se torna uma questão central responder como a consciência passa a respeitar as regras.

A partir desse questionamento, Piaget (1994) optou por investigar as regras do jogo de bolas de gude entre meninos e o fez em duas dimensões: a da prática das regras e a da consciência das regras. Ele identificou uma série de mudanças nessas dimensões pelas quais a criança passa ao longo do seu desenvolvimento, descrevendo-as sob a forma de estágios. Piaget reconheceu quatro estágios para a prática das regras e três estágios para a consciência das regras.

A identificação de um padrão nas mudanças levou Piaget (1994) a hipotetizar a existência de dois tipos de respeito nas crianças de 6 a 12 anos, ou dois tipos de moral, uma vez que Piaget identifica a moralidade ao respeito pelas regras: uma moral da heteronomia e uma moral da autonomia. Segundo ele, a moral da heteronomia é a moral da coação ou do dever puro, a criança aceita do adulto um determinado número de regras às quais deve submeter-se, independentemente das circunstâncias. O bem seria o que está de acordo com essas regras, e o mal, o que não está de acordo. A intenção só desempenha um pequeno papel nesta concepção e a responsabilidade é objetiva. A moral da autonomia, que sucede a heteronomia, é uma moral de cooperação, tem por princípio a solidariedade, acentua a autonomia da consciência, a intencionalidade e, por consequência, uma responsabilidade subjetiva.

Como Rest (1979) afirma, embora Piaget tenha realizado este único trabalho isolado em psicologia da moral, suas contribuições foram significativas. Além de definir o campo e o constructo do julgamento moral, ele elenca mais três contribuições que merecem destaque: (1) a introdução de métodos para estudar o julgamento moral dos indivíduos, sendo o mais característico deles a apresentação de um episódio ou estória com o propósito de evocar uma discussão ou explanação da visão do sujeito acerca desta; (2) a identificação de uma série de

traços específicos, tais como justiça imanente, intencionalidade e relativismo de perspectiva, no pensamento moral da criança para fazer inferências sobre a estrutura de pensamento subjacente; (3) o fato dele fornecer dados empíricos para suportar sua teoria. O autor comenta que estes dados empíricos podem não resistir fortemente a alguns critérios de validade adotados atualmente, todavia Piaget desenvolveu um teste empírico significativo para a teoria cognitiva do desenvolvimento: a busca por diferenças relacionadas à idade nos tipos de resposta, e este tem sido o paradigma mais amplamente utilizado nas pesquisas em desenvolvimento cognitivo.

Segundo Duskan e Whelan (1975) Piaget é considerado um pioneiro nos estudos sobre desenvolvimento moral e o segundo nome mais conhecido neste domínio é o de Kohlberg. Segundo Turiel (2006) Kohlberg ampliou os estudos de Piaget e fez um grande esforço para promover a abordagem estruturalista do desenvolvimento moral, influenciando diversos pesquisadores. Killen e Smetana (2006) salientam que o trabalho inovador de Piaget e Kohlberg direcionou o campo do desenvolvimento moral de um foco nas abordagens comportamentais à moralidade para uma consideração de mudanças qualitativas no julgamento moral com a idade.

Kohlberg (1975) defende que o desenvolvimento moral ocorre em estágios, em oposição às abordagens que se referiam ao desenvolvimento moral como resultado da socialização ou da aprendizagem social. Nesse sentido, ele identifica seis estágios morais agrupados em três níveis: pré-convencional (estágios 1 e 2), convencional (estágios 3 e 4) e pós-convencional (estágio 5 e 6). A moral pré-convencional é o nível da maioria das crianças antes dos 9 anos, alguns adolescentes e muitos adolescentes e adultos com comportamento criminoso. O nível convencional é o nível da maioria dos adolescentes e adultos em muitas sociedades. O nível pós-convencional é o nível atingido por uma minoria dos adultos e geralmente só é alcançada após os 20 anos.

Na aceção de Kohlberg, os indivíduos passam por um estágio por vez em uma sequência pré-determinada que vai de um estágio que reflete um menor desenvolvimento até um estágio

que reflete um máximo desenvolvimento. Neste desenvolvimento, ter atingido um determinado nível de desenvolvimento lógico seria um pré-requisito para se atingir estágios mais avançados de desenvolvimento moral. Segundo Kohlberg (1975) apesar de haver um paralelismo entre o estágio do indivíduo em termos lógicos e morais e do desenvolvimento lógico ser uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento moral, ele não seria suficiente.

Segundo Kohlberg (1984) o que é de seu interesse em termos do domínio moral, mesmo que este não se esgote naquele, é o ponto de vista moral, que se refere aos princípios de justiça utilizados para resolver reivindicações conflitantes entre as pessoas. Para ele, é o ponto de vista moral que evidencia os atributos de imparcialidade, universalidade, o esforço e o desejo de se chegar a um consenso com os demais seres humanos acerca do que é o certo. Assim, ele considera os raciocínios de justiça, um aspecto nuclear no domínio moral.

Um julgamento é moral, para Kohlberg (1984) se ele é prescritivo, envolvendo uma obrigação categórica de agir e se ele é universal, isto é, envolve um ponto de vista que qualquer ser humano poderia ou deveria adotar na resposta à um dilema. Ele defende que a moralidade reside numa questão de direitos e obrigações, ou prescrições, cujo núcleo é a justiça ou os princípios de justiça. O autor define situações morais como aquelas que envolvem conflitos de perspectiva, ou de interesse e nas quais os princípios de justiça são conceitos utilizados para resolvê-los.

Para Kohlberg, o raciocínio moral ocupa um lugar central no entendimento do desenvolvimento moral. Ele considera que o estágio moral está relacionado à evolução cognitiva e ao comportamento moral, mas a identificação do estágio moral deve se basear unicamente no raciocínio moral. O desenvolvimento do raciocínio moral, por sua vez, ocorre em função do que ele denomina de perspectiva sociomoral. A perspectiva sociomoral se refere ao ponto de vista que o indivíduo adota ao definir fatos sociais ou valores e deveres sociomorais. Tal perspectiva estaria na base das ideias e preocupações observadas em cada um dos níveis,

sendo o nível pré-convencional assentado em uma perspectiva individual, o nível convencional, na perspectiva de membro da sociedade e o nível pós-convencional refere-se à perspectiva anterior à sociedade (Kohlberg, 1975).

Segundo Turiel (2006) o trabalho de Kohlberg é construído com base em dois conjuntos de ideias. O primeiro conjunto de ideias é o de que o funcionamento moral do homem envolve pensar de uma forma sistemática sobre questões de certo e errado nas relações sociais. Desse modo, central para o funcionamento moral estão as formas pelas quais as pessoas definem questões de certo e errado baseadas em sua compreensão de direitos, justiça, honestidade e do bem-estar das pessoas. O segundo conjunto de ideias é a de a compreensão moral começa a desenvolver-se de forma sistemática na infância e que ocorrem transformações desenvolvimentais em tais formas de pensar da infância a idade adulta.

Os estudos de Piaget e Kohlberg indubitavelmente influenciaram toda uma geração de pesquisas em psicologia da moral e representam uma influência significativa até hoje. Todavia, os achados de estudos mais recentes, resultantes das interfaces da psicologia da moral com outras áreas do conhecimento, especialmente as neurociências, têm contribuído para que outros pesquisadores venham reivindicando uma maior ênfase no papel de um outro sistema no julgamento moral: o das emoções. Para Haidt (2001), a abordagem de Piaget e Kohlberg, descrita como racionalista, negligenciou sobremaneira a influência das emoções no julgamento moral, de modo tal que ele defende uma nova abordagem ao julgamento moral: o intuicionismo social. Essa vertente defende que as intuições morais, incluindo as emoções morais, vêm primeiro e causam diretamente os julgamentos morais (Haidt, 2001).

Ao fazer uma revisão histórica da moralidade no campo de conhecimento da filosofia, Haidt (2001) menciona que quando os psicólogos adentraram o laboratório no final do século 19, eles se libertaram do culto à razão predominante no campo da filosofia. Até antes da revolução cognitiva de 1960, os psicólogos consideravam uma perspectiva da moralidade mais

compatível com uma ênfase nas emoções, a exemplo do behaviorismo e da psicanálise. O trabalho de Kohlberg foi parte importante do processo de revolução cognitiva e, segundo Haidt (2001), sustentou um ataque contra as teorias da emotividade irracional.

Segundo Turiel (2006) durante a primeira metade do século 20, a visão da moralidade tinha subjacente a ideia de uma dualidade entre as inclinações naturais do indivíduo e as relações sociais ou, por extensão, a sociedade, e muitas das investigações psicológicas envolviam experiências com emoções aversivas. Estas eram percebidas como necessárias para promover a mudança desejada nas crianças em direção à sociabilidade, suas inclinações naturais para satisfazer necessidades e desejos deveriam ser moldadas para se ajustarem a valores, normas e padrões sociais. Um claro exemplo desta perspectiva é a visão de Freud do desenvolvimento moral.

Desde o período no qual a ênfase era colocada nas emoções aversivas, segundo Turiel (2006), houve uma série de mudanças nas orientações das investigações sobre as emoções morais. Uma das mudanças ocorreu em direção ao estudo das influências de práticas de educação infantil e a internalização de padrões parentais. Tais estudos conduziram a uma retirada da ênfase no medo e ansiedade resultantes da punição enquanto causas para o aprendizado, uma vez que a punição física se mostrou menos efetiva do que a aprovação ou desaprovação dos pais, que, por sua vez, é menos eficiente do que comunicações dos pais sobre questões morais.

Outra mudança foi em direção a uma maior consideração de emoções não-aversivas, especialmente a simpatia e a empatia. Na abordagem de Hoffman, as emoções decorrentes do processo evolutivo e que surgem cedo no desenvolvimento são combinadas com a internalização de normas sociais e valores. Outro conjunto de mudanças na orientação dos que enfatizam as emoções, ainda segundo Turiel (2006), têm sido a de conectar a moralidade ao processo evolutivo, ao cérebro, à neurologia e a cultura, a exemplo dos trabalhos de Damásio.

Todavia, segundo Haidt (2001), a psicologia da moral foi durante muito tempo dominada pelos modelos racionalistas do julgamento moral, para os quais o conhecimento e o julgamento morais são primariamente alcançados mediante um processo de racionalização e reflexão. Para Haidt (2001), em tais modelos, as chamadas emoções morais poderiam, algumas vezes, até atuar como *inputs* para o processo racional, mas não seriam consideradas causas diretas do julgamento moral.

Atualmente, há evidências de uma variedade de fontes que sugerem que as emoções são centrais para a moralidade (Prinz, 2007). Segundo Huebner, Dwyer e Hauser (2008) dados neurológicos e comportamentais têm sido unificados em favor da alegação de que a emoção é necessária para o julgamento moral, se não for ambas, necessária e suficiente. Embora haja um amplo suporte para sustentar que as emoções apresentam algum papel no pensamento e motivação morais, as evidências atuais são insuficientes para explicar quando e como a emoção apresenta um papel central nos julgamentos morais.

Nesse sentido, Haidt (2001) argumenta que os recentes achados de uma variedade de campos de investigação oferecem minimamente quatro motivos pelos quais duvidar da causalidade do raciocínio no julgamento moral: (1) existem dois processos cognitivos atuando, raciocínio e intuição, e o processo de raciocínio tem sido sobre-enfatizado; (2) o raciocínio é geralmente motivado; (3) o raciocínio constrói explicações *post hoc*, mesmo que experimentemos a ilusão de um raciocínio objetivo; e (4) a ação moral covaria com a emoção moral muito mais do que com o raciocínio moral.

O aspecto central do modelo defendido por Haidt (2001) é que o julgamento moral é causado por rápidas intuições morais e seguido, quando necessário, por um lento raciocínio moral *ex post facto*. A intuição moral, embora seja um tipo de cognição, não seria um tipo de raciocínio, e o aspecto social do modelo intuicionista social consiste na proposta de que os julgamentos morais deveriam ser estudados enquanto um processo interpessoal. No entanto,

para Turiel (2006), Haidt é reducionista não apenas em termos teóricos, mas também metodológicos. Brand (2016), seguindo a mesma linha, argumenta que não é possível reduzir todas as formas de julgamento moral a um modelo tão simplista do comportamento como o que Haidt propõe.

Turiel (2006), a fim de defender a perspectiva de que o pensamento ocupa uma posição central no funcionamento moral do homem, salienta que a pesquisa psicológica sobre o desenvolvimento social e moral de crianças tem rendido uma riqueza de evidências para suportar a ideia de que os seres humanos são existências racionais que refletem sobre bem-estar, justiça e direitos dentro de uma realidade que pode ser adjetivada de moral e envolve uma preocupação com dignidade, valor, liberdade e como as pessoas devem ser tratadas. Outra forte indicação do potencial racional das pessoas, para Turiel (2006), reside no fato de que elas aplicam seus conceitos morais de maneira flexível em contextos ou situações particulares.

Turiel (2006) ainda considera que a defesa acalorada das emoções no julgamento moral por vezes se baseia na ideia equivocada de que explicações estruturais acerca do desenvolvimento moral excluem as emoções por considerar o homem um ser racional. Entretanto, a percepção do homem enquanto uma existência racional, com flexibilidade de pensamento, não significa que as emoções não desempenham um papel, mas significa que a moralidade não é primariamente dirigida pelas emoções e não são elas que guiam a formação de julgamentos sobre o que é certo ou errado. Na perspectiva estruturalista, as emoções são submetidas à reflexão e avaliação crítica.

Por outro lado, Haidt (2001) enfatiza que o modelo do intuicionismo social é um modelo antirracionalista apenas em relação ao fato de defender que o raciocínio moral é raramente uma causa direta do julgamento moral. Para o autor, trata-se de uma reivindicação descritiva de como os julgamentos morais realmente se processam, não algo prescritivo, no sentido de apontar uma direção sobre como tais julgamentos deveriam ser feitos. A defesa deste modelo

no estudo do julgamento moral, segundo ele, ocorre em função do fato de que uma compreensão mais precisa da base intuitiva do julgamento moral, o que pode ser útil para evitar erros em tomadas de decisão e auxiliar educadores a formular programas e ambientes, a fim de melhorar a qualidade do julgamento e do comportamento morais.

Para Cushman, Young e Greene (2010) a controvérsia entre as diferentes abordagens ao julgamento moral pode ser resolvida mediante o reconhecimento de que o julgamento moral é produto da competição entre distintos sistemas psicológicos. Desse modo, os autores propõem um modelo de processo-duplo, no qual o julgamento moral é um produto de processos psicológicos intuitivos e racionais e também de mecanismos afetivos e cognitivos. A proposição de tal modelo advém dos achados de Greene e colaboradores em uma série de estudos no qual eles verificaram uma divergência nas respostas à dilemas que eles perceberam como resultado das características do próprio dilema e, desse modo, dilemas mais pessoais foram identificados como maiores eliciadores de uma resposta caracteristicamente emocional em neuroimagem do que dilemas denominados impessoais (Greene et al., 2001).

Apesar de Cushman, Young e Greene (2010) considerarem que os recentes achados nas neurociências têm contribuído significativamente na direção de um consenso em relação aos processos subjacentes ao julgamento moral, as relações entre cognição e afeto têm historicamente se revelado tão complexas, que, na verdade, tal problemática possivelmente inclui outros aspectos além dos que têm sido considerados nos estudos até o momento. Greene et al. (2001) reconhecem que a classificação dos dilemas em pessoais e impessoais foi útil para uma tentativa inicial de compreender os resultados obtidos no estudo, todavia pode ser considerado provisório no processo de identificar as características psicologicamente relevantes das circunstâncias que envolvem, ou deixam de envolver, as emoções e, em última análise, moldam os julgamentos morais não apenas em dilemas hipotéticos como os empregados no

estudo, mas especialmente nos dilemas mais complexos que as pessoas enfrentam em suas vidas públicas e privadas.

Um aspecto importante a ser salientado no estudo de Greene et al. (2001) é a confirmação da hipótese de que alguns dilemas morais envolvem um processamento emocional maior do que outros e estes dilemas foram identificados como dilemas semelhantes ao problema da ponte³, um dilema modificado do problema do trem⁴ no qual os trilhos que levam à única pessoa fazem um *loop* para conectar-se ao trilho contendo as cinco pessoas. Para salvar as cinco pessoas é necessário usar o corpo de alguém para parar o trem. Os autores acreditam que o fato de empurrar alguém para a morte produz uma saliência emocional maior do que simplesmente mover uma alavanca, como acontece com o problema do trem, e, sendo assim, o dilema da ponte foi reconhecido como mais pessoal do que o dilema do trem.

O presente estudo considera todas as investigações mencionadas na tentativa de melhor compreender os resultados que serão alcançados. Todavia, a perspectiva do julgamento moral subjacente a esta investigação é baseada fundamentalmente nos estudos de Kohlberg sobre o desenvolvimento moral e nas contribuições de Hoffman sobre a empatia, estas últimas serão abordadas em maior profundidade em um tópico específico mais adiante. A adoção de Hoffman revela uma compreensão de que o processo racional do julgamento moral pode, sob determinadas circunstâncias, não ser suficiente para a tomada de posição em relação à uma dada situação moral, levando o sujeito a recorrer a outros processos a fim de solucionar a questão. Um dos fatores considerados nesse estudo de grande potencial nesse sentido é a empatia, uma emoção que, em decorrência de suas características, se espera estar especialmente presente no contexto das interações sociais cotidianas. Segundo Karsten (2016), dentro da literatura em psicologia, é Hoffman quem proporciona uma das contribuições mais significativas sobre a empatia e sua relação com o desenvolvimento moral do homem.

³ *Footbridge dilemma*, no original.

⁴ *Trolley dilemma*, no original.

1.3 A Empatia

Karsten (2016), ao fazer uma revisão histórica da empatia, salienta que, apesar de ter uma origem linguística que remonta aos antigos gregos, o conceito de empatia tem uma herança intelectual recente. Foi apenas a partir da segunda metade do século XX que os psicólogos a tematizaram como um fenômeno e processo psicológico a ser estudado pelo método das ciências empíricas. Atualmente, ela tem sido particularmente estudada enquanto um fenômeno assumido como tendo papel causal na geração de atitudes e comportamentos pró-sociais. Todavia, especialmente em seus primórdios, seu estudo foi dificultado pelas confusões conceituais e multiplicidade de definições. Na psicologia social, este estado de confusão foi resultado do fato de que o conceito de empatia surgiu com e substituiu completamente o conceito multidimensional de simpatia utilizados por psicólogos e filósofos mais antigos.

De modo geral, Karsten (2016) reconhece duas tradições de investigação dos fenômenos relativos à empatia na psicologia: o estudo do que é atualmente denominado de acurácia empática e o estudo da empatia enquanto um fenômeno emocional no encontro do outro. A primeira tradição de investigação está preocupada primariamente em determinar a confiabilidade e acurácia das pessoas em perceber e reconhecer traços de personalidade duradouros, atitudes e valores e estados mentais ocorrentes em outras.

A segunda tradição principiou em meados de 1950 e nesta os psicólogos também têm abordado aspectos da motivação moral que têm sido tópicos de intensa discussão entre os filósofos da moralidade. São interesses de investigação: (1) o desenvolvimento de variadas maneiras para mensurar empatia enquanto um traço disposicional de adultos e crianças e enquanto uma resposta situacional em ocasiões específicas; (2) os fatores dos quais as respostas e disposições empáticas dependem; e (3) a relação entre empatia, comportamento pró-social e

desenvolvimento moral. A presente investigação assenta-se especificamente nesta última tradição e é sobre ela que mais especificamente transcorrerá a discussão que segue.

Na segunda tradição mencionada pelo autor, há pelo menos dois tipos de distinção que são realizados para com o afeto empático. De modo mais amplo, a empatia corresponde ao compartilhamento vicário de um afeto, todavia os teóricos diferem em relação ao significado desta partilha afetiva. Para alguns autores, a partilha afetiva significa que os empatizadores e as pessoas com as quais eles empatizam se encontram em estados afetivos similares. Para outros, como Hoffman, não há necessidade de um compartilhamento de modo tal que o observador e o alvo sintam emoções similares, mesmo que isso seja o que mais frequentemente acontece.

Segundo Hoffman (1987) a empatia não consiste em uma exata correspondência dos sentimentos do outro, ele a define enquanto uma resposta afetiva que é mais adequada à situação do outro do que a própria. Os estudos vêm demonstrando que a empatia é uma resposta humana universal e possui base constitucional, isto é, biológica, todavia é influenciada pela percepção e pela cognição e predispõe o indivíduo para o comportamento altruísta (Hoffman, 1981). Nesse sentido, Hoffman apresenta uma abordagem da empatia que pode ser denominada multidimensional, que pode incluir componentes tanto cognitivos quanto emocionais, o que constitui uma perspectiva mais recente no estudo do fenômeno.

Segundo Davis (2006), as tentativas de compreensão da empatia, que se sucederam ao longo de mais de 200 anos, resultaram em abordagens que ele reconhece como classificáveis em duas categorias mais amplas: uma que considera a empatia enquanto um processo emocional e outra que considera a empatia como um processo cognitivo. A abordagem que concebe a empatia enquanto um fenômeno essencialmente emocional delimita a experiência empática como observadores que passam a compartilhar o estado emocional do alvo ou a experimentar algum estado emocional em resposta àquela do alvo. A abordagem que considera a empatia principalmente um fenômeno cognitivo delimita o traço característico da experiência empática

enquanto observadores que começam a discernir de forma acurada o estado emocional do alvo, mas sem necessariamente apresentar qualquer mudança em seu próprio estado emocional.

Segundo Hoffman (1981) há evidência considerável de que pessoas de qualquer idade respondem empaticamente ao sofrimento de outra, independentemente do modo de ativação. A maioria das crianças entre quatro e oito anos exibe respostas empáticas ao observar outras crianças em situações afetivas e os adultos exibem tipicamente sinais fisiológicos de empatia quando presenciam alguém em uma situação de sofrimento físico ou falhando na execução de uma tarefa. Ademais, uma vez que a diminuição da resposta empática requer estratégias específicas, é plausível a consideração de um elemento involuntário na ativação empática. Foi a partir deste entendimento que Hoffman desenvolveu diversas ideias sobre o desenvolvimento da empatia e sua relação com o julgamento moral (Hoffman, 1987).

Para Hoffman (1987) a empatia é um aspecto crucial para uma teoria compreensiva da moral por pelo menos duas razões: é difícil encontrar situações morais na vida que não envolvam vítimas, uma vez que as ações de uma pessoa têm grande possibilidade de repercutir sobre o bem-estar de outra ou de outras; e os seres humanos possuem uma tendência de reagir empaticamente para com as vítimas, estejam elas presentes ou sejam apenas imaginárias. Em sua teoria, ele reconhece cinco tipos de afetos morais baseados na empatia: a angústia empática, a angústia simpática, a culpa, a raiva empática e a injustiça empática. A Tabela 1 fornece uma breve descrição de tais afetos.

Hoffman (1987) explica a ativação empática a partir do modelo do observador inocente, segundo o qual um observador encontra alguém em situação de dor, perigo ou privação e este encontro pode ativar cinco afetos empáticos cuja mediação ocorre em função do desenvolvimento sociocognitivo e de uma série de inferências causais. O desenvolvimento sociocognitivo permitiria a transformação da angústia empática em angústia simpática e igualmente permitiria o surgimento dos demais tipos de afeto a partir de uma distinção

progressiva eu-outro. A interpretação acerca da causa da situação observada, isto é, do sofrimento do outro, é capaz originar a angústia simpática, a culpa, a raiva empática e a injustiça empática. A angústia simpática emerge sem um processo de atribuição causal elaborado, enquanto que os demais são resultantes de processos mais elaborados, especialmente a injustiça empática.

Tabela 1

Descrição dos afetos morais empáticos segundo Hoffman (1987)

AFETO MORAL EMPÁTICO	DESCRIÇÃO
Angústia empática	Sensação de desconforto e uma angústia que seria uma replicação mais ou menos exata do sentimento de angústia presumido da vítima. Pode transformar-se parcialmente em angústia simpática.
Angústia simpática	Preocupação pela vítima, compaixão acompanhada de um desejo consciente de ajudá-la em razão de sentir-se mal por seu sofrimento.
Culpa	Surge quando o observador não é inocente, mas é ele quem provoca a angústia do alvo. É uma combinação da angústia empática, da angústia simpática e de autoculpabilização.
Raiva empática	Quando há alguém que é identificado como o causador da situação da vítima, parte da atenção pode ser direcionada da vítima para o causador. Nesse caso, pode haver uma alternância entre angústia empática e angústia simpática e raiva, ou a raiva pode se sobrepor às demais.
Injustiça empática	Surge mediante a observação do contraste entre a condição de uma vítima em relação à boa sorte de outros, ou em relação ao caráter e às ações de uma pessoa e as recompensas que esta obtém da vida. O afeto empático, neste caso, é transformado parcialmente em um sentimento que tem elementos em comum com a raiva e a culpa, mas que é diferente de um modo tal que requer uma distinção.

Partindo desta moldura afetiva, Hoffman (1987) se insere entre os que advogam consideravelmente em favor do forte papel da empatia na vida moral do homem, enquanto que autores como Prinz (2011) observam esta influência com grande cautela. Segundo Prinz (2011), por vezes, há uma defesa da empatia enquanto um aspecto necessário para a moralidade, no entanto, há pobre evidência empírica que permita sustentar que a empatia seja necessária para

o julgamento moral, o desenvolvimento moral ou mesmo para a motivação referente às condutas morais, colocando em xeque a participação da empatia no altruísmo.

Prinz (2011) salienta que a empatia pode contribuir para a conformidade e a complacência, levando a um julgamento equivocado. Embora reconheça que a empatia representa uma contribuição para certos aspectos da vida moral, ela discorda do fato de que a empatia possa ser considerada uma emoção moral central, uma vez que há alguns problemas que devem ser levados em consideração em relação à empatia.

As considerações de Prinz (2011) sobre a empatia também podem ser entendidas à luz de sua definição do processo empático que, em determinada medida, é uma definição diferente do que propõe Hoffman, sendo menos inclusiva. Por outro lado, o próprio Hoffman (1987) reconhece que determinadas características da empatia observadas em investigações empíricas podem sinalizar uma limitação na sua contribuição para o julgamento moral, consistindo no que ele denomina de viés empático.

O viés é uma descrição que evidencia uma probabilidade de erro intrínseco, tornando o processo menos confiável pela presença de aspectos que tornam mais provável um determinado resultado em detrimento de outros, neste caso significa que o nosso potencial para empatizar prontamente com as reais vítimas de uma determinada situação pode ser limitado em decorrência de certa tendência que se observa na manifestação da empatia.

Embora seja reconhecido pela literatura o potencial limitado da empatia garantir um julgamento justo ou mesmo o comportamento moral adequado, como Hoffman (1987) postula, a empatia acontece, é parte da vida cotidiana e certamente influencia nesse processo. Mesmo que tenha suas limitações ou não garanta a moralidade perfeita, isto não minimiza sua importância para uma compreensão afetiva do processo de julgamento moral. Apenas caberia às pessoas desenvolver estratégias para minimizar o efeito de suas limitações na direção de um

comportamento promotor da moralidade adequada e, para tanto, ressalta-se a necessidade de melhor compreender as tendências da empatia.

Para Hoffman (1987), dois achados de pesquisa potencialmente constituem os vieses empáticos: a tendência das pessoas para empatizar com vítimas que são familiares ou similares a elas próprias em detrimento de vítimas que são diferentes e as observações que demonstram que as pessoas podem estar mais aptas a serem empaticamente ativadas pelo sofrimento de alguém na situação imediata do que pelo sofrimento que se sabe estar sendo experimentado por outras pessoas em um algum lugar ou por aquele que pode ser experimentado no futuro.

A existência do primeiro viés parece ser mais evidente do que a do segundo, Hoffman (1987) inclusive salienta que embora não haja evidência empírica que suporte um viés do aqui-e-agora, sabe-se que a ativação da empatia por processos involuntários depende de pistas acerca da situação imediata e da pessoa. O primeiro possivelmente parece mais óbvio até para o leigo porque é algo que as pessoas experimentam naturalmente no seu dia a dia em relação à família, aos amigos ou mesmo em relação ao personagem daquele filme com o qual as pessoas sentem uma identificação profunda. Para além de tender a sofrer junto com a família e os amigos ou torcer por um personagem em um filme qualquer, as implicações deste tipo de viés na vida social são mais complexas, interferindo decisivamente em nosso julgamento sobre o sofrimento das pessoas ou sobre elas mesmas.

Segundo Hoffman (1987), para os herdeiros da tradição kohlbergiana nos estudos sobre a moralidade, a solução para este tipo de viés seria relativamente simples, uma vez que há uma suposição em sua construção teórica de que qualquer pessoa pode resolver dilemas aplicando o princípio universal de justiça a uma situação particular e raciocinar sobre a solução. Para o autor, há problemas evidentes nesta construção, uma vez que é pouco provável que os princípios de justiça sejam universais.

Independente disto, ele menciona que há outros princípios para além da justiça e a própria justiça apresenta variantes, levantando um outro tipo de questão que se refere ao que determina quais princípios serão escolhidos ou ativados em um encontro moral particular. Hoffman responde afirmando que poderia ser a socialização em uma cultura ou subgrupo particular a responsável por tal determinação, todavia há a possibilidade de que também sejam as necessidades e predileções no momento, as pistas contextuais ou mesmo o afeto empático que foi ativado. De outro modo, o princípio moral escolhido pode servir apenas como racionalização, não necessariamente consciente, em prol de interesses próprios. Nesse sentido, Miron e Branscombe (2008) ressaltam como a psicologia social tem demonstrado que a justiça não é cega: os estudos revelam que a pertença a grupos sociais afeta importantes aspectos da vida como as decisões de um júri, admissões nas escolas ou mesmo os processos de contratação de pessoas para um trabalho.

Hoffman (1987) se une a outros autores, conforme aqui exposto na seção sobre julgamento moral, que consideram o trabalho de Kohlberg excessivamente cognitivo e ignorando o afeto. Nesse sentido, Hoffman situa seus estudos entre os que contribuem com uma vertente mais recente nas investigações em moralidade, uma vez que buscam uma apreensão do fenômeno mais relacionada ao afeto. Todavia, tal como outros autores que seguem a mesma linha crítica ao trabalho de Kohlberg, a consideração deste enquanto “excessivamente cognitivo” ainda não parece totalmente esclarecida.

Críticas à ausência do afeto na teoria kohlberguiana acerca do desenvolvimento moral já eram tecidas desde quando Kohlberg ainda produzia trabalhos sobre a sua teoria, tanto é que o autor se ocupou de esclarecer algumas questões em relação à sua compreensão do afeto no processo do julgamento moral. A fim de clarificar seu pensamento, Kohlberg (1984) argumenta que ele não defende a ideia de que os estágios de julgamento moral sejam puramente cognitivos, mas que a existência de estágios implica que o desenvolvimento moral apresenta um

componente estrutural básico. Para ele, mesmo que motivações e afetos estejam envolvidos no desenvolvimento moral, o desenvolvimento de tais motivos e afetos é largamente mediado por mudanças em padrões de pensamento, que é o que ele se refere como componentes cognitivo-estruturais.

Baseando-se na visão de Piaget, Kohlberg (1984) sustenta que ambos, os tipos de afeto e os tipos de valoração ou de sentimentos, são esquemas que desenvolvem um conjunto de características estruturais gerais e que representam as sucessivas formas de equilíbrio psicológico. Ademais, ele considera que o equilíbrio dos esquemas afetivo e interpessoal envolve muito das características estruturais básicas do equilíbrio do esquema cognitivo. Desse modo, o autor defende que o que muda ao longo do desenvolvimento não é o afeto em termos de tipo ou intensidade, mas há uma mudança cognitivo-estrutural, que é o que faz com que um mesmo tipo afeto possa estar relacionado a diferentes estímulos ao longo do desenvolvimento.

Kohlberg (1984) argumenta que sua posição, assim como a de Piaget, não é a de que a cognição determina o afeto e o comportamento, mas a de que o desenvolvimento da cognição e o desenvolvimento do afeto apresentam uma base estrutural comum. De fato, é perceptível, nos escritos do autor, a presença de pelo menos dois tipos de uso do adjetivo “cognitivo”, um tipo de uso associado aos elementos cognitivos do julgamento em si e um tipo de uso associado à base estrutural do julgamento, que seria cognitiva. Kohlberg (1984) também esclarece que a palavra cognitivo para ele não se refere somente à atividade fenomenológica ou imaginativa de tomada de perspectiva ou à busca de relações, ou transformações, inferenciais ou lógicas, mas também à definição da estrutura do sujeito em termos dos significados que este encontra no mundo.

O que se observa desde quando Kohlberg teceu suas considerações acerca do uso do termo cognitivo em seus estudos até as publicações mais recentes centradas na temática do julgamento moral é que, apesar das colocações do autor, as críticas permanecem as mesmas e

o maior problema para maiores avanços no campo não é o conteúdo da crítica em si, mas o modo como ela é estruturada. Por vezes, os autores não costumam precisar em que nível de análise da teoria suas críticas se situam e, sendo assim, tais críticas pouco contribuem para maiores reflexões e possíveis reformulações na compreensão do fenômeno. De todo modo, parece inegável que a abordagem kohlberguiana do julgamento moral privilegia a cognição, a caracterização que Kohlberg (1981) apresenta do julgamento expressa tal perspectiva na medida em que ele considera que o julgamento não é a expressão nem a descrição de estados emocionais ou volitivos, mas sim um tipo de função diferente com uma estrutura cognitiva em definitivo.

Todavia, cabe ressaltar que o autor enfatiza a cognição não por considerar que a cognição despertada em uma dada situação moral seja o mais importante para definir os rumos da ação, mas por considerar que esta cognição que foi despertada apresenta uma base, da qual também deriva o afeto, e que esta base, entendida como fundamentalmente cognitiva, permite prever as cognições e os afetos que serão despertados em momentos futuros. Ressalta-se que tal base não seria estável desde do nascimento, mas seguiria uma ordem de desenvolvimento. Para Kohlberg (1984) mesmo que o desenvolvimento moral seja apenas um dos muitos preditores do comportamento em situações de conflito moral, pode ser um poderoso e significativo preditor da ação, considerando que ele evidencia modos distintos de definir concretamente direitos e deveres situacionais em situações sociais ambíguas. Além disso, o autor considera que o papel causal do julgamento moral na ativação do comportamento parece mais associado à sua contribuição para uma definição cognitiva da situação do que à uma expressão atitudinal e afetiva dos valores morais.

Apesar de estabelecer uma preponderância da cognição para uma compreensão efetiva do julgamento moral, e conseqüentemente do comportamento moral, Kohlberg não exclui em sua teoria, a presença da empatia, mais especificamente do componente cognitivo desta de tomada

de perspectiva. Kohlberg (1981) defende que o julgamento moral repousa na tomada de perspectiva e admite que isto significa que o julgamento moral envolve uma preocupação com as consequências para o bem-estar. Ele reconhece que, conforme sociólogos e psicólogos sociais têm sugerido, a cognição e o julgamento sociais se diferenciam da cognição de objetos físicos por envolver o processo de tomada de perspectiva.

Para Kohlberg (1984) o eixo central da emoção moral é a apreensão de seus resultados para da ação humana para a dor e o dano para outros. Em seus estudos, ele observou que a esmagadora maioria do foco na escolha moral e do sentimento moral são as consequências para o bem-estar pessoal. Segundo ele, a vida social da criança é baseada na empatia, isto é, na consciência dos outros como tendo pensamentos e sentimentos tal qual ela. A criança não pode ter uma consciência de si sem ter conceitos dos outros. O dano percebido aos outros é imediatamente percebido pela criança como um dano a si. Ele ainda salienta que a empatia não é um aspecto que precisa ser ensinado ou condicionado na criança, é um fenômeno primário e o que o desenvolvimento e a socialização fazem é organizar o fenômeno empático em preocupações simpáticas e morais, mas não originam a empatia em si mesma.

Todavia, apesar de mencionar a empatia, Kohlberg se preocupa com esta primariamente dentro de uma moldura cognitiva, diferentemente de Hoffman. Kohlberg (1981) defende que as tendências de tomada de perspectiva e o sendo de justiça estão interconectados. Embora reconheça que a tomada de perspectiva na forma da simpatia se estenda para além do senso de justiça, ele argumenta que formas organizadas de tomada de perspectiva são definidas por estruturas de justiça.

Considerando tais associações entre componentes da empatia e a moralidade, conforme sugerida nos estudos de Kohlberg e especialmente nos estudos de Hoffman, algumas investigações no Brasil se propuseram a esclarecer possíveis articulações entre ambos e de variadas formas (Camino et al., 1994; Camino, Camino & Leyens, 1996; Sampaio, Monte,

Camino & Roazzi, 2008; Camino et al., 2016). Os resultados mais relevantes para a presente investigação observados em tais pesquisas serão descritos a seguir.

Camino et al. (1996) investigaram aspectos desenvolvimentais da empatia em crianças de 5 a 10 anos utilizando-se de histórias com componente moral em um delineamento experimental 2 (ação de agressão *versus* ação de roubo) x 3 (sem intenção *versus* intenção hostil *versus* intenção altruísta) x 2 (consequência mais grave *versus* consequência menos grave) e observaram, no geral, uma associação positiva entre a empatia inferencial, definida a partir dos estudos de Flavell como a situação na qual a criança atribui uma emoção específica ao mesmo tempo em que a experimenta, e o julgamento moral, de modo tal que crianças que empatizaram com o personagem bom apresentaram julgamentos morais mais precisos. A exceção a tal observação foi a condição na qual se confrontavam a não intenção com a intenção altruísta, para a qual não foi observado tal favorecimento, de modo tal que os autores concluem que este achado indica que o papel da empatia no julgamento depende de circunstâncias específicas.

Trabalhando a moralidade dentro de uma perspectiva de comprometimento com os Direitos Humanos, Camino et al. (2016) desenvolveram um estudo com participantes entre 8 e 18 anos para verificar se a verbalização materna sobre a empatia afetaria o sentimento empático dos filhos, que afetaria a percepção da verbalização das mães acerca dos Direitos Humanos, o que, por sua vez, afetaria o comprometimento dos filhos em relação a estes. A testagem de modelos confirmou a hipótese inicialmente estipulada. Nesse caso, a associação foi compreendida mediante o fato de que uma maior ativação dos sentimentos empáticos dos filhos possibilita uma maior atenção dos filhos com o que suas mães dizem. Chama a atenção no modelo dos autores, o fato de que não foi encontrada uma associação direta entre consideração empática e adesão aos Direitos Humanos nos filhos, mas esta se encontrou mediada pelas verbalizações maternas acerca dos Direitos Humanos. Considerando as particularidades dos

períodos de desenvolvimento inclusos na faixa etária investigada, tal relação pode se alterar significativamente com o avançar da idade, em razão do desenvolvimento moral.

Como um dos estudos mais próximos da proposta da presente investigação, Sampaio et al. (2008) analisaram a influência da empatia sobre raciocínios de justiça distributiva, um domínio da moral, em adolescentes. Para tanto, os autores desenvolveram uma situação-problema na qual os adolescentes precisavam resolver qual a maneira mais justa de distribuir dinheiro entre seis personagens que haviam trabalhado juntos e que diferiam em relação à naturalidade, produtividade e necessidade. A empatia disposicional dos participantes foi mensurada pelo EMRI, mesmo instrumento adotado no presente estudo. Como resultado, os autores observaram que o nível geral de empatia não apresentou influências sobre as decisões distributivas, todavia foram observadas influências dos componentes de tomada de perspectiva e de angústia pessoal. O estudo dos autores também reportou a presença do viés de similaridade da empatia, como definido por Hoffman (1987), uma vez que estudantes de escolas públicas tenderam a favorecer os trabalhadores mais necessitados, enquanto que estudantes de escolas particulares tenderam a favorecer trabalhadores com maior produtividade por se tratarem, no entender dos autores, de pessoas que já estavam bem estabelecidas profissionalmente. Embora esta não seja a única explicação possível para tal observação, o fato de que os trabalhadores da mesma cidade tenderam a ser mais recompensados do que os trabalhadores de outras cidades, também reforçou a ocorrência de viés de similaridade.

Mediante o exposto, ressalta-se a importância deste estudo para preencher importantes lacunas teóricas e empíricas. A revisão feita por Sampaio, Camino e Roazzi (2009) sugere que, para o país, há uma carência de estudos acerca da empatia e suas relações com aspectos evolutivos, sociais, desenvolvimentistas e neurológicos. Os autores apontam que estudos têm reforçado que a empatia é um importante componente da vida em sociedade e que pesquisas que objetivem uma melhor compreensão desta em relação a aspectos como a moralidade, por

exemplo, além de promoverem um aprofundamento na compreensão sobre o desenvolvimento cognitivo-afetivo, podem vir a subsidiar a realização de programas de intervenção a fim de promover habilidades socio-afetivas e uma evolução nos julgamentos e comportamentos morais. Ademais, os autores concordam com outros que afirmam que uma aproximação entre a psicologia, em seus campos social, do desenvolvimento e cognitiva, a teoria evolutiva e as neurociências representam o caminho para os próximos anos a fim de se alcançar um crescimento qualitativo do campo de estudos da empatia e, aqui acrescenta-se, do próprio julgamento moral.

1.4 Objetivos

O objetivo geral do presente estudo consistiu em investigar os efeitos da categorização de gênero sobre a empatia e o julgamento moral. Como contexto de estudo das variáveis de interesse foi escolhido um cenário hipotético no qual os participantes deveriam expressar sua opinião acerca do comportamento de um personagem. Adicionalmente, conforme mencionado previamente, as variáveis de desenvolvimento empático e moral do participante também foram consideradas em seus efeitos sobre a resposta empática e o julgamento moral no referido contexto de investigação. Desse modo, o estudo contou com dois tipos de medida das variáveis de interesse: um nível de medida disposicional, que se refere ao estado de desenvolvimento das variáveis no participante, e um nível de medida situacional, que se refere à resposta do participante em termos das variáveis em relação à um estímulo específico. Assim, no presente estudo, são observadas duas medidas de empatia e moralidade: uma medida de empatia disposicional, também referida como empatia do participante, e uma medida de empatia situacional, também referida como empatia pelo infrator; uma medida disposicional de

desenvolvimento moral, também referida como desenvolvimento moral do participante, e uma medida situacional de julgamento moral, também referida como avaliação negativa do infrator.

Assim, para cumprir os propósitos deste estudo, foram objetivos específicos: (1) averiguar as propriedades psicométricas das medidas situacionais de empatia e julgamento moral do infrator; (2) verificar a ocorrência de diferenças na empatia e no julgamento moral do personagem como resultado da combinação do sexo deste com o sexo do participante da pesquisa; (3) avaliar o papel do nível de empatia do participante da pesquisa na empatia e no julgamento moral do personagem considerando as diferentes combinações do sexo deste com o sexo do participante da pesquisa; e (4) analisar o papel do desenvolvimento moral do participante da pesquisa na empatia e no julgamento moral do personagem considerando as diferentes combinações do sexo deste com o sexo do participante da pesquisa.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA

O capítulo II apresenta-se estruturado em quatro seções: a primeira descreve a investigação como um todo; a segunda apresenta os instrumentos e os principais índices de medida que foram empregados no estudo, bem como os procedimentos efetuados quando da coleta de dados; a terceira seção apresenta a população-alvo do estudo e fornece uma caracterização sociodemográfica da amostra obtida; e a última seção discorre sobre os métodos utilizados para o processamento e a análise dos dados coletados.

2.1 Tipo de Pesquisa

No presente estudo, foi empregado o método experimental. A unidade de manipulação foi uma situação-estímulo adaptada de um dos dilemas morais empregados nos estudos de Kohlberg e que se popularizou sob a denominação “Dilema de Heinz”. A versão utilizada neste estudo foi uma adaptação daquela apresentada no estudo de Colby et al. (1983).

Em síntese, a estória versa sobre o desespero de Heinz para conseguir um medicamento capaz de salvar a vida da sua esposa que se encontra gravemente doente. O farmacêutico que descobriu a droga cobrava um valor bastante elevado por ela e se recusava a flexibilizar as condições de venda. Diante de tal situação, o dilema de Heinz consiste em roubar ou não a medicação que salvará a vida de sua esposa. A fim de atender aos propósitos do estudo, o trecho final que relatava que Heinz estava considerando roubar a medicação foi substituído por um trecho que afirma que ele invadiu a loja do farmacêutico e a roubou. Foi denominado na investigação simplesmente de “infrator”. Coube aos participantes então julgar o comportamento de Heinz sob uma série de aspectos. Para uma melhor adequação cultural, também foi

considerada a adaptação do referido dilema na versão brasileira do *Defining Issues Test* utilizada no presente estudo e, como resultado disto, o protagonista do dilema passou a ser João.

Além do dilema adaptado apresentando um infrator do sexo masculino, denominado “João e o Remédio”, foi construído um dilema alternativo, denominado “Maria e o Remédio”, no qual é apresentado um infrator do sexo feminino em busca de salvar a vida de seu marido. Houve a necessidade de também trocar o sexo do personagem que se apresentava doente na estória a fim de não introduzir outra variável potencialmente influenciadora da resposta. As estórias empregadas para a manipulação do fator do sexo do infrator são exibidas na Figura 1.

MARIA E O REMÉDIO Havia um homem que estava quase morrendo porque sofria de câncer. Existia apenas um remédio que os médicos achavam que poderia salvá-lo e que havia sido recém-descoberto por um farmacêutico local. Entretanto, era bastante caro produzir o medicamento e, além disso, o farmacêutico cobrava dez vezes mais do que lhe custava sua produção. Maria, a esposa daquele homem doente, tomou dinheiro emprestado para comprar o remédio, mas só conseguiu metade do valor cobrado pelo farmacêutico. Maria disse ao farmacêutico que seu marido estava morrendo e pediu para que ele lhe vendesse mais barato ou permitisse que o resto fosse pago depois. Todavia, o farmacêutico disse: “Não, eu descobri a droga e vou fazer dinheiro com ela”. Maria desesperou-se e invadiu a loja do farmacêutico para roubar o remédio.
JOÃO E O REMÉDIO Havia uma mulher que estava quase morrendo porque sofria de câncer. Existia apenas um remédio que os médicos achavam que poderia salvá-la e que havia sido recém-descoberto por um farmacêutico local. Entretanto, era bastante caro produzir o medicamento e, além disso, o farmacêutico cobrava dez vezes mais do que lhe custava sua produção. João, o marido daquela mulher doente, tomou dinheiro emprestado para comprar o remédio, mas só conseguiu metade do valor cobrado pelo farmacêutico. João disse ao farmacêutico que sua esposa estava morrendo e pediu para que ele lhe vendesse mais barato ou permitisse que o resto fosse pago depois. Todavia, o farmacêutico disse: “Não, eu descobri a droga e vou fazer dinheiro com ela”. João desesperou-se e invadiu a loja do farmacêutico para roubar o remédio.

Figura 1. Situações experimentais apresentadas com infratores de diferentes sexos
As diferenças entre as estórias apresentam-se evidenciadas apenas para fins de exposição e não correspondeu à sua apresentação no instrumento.

Para verificar a ocorrência de diferenças na empatia e no julgamento moral resultantes da categorização do alvo foi realizado um delineamento fatorial 2x2 interssujeitos. Um fator

correspondia ao sexo do participante e o outro fator correspondia ao sexo do infrator na situação experimental. Os participantes foram aleatoriamente alocados em um dos quatro tratamentos: (1) mulheres com um infrator do sexo feminino, (2) mulheres com um infrator do sexo masculino, (3) homens com um infrator do sexo feminino e (4) homens com um infrator do sexo masculino.

2.2 Instrumentos e Procedimentos de Coleta dos Dados

Medidas Situacionais de Julgamento Moral e Empatia

No método originalmente empregado por Kohlberg em seus estudos (Colby et al., 1983; Kohlberg, 1984), os participantes eram apresentados a pequenas histórias, nas quais haviam protagonistas que se encontravam diante de determinados dilemas morais. Como Emler (2003) afirma, Kohlberg colocava os participantes diante de um dilema no qual dois ou mais valores estariam em conflito e questionava como este dilema deveria ser resolvido. Todavia, para o teórico o que mais interessava era o raciocínio moral subjacente a sugestão do curso de ação, não exatamente a direção da ação em si. O raciocínio moral seria revelador da maturidade moral por possuir características estruturais que são particulares de um dado estágio de desenvolvimento moral.

Para o presente estudo, entretanto, o dilema não teve o propósito de permitir identificar o nível de desenvolvimento moral do respondente, este foi medido por outro instrumento, mas sim de verificar em que medida o julgamento e a empatia podem se diferenciar para membros do exogrupo em relação ao endogrupo no contexto da situação moral selecionada para investigação. Para tanto, foi utilizada uma estratégia de atribuição de valores, semelhante a itens tipo-Likert, na qual os respondentes deveriam escolher um valor, entre um e cinco, que fosse

representativo de sua opinião em relação a uma série de variáveis de julgamento e empatia. Não foram atribuídos rótulos aos valores, os respondentes apenas foram informados que valores mais elevados implicavam em maior intensidade. Assim, não havia um interesse majoritário em verificar o conteúdo do raciocínio moral do respondente em relação à situação experimental. O personagem avaliado em termos de empatia e julgamento era o protagonista da história, que, no caso da situação empregada na investigação, cometia um ato infracional. A fim de mensurar o julgamento e a empatia disposicionais foram construídos quatro itens para cada constructo.

O dilema original no qual as condições experimentais foram baseadas, é um dilema que confronta o valor da vida e o direito à propriedade. Em termos de julgamento, a fim de medir um possível favorecimento do endogrupo e/ou derrogação do exogrupo, havia um interesse em saber em que medida o ato infracional em questão, isto é, o roubo, seria um ato mais condenável se tratando de um membro do exogrupo em relação a um membro do endogrupo e em que medida a motivação subjacente ao ato de salvar uma vida poderia ser considerado mais válido para um membro do endogrupo em relação ao membro do exogrupo. Tais variáveis seriam reveladoras de uma avaliação mais ou menos favorável do infrator em questão.

Assim, para mensurar julgamento moral, os respondentes foram inquiridos sobre quão errado havia sido o roubo cometido pelo(a) infrator(a) (gravidade da infração), quão boa pessoa ele(a) era (virtuosidade do infrator), quão culpado o(a) infrator(a) poderia ser considerado(a) (culpabilidade do infrator) e o quanto o(a) infrator(a) deveria ser punido(a) (merecimento de punição). Acerca da escolha dos itens de julgamento, procurou-se reunir variáveis que apresentassem maiores implicações práticas por estarem frequentemente associadas a contextos jurídicos criminais, além de serem importantes no raciocínio sobre atos infracionais. O papel de um júri, em um sentido mais amplo, é emitir um grau de condenação ou absolver o réu em razão dos crimes pelos quais ele seja acusado em uma situação (tribunal) na qual o júri nada conhece do réu e precisa gerenciar a informação que é fornecida a fim de tomar uma decisão

acerca do destino do réu. Mediante tal consideração, é possível uma analogia com situações morais mais cotidianas, nas quais, por vezes, as pessoas nada sabem de outras e ainda sim precisam tomar decisões moralmente motivadas que afetam tais pessoas profundamente e, indiretamente, a sociedade. Salienta-se que em nenhum momento foi empregado no instrumento as palavras “crime” ou “infrator”, a fim de que os respondentes pudessem perceber sua tarefa mais como a de opinar acerca de uma dada situação do que incorporar o papel de membro de um júri e ativar uma maior necessidade de invocar a lei.

Para mensurar a empatia pelo infrator, foram desenhados itens a fim de que o respondente pudesse expressar o quanto a situação havia mexido com ele (ativação empática), o quanto esta havia gerado uma preocupação (preocupação pelo infrator) e itens referentes a compreensão da motivação do infrator, que questionavam o respondente sobre o quanto havia sido possível se colocar no lugar do infrator (compreensão do ponto de vista) e o quanto eram aceitáveis seus argumentos para cometer o roubo (compreensão dos argumentos).

Medida de Desenvolvimento Moral

Colby e Kohlberg desenvolveram uma medida própria, que foi apresentada em sua versão final em 1987, a fim de operacionalizar a teoria kohlbergiana acerca do desenvolvimento moral e seus respectivos estágios, o *Moral Judgment Interview*, ou simplesmente MJJ (Elm & Weber, 1994). Segundo Bataglia, Morais e Lepre (2010) o MJJ consiste em uma entrevista semiestruturada que objetiva avaliar o raciocínio moral na qual são apresentados ao respondente três dilemas que colocam valores morais em conflito. Os autores ressaltam que a aplicação da MJJ deve ser oral e gravada para posterior transcrição, caso seja possível. A duração da aplicação do instrumento com os três dilemas é estimada em 60 minutos e a posterior avaliação para proposição do estágio dominante de raciocínio moral do respondente é considerada

bastante complexa. Assim, conforme Moreira, Camino e Rique (2015) ponderam, o MJJ é um instrumento dispendioso tanto para administração quanto para avaliação do conteúdo das repostas, o que dificulta consideravelmente sua utilização em estudos com amostras com grande quantidade de sujeitos.

Partindo da teoria de Kohlberg e motivados pela necessidade de formas operacionalmente mais simples de avaliação do desenvolvimento moral para maiores avanços na área, Rest e colaboradores desenvolveram em 1979 uma medida de desenvolvimento moral denominada *Defining Issues Test*, ou simplesmente DIT. Diferentemente do formato de entrevista do MJJ, o DIT consiste em instrumento em formato de questionário que utiliza múltipla-escolha e um sistema de ranqueamento (Rest, Narvaez, Thoma e Bebeau, 1999). Segundo Rest, Edwards e Thoma (1997) enquanto que o procedimento do MJJ é uma tarefa de produção, isto é, o respondente produz as respostas no momento da entrevista para que estas possam ser avaliadas por um juiz treinado, o procedimento do DIT é uma tarefa de reconhecimento, de modo que os respondentes são apresentados ao dilema e posteriormente a uma série de afirmações acerca deste para serem avaliadas.

Rest et al. (1997) apresentam pelo menos três vantagens de utilização de uma tarefa de reconhecimento em lugar de uma tarefa de produção na avaliação do desenvolvimento moral: (1) a tarefa de produção requer um juiz treinado para avaliar a resposta da entrevista de acordo com um guia para atribuição de escores, todavia, nas tarefas de reconhecimento, os próprios respondentes classificam suas reações ao estímulo apresentado, viabilizando uma atribuição de escores objetiva e computadorizada. (2) Em uma tarefa de produção o respondente apenas é avaliado apenas em termos das ideias que ele consegue expressar de maneira explícita. Por outro lado, na tarefa de reconhecimento, não há tanto peso da capacidade de expressão verbal, uma vez que exemplos de ideias podem ser fornecidos para eliciar uma resposta. (3) Na tarefa de produção, caso o participante não compreenda o que o entrevistador quer saber, os

enunciados produzidos podem ser confusos ao ponto de comprometer a identificação da unidade de análise e dificultar a comparação com testagens prévias ou com a pontuação de outros sujeitos. Já nas tarefas de reconhecimento, o uso de itens discretos aos quais os respondentes reagem, estabelece o que o respondente é capaz de fazer mais facilmente, a unidade de análise para cada item e a possibilidade de comparação. Ademais, acrescenta-se que a possibilidade de auto-administração do instrumento, bem como de automatizar o processo de atribuição dos escores, tornam o DIT um instrumento mais viável para avaliar desenvolvimento moral em estudos com amostras grandes e recursos humanos limitados e, desse modo, foi o instrumento escolhido como medida de desenvolvimento moral no presente estudo.

A unidade estrutural básica do DIT consiste na apresentação de uma pequena história envolvendo uma situação moral. Seguida a apresentação da história faz-se um questionamento acerca do posicionamento do respondente em relação ao dilema vivenciado pelo personagem, sobre o qual ele deverá emitir uma opinião em termos de “sim”, “não” ou “não sei”. Posteriormente, o respondente deve julgar a importância de uma série de 12 itens que descrevem aspectos passíveis de serem considerados pelo protagonista da história na sua tomada de decisão. Por fim, dentre os 12 itens que foram apresentados, o respondente deverá escolher os quatro itens que para ele deveriam ser mais relevantes na tomada de decisão e ordená-los de maneira hierárquica considerando o grau de importância por ele atribuído anteriormente.

A criação do DIT fomentou importantes avanços nas investigações envolvendo moralidade, de modo tal que permitiu o acúmulo de um grande volume de dados empíricos. Segundo Rest, Narvaez, Thoma e Bebeau (2000) a combinação de 25 anos de coletas de dados com o DIT com avanços tecnológicos e teóricos conduziu a uma revisão da proposta teórica de Kohlberg que tomou forma na abordagem denominada pelos autores de neo-kohlbergiana (Rest et al, 1999). Segundo Thoma e Dong (2014) a percepção do DIT como simplesmente uma

alternativa metodológica mais amigável ao MJJ não se sustenta mais. Conforme a base teórica da medida evoluiu do modelo de Kohlberg para o modelo dos quatro componentes de Rest, o entendimento do que o DIT mensura também se modificou. Uma das principais mudanças se refere à compreensão de que o instrumento mensura esquemas desenvolvimentais em lugar de estágios.

Os recentes avanços teóricos, bem como a tentativa de produção de novos índices além do escore P (Rest, Thoma, Narvaez & Bebeau, 1997; Thoma & Rest, 1999), a fim de melhor explorar os dados do instrumento, revelam as tentativas de aperfeiçoamento da medida ao longo dos anos. No meio deste processo, também foi construída uma nova versão do instrumento, denominada DIT-2 (Rest et al. 1999) e o DIT original passou a ser conhecido como DIT-1. Embora os autores tenham realizado algumas mudanças no instrumento no intento de atualizá-lo, sua estrutura básica continua a mesma, de modo tal que os autores, apesar de encorajarem a adoção do DIT-2, salientam que dado o fato da medida ser recente e das centenas de estudos que utilizaram o DIT-1, este último ainda deve considerado o instrumento de medida melhor estabelecido.

Segundo Bataglia et al. (2010) a primeira tradução do DIT-1 para utilização no Brasil foi realizada no estudo de Bzuneck com adolescentes, por ocasião do seu doutorado em 1979, sendo intitulado “Teste de Julgamento de Situações”. Segundo Camino (2003) foi Angela Biaggio a responsável pela divulgação do DIT-1 no Brasil. Posteriormente, o DIT-1 foi reformulado para melhor se adaptar ao contexto brasileiro por Camino, Luna, Alves, Silva e Rique (1989) e denominado “Opiniões sobre Problemas Sociais”, que foi a versão do instrumento empregada na presente investigação. Uma versão preliminar foi apresentada por Camino e Luna (1988).

Em sua forma completa, o instrumento conta com seis histórias, que são denominadas na versão brasileira do instrumento: “O Jornalzinho”, “O Proprietário da Oficina”, “João e o

Remédio”, “O Prisioneiro Foragido”, “A Ocupação pelos Estudantes” e “O Dilema do Médico”. Embora anteriormente tenha sido ressaltada a praticidade do DIT em termos de aplicação e correção em relação ao MJJ, outro aspecto que precisa ser levado em consideração é a disponibilidade do respondente em contribuir com a pesquisa, bem como o próprio cansaço associado ao processo. Nesse sentido, considerando o tamanho final do caderno de instrumentos a viabilidade de sua aplicação, optou-se por utilizar uma versão reduzida do instrumento com três histórias: “O Prisioneiro Foragido”, “O Proprietário da Oficina” e “O Jornalzinho”. A história “João e o Remédio”, por razões óbvias, foi prontamente excluída. Para análise do

Tabela 2
Descrição dos Escores do DIT

ESCORE	DESCRIÇÃO
N2	Tornou-se o índice primário do DIT. É geralmente descrito como um escore P modificado porque é calculado a partir do escore P, todavia há um ajuste que considera a habilidade do respondente de discriminar entre itens tipo P e itens de estágios inferiores, particularmente dos estágios 2 e 3. Tal habilidade de discriminação eleva o escore N2 em relação ao escore P, enquanto que a preferência por itens de interesse pessoal em detrimento dos itens tipo P reduz o escore N2 em relação ao escore P.
Esquema de Interesse Pessoal	Combina elementos das descrições de Kohlberg dos estágios 2 e 3. A perspectiva principal do esquema é aquela que atenda aos ganhos e perdas que cada sujeito possa individualmente vivenciar dentro de um dilema moral, não se observa uma atenção aos sistemas sociais mais amplos. O mundo social seria uma espécie rede pobremente atada de considerações micromorais conectando relacionamentos próximos e interesses individuais.
Esquema de Manutenção das Normas	Derivado da definição do estágio 4 de Kohlberg, é o esquema representativo da perspectiva moral mais ampla da sociedade. A organização da sociedade que este esquema prioriza é baseada na compreensão das regras, dos papéis e da importância das autoridades. São características associadas ao esquema: a necessidade de normas gerais socialmente aceitas para governar a coletividade, a necessidade de normas que se apliquem a sociedade como um todo e a todas as pessoas, a necessidade de que as normas sejam claras, uniformes e categóricas e o estabelecimento de estruturas hierárquicas, cadeias de comando, autoridade e deveres.
Esquema Pós-convencional	Similar a visão de Kohlberg dos estágios pós-convencionais, equivale aos itens tipo P. Sugere que todas as obrigações morais devem ser baseadas em um critério que enfatize ideias que sejam compartilhadas, totalmente recíprocas e abertas ao escrutínio, o que significa que elas necessitam passar no teste de consistência lógica, de experiência da comunidade e de coerência com a prática aceita.

Nota. Elaborada com base nas descrições dos escores fornecidas por Thoma e Dong (2014).

desenvolvimento moral foram utilizados o escore N2 e os escores para os esquemas de interesse pessoal, de manutenção das normas e pós-convencional. Uma breve descrição dos índices empregados é apresentada na Tabela 2.

Medida de Empatia Disposicional

Diferentemente do desenvolvimento moral, a diversidade de construções em torno do fenômeno da empatia levou a produção de diversas medidas. Gerdes, Segal e Lietz (2010) ressaltam que as formas díspares de mensurar empatia surgiram conjuntamente com uma multiplicidade de definições. Segundo as autoras, há um consenso entre os teóricos que a ambiguidade na definição do termo “empatia” conduziu a utilização de medidas indefinidas e inconsistentes. As divergências tornam as comparações difíceis e muitas das medidas eram consideravelmente restritas e, conseqüentemente, também se apresentavam limitadas em sua capacidade de proporcionar dados válidos e confiáveis.

Mais recentemente, um melhor reconhecimento das propriedades do constructo ampliou as possibilidades de utilização de variadas medidas, embora as medidas de autorrelato ainda sejam, de longe, as mais utilizadas, possivelmente por questões de conveniência logística e econômica. Ainda que historicamente muitos dos instrumentos de autorrelato se concentrassem ou nos componentes afetivos ou nos componentes cognitivos da empatia, a medida de autorrelato mais utilizada na literatura nos últimos 20 anos tem sido o *Interpersonal Reactivity Index* (IRI), um instrumento que se propõe a contemplar tanto os componentes cognitivos quanto os afetivos do fenômeno empático (Gerdes et al., 2010).

O IRI, elaborado por Davis (1980), consiste em uma medida de autorrelato composta por 28 itens distribuídos em quatro subescalas que mensuram diferentes aspectos do conceito global de empatia: angústia pessoal, consideração empática, tomada de perspectiva e fantasia.

Segundo Davis (1983) em lugar de tratar a empatia enquanto um constructo unipolar, isto é, cognitivo ou emocional, a perspectiva subjacente ao IRI é de que a empatia é melhor considerada enquanto um conjunto de constructos relacionados à responsividade ao outro, claramente distintos, daí este ser referido enquanto uma medida multidimensional.

Seu modelo multidimensional da empatia procura enfatizar as conexões entre os aspectos emocionais e cognitivos do fenômeno. Em sua construção, o autor se valeu de diversas contribuições, inclusive dos avanços promovidos por Hoffman (Davis, 2006). Conforme Sampaio et al. (2011) ressaltam, Davis e Hoffman compartilham a perspectiva da empatia enquanto um fenômeno multidimensional. Desse modo, o IRI em sua versão adaptada para a população brasileira, na qual é denominado Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (EMRI) será o instrumento utilizado para acessar a empatia disposicional dos respondentes na presente investigação.

O EMRI já foi validado para a população brasileira em diversos estudos. Desde o estudo pioneiro de Ribeiro, Koller e Camino (2001), vários se seguiram (Formiga, Galvão, Barboza & Camino, 2012; Formiga, 2012; Formiga, 2013; Formiga, Tavares & Vasconcelos, 2013; Formiga, Sampaio & Guimarães, 2015). No estudo mais recente, Formiga, Sampaio e Guimarães (2015) demonstraram a adequação da estrutura tetrafatorial para amostras do Brasil, uma vez que, inicialmente, a escala havia sido validada com apenas três fatores, excluindo-se a fantasia por questões culturais (Ribeiro et al., 2001). A versão empregada no presente estudo foi a validada por Sampaio, Guimarães, Camino, Formiga e Menezes (2011), que também foi a versão empregada no estudo de Formiga, Sampaio e Guimarães (2015).

Na análise dos dados do instrumento foram considerados o escore geral da medida, bem como os escores individuais de cada uma das quatro subescalas do EMRI, uma vez que, segundo Davis (1983), já que cada subescala mede um aspecto específico do conceito mais geral de reatividade a outros, são esperadas diferenças entre as subescalas em termos de sua

relação com outros constructos psicológicos. As subescalas de angústia pessoal e consideração empática são referidas como os componentes afetivos da empatia enquanto que as subescalas de fantasia e tomada de perspectiva são referidas como os componentes cognitivos. Uma breve descrição dos aspectos mensurados em cada subescala é apresentada na Tabela 3. Segundo Davis (1983) embora os constructos possam parecer significativamente diferentes, eles refletem a variedade de reações ao outro que em algum momento já foram referidas como empatia e encaixam em uma definição mais global do fenômeno enquanto reação à observação da experiência do outro.

Tabela 3
Descrição dos diferentes aspectos da empatia mensurados pelas subescalas do EMRI

SUBESCALA	DESCRIÇÃO
Angústia Pessoal	Sentimentos autodirigidos de ansiedade e desconforto em contextos interpessoais de tensão.
Consideração Empática	Sentimentos de simpatia direcionados para os outros e preocupação pelos menos afortunados.
Tomada de Perspectiva	Tendência a adotar, de maneira espontânea, o ponto de vista psicológico dos outros.
Fantasia	Tendência de se transpor, de modo imaginário, para ações e sentimentos de personagens fictícios em livros, filmes e peças.

Nota. Elaborada com base nas descrições das subescalas fornecidas por Davis (1983).

Medida de Dados Sociodemográficos

Para fins de caracterização da amostra, os dados sociodemográficos dos respondentes foram coletados mediante a utilização de um instrumento *ad hoc*: o questionário sociodemográfico (QS). Este foi composto de perguntas abertas e fechadas e englobou as variáveis: idade, ocupação, estado civil, quantidade de filhos, orientação sexual, renda familiar,

escolaridade, identificação partidária e variáveis de comportamento religioso (percepção da própria religiosidade e vinculação à religião).

Procedimentos

Os quatro instrumentos anteriormente mencionados foram reunidos em um caderno impresso e apresentados na seguinte sequência: instrumento experimental, *Defining Issues Test* (DIT), Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (EMRI) e questionário sociodemográfico (os instrumentos tal como apresentados aos participantes encontram-se disponíveis nos apêndices). A fim de maximizar a aleatorização da alocação dos sujeitos nas condições experimentais, os cadernos foram separados para serem administrados em duas amostras, uma de homens e outra de mulheres. Para cada amostra, cadernos de ambas as condições experimentais foram embaralhados de modo a produzir uma sequência de ordenação completamente aleatória. Para facilitar o processo de tabulação de dados, na capa do caderno, além de instruções gerais, constava um código que identificava o sexo do respondente e a condição experimental de alocação. Os cadernos foram distribuídos aos participantes conforme estes consentiam em participar da pesquisa e mediante o sexo deste conforme identificado pelo aplicador. A aplicação do caderno foi individual ou coletiva a depender da disposição na qual pessoas que aceitassem participar do estudo fossem encontradas.

2.3 População e Caracterização da Amostra

A população do estudo consistiu de sujeitos com idades acima dos 18 anos, a fim de que o consentimento para participação na pesquisa fosse considerado válido. Compuseram a amostra total, 183 sujeitos: 92 mulheres e 91 homens.

A idade dos respondentes variou dos 18 aos 64 anos ($M = 27,03$, $DP = 10,39$) e a maioria dos respondentes esteve situada na faixa etária dos 18 aos 22 anos (51,4%). A Figura 2 representa graficamente a distribuição de homens e mulheres para a idade informada em faixas etárias de acordo com os quartis. Quanto à ocupação, a maioria é estudante de graduação (72,7%) e estes, na presente amostra, reportaram idades variando dos 18 aos 50 anos ($M = 26,36$, $DP = 6,43$). A Figura 3 apresenta graficamente a distribuição de homens e mulheres de acordo com o grau de escolaridade relatado.

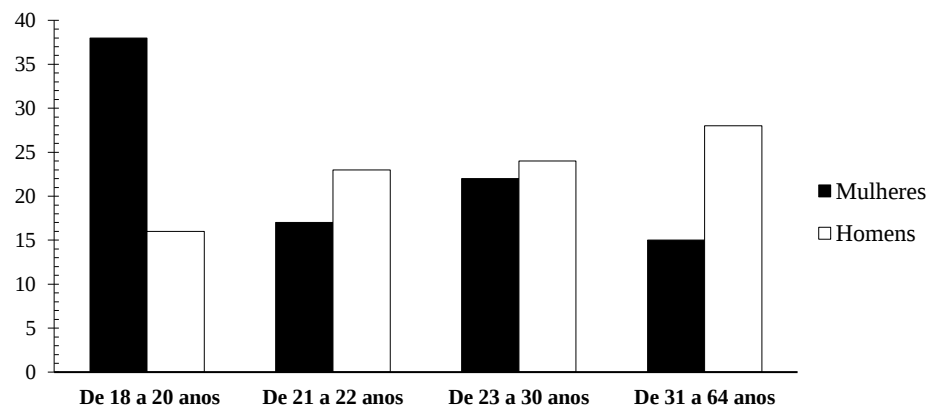


Figura 2. Representação gráfica da distribuição dos participantes por faixa etária de acordo com o sexo

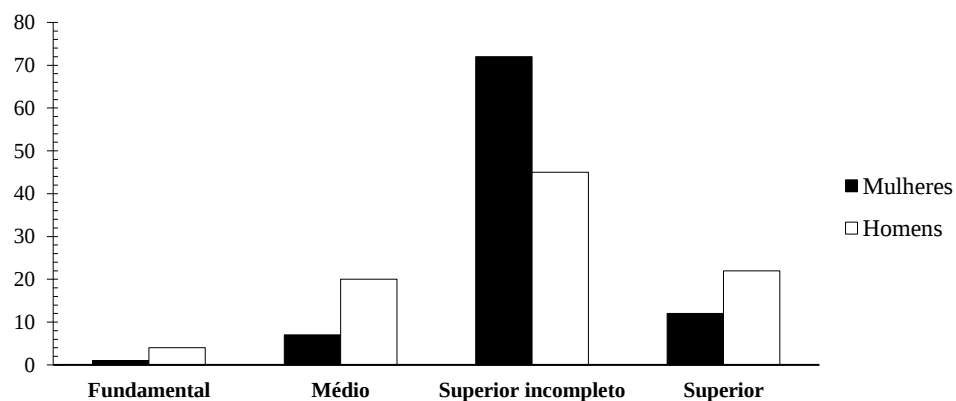


Figura 3. Representação gráfica da distribuição dos participantes por grau de escolaridade de acordo com o sexo

A categoria de escolaridade superior incompleto foi criada em razão do elevado número de estudantes de graduação.

Quanto à renda familiar, a maioria declarou renda de até quatro salários mínimos (59,8%), equivalente a R\$ 3.748,00 (considerando o valor do salário mínimo em vigência em 2017, ano de estruturação dos instrumentos de coleta). Com relação ao estado civil, a maioria dos respondentes referiu estar solteira (72,7%) e não possuir filhos (82%). Ademais, a maioria declarou ser heterossexual (82%).

Acerca do comportamento religioso, a maioria afirmou ser religiosa (62,3%) e possuir religião (65%). Apesar de não se considerarem religiosos, 16 respondentes referiram vinculação à uma religião e, dentre os respondentes que se declararam religiosos, 11 afirmaram não possuir religião. A religião mais prevalente foi a católica (26,2%), seguido pela evangélica (25,1%). Assim, nota-se que nenhuma das religiões declaradas pelos respondentes individualmente ultrapassou o total de respondentes que relataram não possuir religião. Com relação à religião evangélica, esta é a mais frequentemente escolhida pelas mulheres, 31,5% do total de mulheres declarou-se evangélica contra 18,7% dos homens. Para a amostra de homens, a religião mais prevalente foi a católica, 29,7% dos homens declarou-se católico contra 22,8% das mulheres.

Por fim, em relação à identificação com partidos, o maior percentual observado foi para respondentes que afirmaram não se identificar nem com partidos de direita, nem com partidos de esquerda (37,2%). A maior parte deste percentual provém das mulheres, uma vez que 48,9% da amostra de mulheres escolheu a opção “outro” contra 25,3% dos homens. Dentre os respondentes que referiram alguma identificação com os partidos apresentados, o maior percentual foi observado para partidos de direita (36,1%). A maior parte deste percentual é proveniente da amostra de homens, na qual 45,1% dos respondentes reportaram identificar-se com partidos de direita contra 27,2% das mulheres.

2.4 Processamento e Análise dos Dados

Os dados resultantes da aplicação dos instrumentos de coleta foram tabulados no SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) para submissão à análise estatística. No próprio programa foram calculados os escores dos instrumentos empregados no estudo. Antes de se procederem as análises propriamente ditas, foi necessário executar as estratégias de checagem dos dados para o DIT.

Diferentemente de muitos instrumentos, ou mesmo dos demais instrumentos utilizados na presente investigação, o DIT possui recomendações acerca da manutenção de protocolos na amostra a fim de assegurar uma mínima confiabilidade dos dados coletados. Uma vez que originalmente o constructo do desenvolvimento moral tal como descrito por Kohlberg envolvia a utilização de uma entrevista e posteriormente de um esquema complexo para análise dos resultados desta, os teóricos pareciam um tanto incrédulos acerca da possibilidade de realização de uma avaliação dos estágios minimamente confiável mediante uma metodologia de acesso como a proposta por Rest. Diante de tal controvérsia, o autor optou por introduzir estratégias de checagem a fim de garantir uma maior confiabilidade dos dados obtidos com o instrumento (Rest, 1979).

De todos os instrumentos empregados no presente estudo, o DIT foi o único a apresentar dados faltantes que prontamente inviabilizaram a análise de alguns protocolos. Tanto na amostra de mulheres quanto na amostra de homens, um protocolo foi prontamente invalidado por ausência de qualquer dado de ranqueamento dos itens nas histórias, inviabilizando o cálculo dos escores. Acerca de dados faltantes, o DIT permite a omissão ocasional de dados de ranqueamento em uma ou outra história e caso ocorra alguma omissão é realizado um ajuste no cálculo do escore P, uma vez que este é dado em termos percentuais. Por outro lado, não há ajustes no cálculo do índice N2 e a omissão é incorporada ao mesmo na medida em que, segundo Rest, Thoma, Narvaez e Bebeau (1997), deixar um *ranking* em branco é o mesmo que não priorizar um item tipo P. A omissão total do ranqueamento de itens em uma história deve

levar a um ajuste de ambos os escores. Entretanto, caso o respondente deixe de ranquear os itens em mais de uma história o protocolo deve ser invalidado, uma vez que se assume que há um problema na motivação geral para o teste e não apenas uma ambiguidade ocasional (Rest et al., 1997).

Posteriormente a eliminação dos protocolos por ausência de dados, procederam-se as estratégias de checagem da confiabilidade dos dados coletados pelo instrumento conforme proposto por Rest (1979). O autor propõe dois tipos de estratégia de checagem: análise do Escore M e Checagem de Consistência.

No DIT, para além dos itens que expressam raciocínios típicos de certos estágios de desenvolvimento moral, há também outros tipos de itens, como os itens tipo M (*Meaningless*). Os itens tipo M são itens que foram projetados para parecerem complexos, todavia são destituídos de significado. Segundo Rest (1979) a inserção deste tipo de item quando da construção do instrumento teve o propósito de funcionar como uma estratégia de checagem para respondentes que aderem à itens simplesmente em razão destes parecerem complexos e pretensiosos. Desse modo, é esperado que respondentes que apresentem escore elevado para itens tipo P sem uma compreensão do real significado destes, também apresentem escore elevado para itens tipo M, colocando-os em posições elevadas quando do ranqueamento dos itens. Caso o respondente acumule um escore M elevado, a recomendação do autor é de que o instrumento seja invalidado e descartado da amostra. Na versão adotada no presente estudo haviam dois itens tipo M: o item 6 da história “O Prisioneiro Foragido” e o item 5 da história “O Jornalzinho”. Assim, a média de itens tipo M por história na versão completa do instrumento é .83.

A Checagem de Consistência, por outro lado, leva em consideração a avaliação dos itens efetuada inicialmente e seu posterior ranqueamento. Se um respondente classificou um item em primeiro lugar em importância, então a avaliação deste item deve ser no mínimo tão elevada

quanto as avaliações dos demais itens. De outro modo, se um item é classificado em segundo lugar, então apenas o item classificado em primeiro pode ter uma avaliação superior em termos de importância. É efetuada uma contagem da quantidade de vezes que ocorre discrepância, caso o número de inconsistências exceda determinado limite, os dados do instrumento não devem ser considerados confiáveis e o questionário deve ser eliminado da amostra (Rest, 1979).

Dado a ausência de maior detalhamento acerca da checagem de consistência, mediante a descrição fornecida por Rest (1979) e a observação do comportamento dos dados para o instrumento, a checagem de consistência foi operacionalizada no presente estudo em duas variáveis: consistência avaliação-ranqueamento (CAR) e consistência interna do ranqueamento (CIR).

A variável CAR reflete a consistência do ranqueamento realizado pelo respondente observando-se a avaliação dos 12 itens desenvolvida anteriormente. Seu valor varia de zero a quatro para cada história, zero representa consistência e quatro representa a presença de inconsistência nos quatro *rankings*, cada *ranking* com inconsistência pontua um. Para análise da variável observaram-se as quatro maiores avaliações de itens que foram atribuídas pelo participante na seção de avaliação do instrumento e compararam-se com o ranqueamento realizado posteriormente, *ranking* por *ranking*, para determinar em que medida este último se apresenta dentro do que seria esperado considerando-se a avaliação anteriormente atribuída.

A variável CIR reflete a consistência do ranqueamento considerando-se apenas os quatro itens, ou menos, que foram escolhidos pelo respondente para ranqueamento em cada história. É uma variável binária na qual zero representa ausência de inconsistência e um representa a presença desta. Para análise do valor da variável é observado se os itens escolhidos apresentam uma ordem decrescente de avaliação. A pontuação, diferentemente da variável CAR, representa uma consistência mais global e não por *ranking*, isto é, caso algum *ranking* fuja de ordenação já se deve atribuir ao respondente a pontuação 1.

Para além da variável CAR, a variável CIR foi criada mediante a observação de que haviam dois perfis de respondentes dentre aqueles que pontuavam diferente de zero na variável CAR: parte da amostra ordenava os itens desconsiderando quase que totalmente a avaliação anteriormente realizada, a exceção de um ou outro *ranking*; por outro lado, outros, embora não considerassem a avaliação dos 12 itens no ranqueamento, mantinham uma coerência minimamente em relação à ordenação dos itens escolhidos, uma vez que estes apresentavam-se em ordem decrescente, mesmo desconsiderando no ranqueamento outros itens que anteriormente haviam sido avaliados como de maior importância. Este aspecto observado poderia representar uma diferença qualitativa importante de ser considerada e optou-se por expressar tal diferença em uma variável a fim de ser incluída nas análises a serem efetuadas. Assim, é possível ao respondente pontuar quatro em CAR e zero em CIR em uma estória.

Uma vez que não foram encontrados parâmetros pré-estabelecidos de corte, após a observação do comportamento dos valores das variáveis nas amostras, foram eliminados protocolos cujo o escore tipo M fosse superior a 15% e participantes cuja a variável CAR, convertida para uma base de 100, apresentasse valores superiores a 35%, o que equivaleria a um erro de consistência de ranqueamento de quatro itens em 12. Por fim, foram eliminados também os protocolos no quais houveram erro de consistência interna em todos os dilemas respondidos ($CIR = 3$). Após a realização das checagens descritas, foram eliminados 18 protocolos da amostra de mulheres e 20 da amostra de homens resultando em um percentual de perda total de aproximadamente 20,8%. Segundo Rest (1979) a perda de dados de questionários por análise do escore de itens tipo M e Checagem de Consistência varia, em média, de 2 a 15%, podendo atingir um percentual mais elevado em amostras pouco motivadas. Assim, quaisquer das análises relatadas envolvendo os escores do DIT foram feitas com 74 mulheres e 71 homens da amostra inicial, cujos dados do DIT puderam ser considerados confiáveis. Findada a

exclusão dos escores do DIT para protocolos com dados pouco confiáveis, procederam-se as análises de interesse para o presente estudo.

Inicialmente, a fim de melhor compreender o a estrutura do instrumento da situação experimental, foi efetuada uma análise fatorial das escalas de empatia (itens B, C, F e G) e julgamento (itens D, E, F e G) situacionais. Segundo Hair, Black, Babin, Anderson e Tatham (2009) um dos possíveis usos da análise fatorial consiste em apenas identificar combinações lógicas entre as variáveis para uma melhor apreensão das interrelações entre as variáveis. Não era objetivo da presente investigação construir escalas de medida a serem empregadas em estudos posteriores, a medida construída para a situação experimental foi produzida *ad hoc*, de modo tal que se ressalta que métricas estatísticas que são bastante relevantes para estudos com tal finalidade não apresentam a mesma relevância no contexto do presente estudo.

A análise fatorial foi efetuada para os instrumentos com infratores de diferentes sexos separadamente, uma vez que, mesmo que a priori não fossem esperadas diferenças entre os instrumentos, se tratavam de estímulos diferenciados em algum grau e a análise em separado também foi útil para fins de comparação. Para avaliar de que forma variáveis de empatia e julgamento se relacionaram, de modo geral, na emissão da resposta do participante, foi realizada uma análise das correlações de Pearson entre as medidas situacionais. O parâmetro adotado para descrição da intensidade da associação entre variáveis foi o sugerido por Cohen (1988) e é amplamente empregado no âmbito das ciências sociais e do comportamento.

Mediante os procedimentos de coleta de dados, foram aleatoriamente alocados no nível da variável do sexo do infrator feminino 97 sujeitos (48 homens e 49 mulheres), enquanto que foram alocados no nível da variável do sexo infrator masculino 86 sujeitos (43 homens e 43 mulheres). A diferença de número de respondentes entre condições experimentais explica-se pelo fato de que os cadernos de instrumentos foram divididos em vários blocos para aplicação, cada bloco contemplando um mesmo número de instrumentos para ambas as condições

experimentais embaralhados, conforme previamente mencionado. Frequentemente, não foi possível encontrar respondentes para todo o bloco. Ademais, alguns instrumentos não foram devolvidos e outros não foram sequer incorporados a amostra como resultado da observação de que o padrão de respostas sugeria que, apesar de consentir participar da pesquisa, o sujeito não parecia estar verdadeiramente motivado.

Após as análises acerca dos instrumentos de medida utilizados para coletar dados referentes à situação experimental, procederam-se as análises de principal interesse para o presente estudo.

Objetivando testar a hipótese de ocorrência de diferenças nas medidas situacionais como resultado do tratamento experimental foram executadas ANOVAs 2 (infrator do sexo feminino *versus* infrator do sexo masculino) x 2 (participante do sexo feminino *versus* participante do sexo masculino) nos escores finais de empatia e julgamento.

As análises dos papéis da empatia disposicional e do desenvolvimento moral na empatia e julgamento situacionais nas diferentes condições envolveram três etapas: (1) análise da presença de viés na alocação dos participantes em diferentes condições experimentais, (2) análise das correlações entre a medida disposicional e as medidas situacionais e (3) análise dos efeitos de diferentes níveis da variável disposicional nas medidas situacionais para os vários tratamentos.

A primeira etapa envolveu a realização de ANOVAs 2x2, novamente cruzando o sexo do infrator com o sexo do participante, a fim de verificar se algum dos grupos se destacava por valores significativamente diferenciados nos escores para as medidas situacionais e que tal diferença pudesse vir a contribuir para algum dos resultados observados nas demais análises.

A segunda etapa consistiu na análise de correlações de Pearson entre a medida disposicional em questão e as medidas de empatia e julgamento situacionais, considerando as

diferentes condições experimentais, a fim de verificar quais variáveis disposicionais contribuíram de modo significativo com a variação em medidas situacionais.

Por fim, a terceira etapa envolveu a realização de ANOVAs 2x2x2, envolvendo o cruzamento das variáveis independentes do sexo do infrator e do sexo do participante com dois níveis das medidas disposicionais: um nível com os participantes com os escores mais elevados para a medida e outro nível envolvendo os participantes com os escores mais baixos para a medida. Tais ANOVAs foram executadas para os escores das diferentes medidas situacionais.

CAPÍTULO III

RESULTADOS

O capítulo III encontra-se estruturado em quatro seções. A primeira delas apresenta os resultados da análise fatorial das medidas de empatia e julgamento moral utilizadas na situação experimental e, em seguida, apresenta os dados de correlações entre as variáveis situacionais. A segunda seção apresenta os resultados referentes a análise das diferenças existentes na empatia e no julgamento moral como resultado do tratamento experimental. A terceira seção aborda o papel dos níveis de empatia do participante na resposta à diferentes condições experimentais, enquanto que a última seção condensa os resultados observados para o papel do desenvolvimento moral.

3.1 Análise dos Instrumentos Empregados na Situação Experimental

Estrutura Fatorial

O teste de Adequação da Amostra *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) revelou valores aceitáveis, acima de .50 (Hair et al., 2009), para três dos quatro grupos de itens testados. De modo geral, a escala de julgamento apresentou valores mais elevados de KMO do que a escala de empatia. O valor desta última para os itens de empatia no instrumento no qual o infrator é do sexo masculino foi de .46, o que poderia sugerir uma inadequação da amostra para submissão à análise fatorial. Todavia, conforme previamente esclarecido, considerando a influência do tamanho amostral sobre o KMO e os objetivos do presente estudo, a técnica de análise foi mantida. Ademais, o teste de Esfericidade de Bartlett revelou adequação da análise fatorial para todos os grupos de itens ($p < .001$) e não foram encontrados conflitos de estrutura fatorial entre os instrumentos empregados nas diferentes condições experimentais. A Tabela 4 apresenta os

valores encontrados nos referidos testes para os conjuntos de itens analisados em ambos os instrumentos.

Tabela 4
Resultado dos testes KMO e Bartlett para os itens das escalas de empatia e julgamento situacionais nos diferentes instrumentos

TIPOS DE ITENS		SEXO DO INFRATOR NO INSTRUMENTO	
		Mulher	Homem
Empatia	<i>KMO</i>	.51	.46
	<i>Bartlett</i>	$X^2(94) = 83.03, p < .001$	$X^2(95) = 61.60, p < .001$
Julgamento	<i>KMO</i>	.72	.69
	<i>Bartlett</i>	$X^2(85) = 106.31, p < .001$	$X^2(84) = 107.38, p < .001$

Para a escala de empatia, a extração pelo método dos componentes principais resultou na identificação de dois fatores que agrupam os quatro itens com valores próprios superiores a 1 (critério de Kaiser). Os dois fatores explicam 79.9% da variância no instrumento cujo infrator é uma mulher e 75.7% no instrumento cujo infrator é um homem. O padrão de agrupamento dos itens foi prontamente reconhecido como a diferenciação entre componentes afetivos e componentes cognitivos da resposta empática à situação experimental. Os itens B (ativação empática) e C (preocupação pelo infrator) carregaram no componente afetivo, enquanto que os itens F (compreensão do ponto de vista do infrator) e G (compreensão dos argumentos do infrator) carregaram no componente cognitivo. A Tabela 5 apresenta as cargas fatoriais encontradas para os itens da escala de empatia com rotação varimax e sua respectiva comunalidade (h^2). Assim, a escala de itens de empatia mensurou a empatia pelo infrator em dois componentes: cognitivo e afetivo.

Quanto à escala de julgamento, originalmente esta foi apresentada aos participantes em quatro itens, tal como a escala de empatia. Entretanto, foi observado, mediante análise fatorial, que três dos quatro itens carregavam em um fator, enquanto que o item restante carregava

isoladamente em outro fator. Assim, para fins do presente estudo, optou-se por manter a escala de julgamento apenas com os três itens que carregavam em um único fator: D (gravidade da infração), H (atribuição de culpa) e I (merecimento de punição). Os três itens em conjunto explicam 74.6% da variância no instrumento cujo o infrator é uma mulher e 75.4%, no instrumento cujo infrator é um homem. A Tabela 6 apresenta as cargas fatoriais encontradas para os itens da escala de julgamento e sua respectiva comunalidade (h^2). Desse modo, a escala de julgamento apresentou um único fator que mensura a avaliação negativa do infrator.

Tabela 5

Carga fatorial e comunalidade dos itens da escala de empatia pelo infrator para infratores do sexo feminino e masculino

ITENS DE EMPATIA	INFRATOR MULHER			INFRATOR HOMEM		
	Componente Afetivo	Componente Cognitivo	h^2	Componente Afetivo	Componente Cognitivo	h^2
(B) O quanto essa situação mexeu com você?	.91	-.01	.83	.90	.01	.81
(C) O quanto a situação de Maria/João preocupou você?	.90	.09	.82	.92	-.01	.84
(F) O quanto você percebe que compreendeu o ponto de vista de Maria/João?	-.01	.88	.78	.10	.82	.68
(G) O quanto você considera que Maria/João tinha argumentos para fazer o que fez?	.09	.87	.77	-.10	.82	.69
<i>Valores próprios</i>	1.75	1.44	-	1.68	1.35	-
<i>Percentual de variância explicada</i>	43.9%	36.1%	-	41.9%	33.8%	-

Tabela 6

Carga fatorial e comunalidade dos itens da escala de avaliação negativa do infrator para infratores do sexo feminino e masculino

ITENS DE JULGAMENTO	INFRATOR MULHER		INFRATOR HOMEM	
	Fator Único	h^2	Fator Único	h^2
(D) Na sua opinião, quão errado é o que Maria/João fez?	.87	.76	.91	.82
(H) Na sua opinião, quão culpado(a) Maria/João é?	.87	.75	.89	.80
(I) Na sua opinião, o quanto Maria/João mereceria ser punido(a)?	.86	.73	.80	.64
<i>Valores próprios</i>	2.24	-	2.26	-
<i>Percentual de variância explicada</i>	74.6%	-	75.4%	-

Os valores de *alpha* de Cronbach (Cronbach, 1951) nas diferentes condições experimentais, para os diferentes instrumentos, bem como os valores totais para as escalas de empatia pelo infrator e de avaliação negativa deste são apresentados na Tabela 7. A tabela exibe a mesma estrutura de dados para os diferentes componentes da empatia pelo infrator. Segundo Hair et al. (2009) valores de *alpha* geralmente acima de .70 são considerados aceitáveis, todavia valores acima de .60 são considerados válidos em pesquisas exploratórias, como é o caso do presente estudo.

Tabela 7

Valores de *alpha* de Cronbach para as escalas de empatia pelo infrator e avaliação negativa deste de acordo com o sexo do infrator e do participante

SEXO DO PARTICIPANTE		SEXO DO INFRATOR		TOTAL
		Mulher	Homem	
Mulheres	<i>Empatia</i>	.69	.42	.60
	<i>Julgamento</i>	.82	.82	.81
Homens	<i>Empatia</i>	.43	.36	.40
	<i>Julgamento</i>	.84	.85	.85
TOTAL	<i>Empatia</i>	.54	.40	.50
	<i>Julgamento</i>	.83	.84	.83

Tabela 8

Valores de *alpha* de Cronbach para os diferentes componentes da escala de empatia pelo infrator de acordo com o sexo do infrator e do participante

SEXO DO PARTICIPANTE		SEXO DO INFRATOR		TOTAL
		Mulher	Homem	
Mulheres	<i>Cognitivo</i>	.57	.54	.56
	<i>Afetivo</i>	.78	.65	.73
Homens	<i>Cognitivo</i>	.75	.39	.56
	<i>Afetivo</i>	.79	.86	.82
TOTAL	<i>Cognitivo</i>	.67	.79	.56
	<i>Afetivo</i>	.78	.40	.78

Correlações entre as Medidas Situacionais

Mediante os dados mais gerais dos instrumentos, foi observada uma associação entre a empatia pelo infrator e a avaliação negativa deste [$r(179) = -.34, p < .001$]. Assim, valores mais elevados de empatia pelo infrator estiveram associados a valores mais baixos de avaliação negativa do infrator. A análise das correlações entre os fatores da escala de empatia pelo infrator revelou que a associação entre as medidas decorre principalmente do componente cognitivo [$r(179) = -.46, p < .001$], uma vez que o componente afetivo não apresentou correlação significativa com a avaliação negativa do infrator [$r(182) = -.06, p = .421$]. Também foi observado que o componente afetivo está mais relacionado à empatia geral [$r(179) = +.77, p < .001$] do que o componente cognitivo [$r(179) = +.68, p < .001$]. Ademais, os componentes cognitivo e afetivo da empatia pelo infrator não apresentaram associação significativa entre si [$r(179) = +.04, p = .565$].

Além de uma análise das correlações em geral, também foi efetuada uma análise das correlações considerando o sexo do infrator no instrumento e o sexo do respondente e suas respectivas combinações. A Tabela 9 apresenta os valores de r de Pearson para a associação entre as variáveis de empatia pelo infrator e avaliação negativa deste nos diferentes tratamentos.

Tabela 9
Correlações de Pearson entre a empatia pelo infrator e a avaliação negativa deste considerando as diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE	SEXO DO INFRATOR		TOTAL
	Mulher	Homem	
Mulheres	-.35*	-.43**	-.38***
Homens	-.29*	-.31*	-.31**
TOTAL	-.32**	-.36**	-.34***

Nota. *** $p < .001$. ** $p < .01$. * $p < .05$

Na Tabela 9 é possível observar que independente do sexo do infrator e do sexo do participante, a empatia pelo infrator apresenta-se negativamente correlacionada com a avaliação negativa deste, sendo a associação mais forte observada quando as mulheres avaliam um membro do exogrupo [$r(43) = -.43, p = .004$] e a associação mais fraca observada quando os homens avaliam um membro do exogrupo [$r(47) = -.29, p = .046$]. Acerca da associação da avaliação negativa do infrator com os diferentes componentes da empatia para com este, a correlação significativa apenas com o componente cognitivo se mantém independente do sexo do infrator e do sexo do participante. Os resultados são apresentados na Tabela 10.

Tabela 10

Correlação entre os fatores da empatia pelo infrator e a avaliação negativa do infrator considerando as diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE	COMPONENTE COGNITIVO			COMPONENTE AFETIVO		
	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Mulheres	-.46**	-.62***	-.53***	-.17	.00 ^a	-.10
Homens	-.48**	-.33*	-.41***	.06	-.10	-.02
TOTAL	-.47***	-.46***	-.46***	-.05	-.06	-.06

Nota. ^a O valor em questão não é zero [$r(43) = +.0001, p = .999$], mas foi abreviado para duas casas decimais por questões de padronização.

*** $p < .001$. ** $p < .01$. * $p < .05$

Conforme os dados da tabela 8, observa-se uma diferença entre homens e mulheres em relação à avaliação do infrator do sexo masculino. Embora a direção da correlação entre o componente cognitivo da empatia pelo infrator e a avaliação negativa deste permaneça a mesma, ela é mais forte quando o infrator em questão é avaliado pelas mulheres [$r(43) = -.62, p < .001$] do que quando ele é avaliado pelos homens [$r(42) = -.33, p = .031$]. Tais dados também se revelam distintos daqueles observados quando o infrator é do sexo feminino. Ademais, acerca dos dados da Tabela 8 também é digno de nota que a avaliação negativa do infrator se

apresenta mais forte e negativa ao quando os participantes avaliam um membro do endogrupo em relação ao membro do exogrupo, embora a correlação não tenha se apresentado significativa para nenhum dos dois casos.

A análise da associação entre os diferentes componentes da empatia pelo infrator entre si não revelou correlações significativas, exceto na condição na qual as mulheres avaliam um membro do endogrupo [$r(47) = +.35, p = .016$]. Além disso, é digno de nota, apesar da maioria das correlações não serem significativas, que os coeficientes foram positivos para as mulheres e negativos para os homens, sugerindo que, para a mulheres, valores altos de um componente podem se encontrar associados à valores altos do outro componente, enquanto que no caso dos homens valores elevados de um componente poderiam estar associados a valores baixos do outro componente na situação em questão. A Tabela 11 apresenta os resultados encontrados para a correlação entre os diferentes componentes da empatia pelo infrator nos variados grupos.

Tabela 11
Correlações de Pearson entre os componentes cognitivo e afetivo da empatia pelo infrator considerando as diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE	SEXO DO INFRATOR		TOTAL
	Mulher	Homem	
Mulheres	.35*	.02	.21*
Homens	-.09	-.09	-.08
TOTAL	.10	-.03	.04

Nota. * $p < .05$

3.2 Efeitos do Sexo do Infrator e do Participante nas Medidas Situacionais

Nesta seção serão do capítulo serão apresentados os resultados das análises efetuadas a fim de observar os efeitos das diferentes combinações do sexo do infrator com o sexo do participante sobre os valores reportados de empatia pelo infrator e avaliação negativa deste,

estruturados de acordo com as análises efetuadas na seção anterior. Uma vez que os fatores da escala de empatia pelo infrator não se apresentaram correlacionados, a empatia pelo infrator foi abordada em seus componentes cognitivo e afetivo, resultando nas medidas de empatia cognitiva pelo infrator e empatia afetiva pelo infrator.

Em termos de escores totais, as escala de empatia cognitiva e afetiva pelo infrator variaram de 2 a 10, enquanto que o escore total de avaliação negativa do infrator variou de 3 a 15. Para uma melhor visualização e comparação dos resultados, o escore final para as variáveis foi dividido pelo total de itens da escala para obter uma variação padrão de 1 a 5 e este valor obtido foi o empregado nas análises. Todavia as variáveis são apresentadas em seus escores totais graficamente nas Figuras 4 e 5.

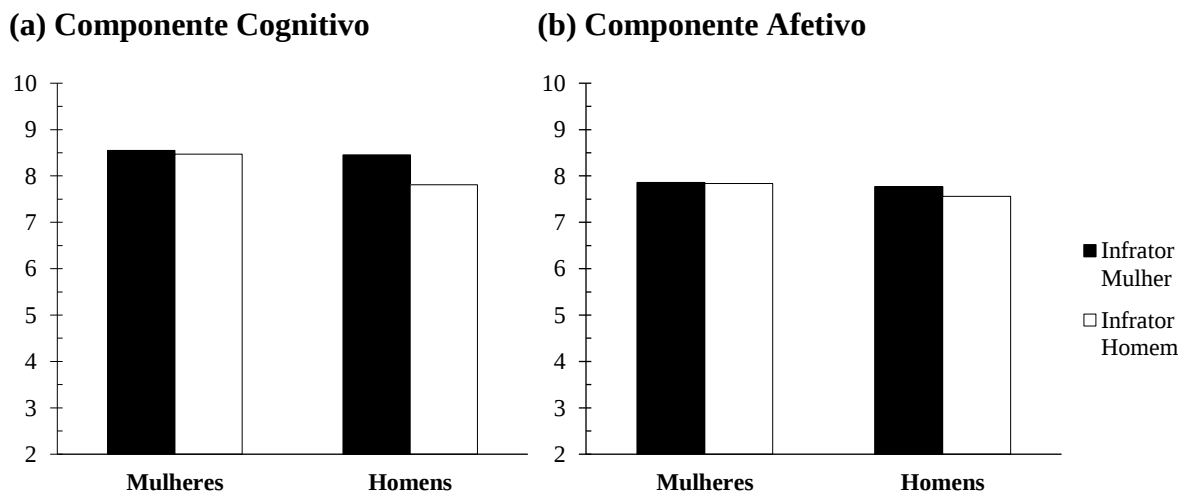


Figura 4. Representação gráfica da média do escore final das escalas dos componentes da empatia pelo infrator nos diferentes grupos.

De modo geral, independente do sexo do infrator e do sexo do participante, foi observada uma atribuição de valores acima do ponto médio (3) para a escala de empatia cognitiva pelo infrator [$t(178) = 18.21, p < .001$], bem como para a escala de empatia afetiva pelo infrator [$t(182) = 12.25, p < .001$], e valores abaixo do ponto médio para a escala de avaliação negativa do infrator [$t(181) = -4.26, p < .001$]. As distâncias médias do ponto médio foram: 1.16 para a

escala de empatia cognitiva, .88 para a escala de empatia afetiva e .36 para a escala de avaliação negativa do infrator.

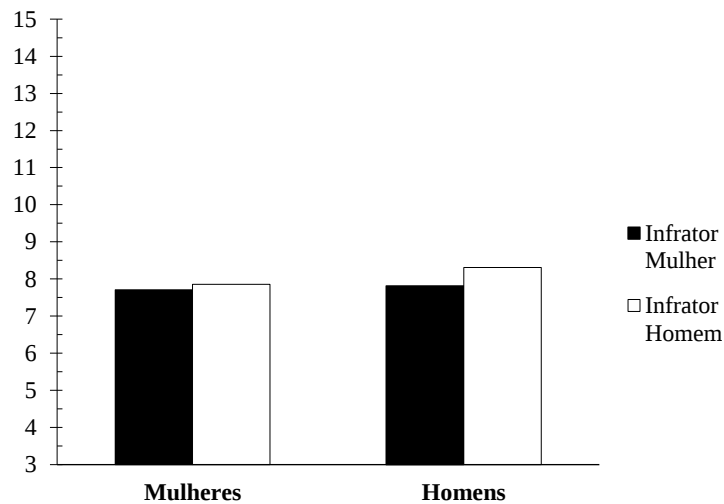


Figura 5. Representação gráfica da média do escore final da escala de avaliação negativa do infrator.

O valor médio para os componentes da empatia pelo infrator é apresentado na Tabela 12. A submissão dos valores dos componentes cognitivo e afetivo da empatia pelo infrator à uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) não revelou efeitos principais nem do sexo do infrator sobre o componente cognitivo da empatia por este [$F(1,175) = 2.24, p = .136, \eta^2 = .013$] nem do sexo do participante [$F(1,175) = 2.03, p = .156, \eta^2 = .011$] sobre o componente cognitivo da empatia. Também não foram observados efeitos principais do sexo do infrator sobre o componente afetivo da empatia por este [$F(1,179) = .40, p = .529, \eta^2 = .002$], nem do sexo do participante [$F(1,179) = .16, p = .689, \eta^2 = .001$] sobre o componente afetivo da empatia. Acerca da interação entre o sexo do infrator e o sexo do participante, não foram observados efeitos nem para o componente cognitivo [$F(1,175) = 1.16, p = .282, \eta^2 = .007$] nem para o afetivo [$F(1,179) = .11, p = .740, \eta^2 = .001$].

A Tabela 13 apresenta as médias dos diferentes tratamentos para a avaliação negativa do infrator. Acerca da avaliação negativa do infrator, novamente são observados resultados

bastante próximos nos diferentes grupos experimentais. Todavia, a diferença ao avaliar um infrator do sexo feminino em relação ao do sexo masculino é maior do que a diferença observada para os valores de empatia no caso das mulheres (.05) e menor no caso dos homens (.17), todavia os homens permanecem com a maior diferença entre condições experimentais.

Tabela 12

Valores médios para os diferentes componentes da empatia pelo infrator

SEXO DO PARTICIPANTE		COMPONENTE COGNITIVO			COMPONENTE AFETIVO		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Mulheres	<i>Média</i>	4.28	4.23	4.26	3.93	3.92	3.92
	<i>D.P.</i>	.74	.77	.75	1.01	.76	.90
Homens	<i>Média</i>	4.22	3.90	4.07	3.89	3.78	3.84
	<i>D.P.</i>	.94	.94	.95	1.03	1.07	1.04
TOTAL	<i>Média</i>	4.25	4.07	4.16	3.91	3.85	3.88
	<i>D.P.</i>	.84	.87	.86	1.02	.92	.97

Nota. Os valores da tabela representam médias para uma escala de 5 pontos variando de 1 a 5. Valores próximos de 1 representam uma baixa avaliação negativa do infrator, enquanto que valores próximos de 5 representam uma alta avaliação negativa do infrator. *D.P.* = desvio-padrão.

A submissão dos valores de avaliação negativa do infrator à uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) não revelou efeitos principais nem do sexo do infrator sobre a avaliação negativa deste [$F(1,178) = .39, p = .533, \eta^2 = .002$] nem do sexo do participante [$F(1,178) = .28, p = .596, \eta^2 = .002$] sobre a avaliação negativa do infrator. Também não foi observado efeito da interação entre ambos [$F(1,178) = .12, p = .734, \eta^2 = .001$]. Assim, como observado para a escala de empatia pelo infrator, as diferenças observadas na avaliação negativa do infrator não são significativas do ponto de vista estatístico.

Assim, de modo geral, não foram observadas diferenças significativas entre os diversos tratamentos resultantes exclusivamente das manipulações dos fatores do sexo do infrator e do sexo do participante, embora o tratamento no qual os homens julgam o infrator do sexo

masculino tenha aparecido com valores ligeiramente distintos dos demais tratamentos, especialmente em termos do componente cognitivo da empatia e da avaliação negativa do infrator.

Tabela 13
Valores médios de avaliação negativa do infrator de acordo com o sexo do infrator e do participante

SEXO DO PARTICIPANTE	SEXO DO INFRATOR		TOTAL
	Mulher	Homem	
Mulheres	<i>Média</i>	2.57	2.62
	<i>D.P.</i>	1.12	1.13
Homens	<i>Média</i>	2.60	2.77
	<i>D.P.</i>	1.15	1.23
TOTAL	<i>Média</i>	2.59	2.69
	<i>D.P.</i>	1.13	1.17

Nota. Os valores da tabela representam médias para uma escala de 5 pontos variando de 1 a 5. Valores próximos de 1 representam uma baixa avaliação negativa do infrator, enquanto que valores próximos de 5 representam uma alta avaliação negativa do infrator. D.P. = desvio-padrão.

3.3 O Papel da Empatia na Resposta à Situação Experimental

Nesta seção, são apresentados os resultados provenientes das análises objetivando investigar o papel do nível de empatia do participante na resposta empática à situação experimental e no julgamento moral do infrator. Em princípio, a amostra será caracterizada em termos dos índices gerais de empatia e dos escores para os componentes cognitivos e afetivos em relação às diferentes condições experimentais, bem como será averiguado se há presença de enviesamento na distribuição dos participantes nos tratamentos para os diferentes componentes. Posteriormente, serão analisadas as correlações de Pearson, a fim de verificar a ocorrência de associação linear entre medidas situacionais e os componentes da empatia do participante. Por último, serão testados os efeitos dos níveis alto e baixo de empatia cognitiva e afetiva do participante nas medidas situacionais ao longo dos tratamentos.

Nível de Empatia dos Participantes

Para fins de caracterização, as médias do escore final do EMRI para os diferentes tratamentos são apresentados na Tabela 14, apresentando os índices mais gerais de empatia. Uma vez que a medida situacional de empatia foi dividida em seus componentes cognitivo e afetivo, os escores do EMRI serão analisados em relação às medidas situacionais considerando as subsescalas condensadas em componentes cognitivos e afetivos da empatia. A Tabela 15 apresenta as médias para ambos os componentes nas diferentes condições experimentais.

Tabela 14
Valores médios do escore total do EMRI considerando as diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE		SEXO DO INFRATOR		TOTAL
		Mulher	Homem	
Mulheres	<i>Média</i>	103.91	103.93	103.92
	<i>D.P.</i>	10.97	12.27	11.54
Homens	<i>Média</i>	97.36	96.45	96.93
	<i>D.P.</i>	10.05	9.79	9.88
TOTAL	<i>Média</i>	100.60	100.19	100.41
	<i>D.P.</i>	10.96	11.65	11.26

Nota. D.P. = desvio-padrão.

A ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) executada para escores dos diferentes componentes da empatia mensurados pelo EMRI não revelou efeitos principais do sexo do infrator [$F(1,177) = .25, p = .616, \eta^2 = .001$], porém relevou efeito principal do sexo do participante [$F(1,177) = 6.01, p = .015, \eta^2 = .033$] sobre o componente cognitivo da empatia deste. Também não foram observados efeitos principais do sexo do infrator [$F(1,175) < .01, p = .964, \eta^2 < .001$] sobre o componente afetivo, todavia também foi observado efeito principal do sexo do participante [$F(1,175) =$

20.84, $p < .001$, $\eta^2 = .106$] sobre o componente afetivo. Acerca da interação entre o sexo do infrator e o sexo do participante, igualmente não foram observados efeitos nem para o componente cognitivo [$F(1,177) = .75$, $p = .387$, $\eta^2 = .004$], nem para o afetivo [$F(1,175) = 1.97$, $p = .162$, $\eta^2 = .011$].

Tabela 15

Valores médios do escore do EMRI para os diferentes componentes da empatia dos participantes

SEXO DO PARTICIPANTE		COMPONENTE COGNITIVO			COMPONENTE AFETIVO		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Mulheres	<i>Média</i>	52.96	51.65	52.33	50.73	52.10	51.37
	<i>D.P.</i>	5.89	7.23	6.56	7.27	6.91	7.10
Homens	<i>Média</i>	49.79	50.14	49.96	47.55	46.10	46.87
	<i>D.P.</i>	7.13	5.08	6.21	5.82	6.77	6.29
TOTAL	<i>Média</i>	51.36	50.90	51.14	49.16	49.10	49.13
	<i>D.P.</i>	6.70	6.26	6.48	6.75	7.44	7.06

Nota. O escore para o componente cognitivo é calculado pelo somatório das subescalas de fantasia e tomada de perspectiva. O escore para o componente afetivo é calculado pelo somatório das subescala de angústia pessoal e consideração empática.

Mediante os dados da ANOVA foi verificado que as diferenças observadas nas condições experimentais são significativas como efeito do sexo do infrator. De modo geral, as mulheres reportaram maior empatia cognitiva e afetiva do que os homens, sendo a diferença maior para o componente afetivo. Todavia, diferenças de empatia entre mulheres e homens são frequentemente reportadas na literatura, embora a origem destas ainda seja controversa para alguns autores. Desse modo, as diferenças significativas não são resultantes de viés na alocação da amostra.

Correlações entre Empatia Disposicional e Medidas Situacionais

Acerca das associações entre o componente cognitivo da empatia disposicional e os diferentes componentes da empatia pelo infrator, a Tabela 16 exibe as correlações encontradas para os diferentes tratamentos. Por sua vez, a Tabela 17 exibe as correlações encontradas para o componente afetivo da empatia disposicional e os componentes da empatia pelo infrator também para cada condição experimental.

Tabela 16

Correlação entre o componente cognitivo da empatia disposicional e os diferentes componentes da empatia pelo infrator considerando as diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE	COMPONENTE COGNITIVO			COMPONENTE AFETIVO		
	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Mulheres	-.04	.20	.19	-.03	.04	-.01
Homens	-.01	-.17	-.08	.35*	-.15	.15
TOTAL	-.01	.13	.06	.18	-.06	.08

Nota. * $p < .05$

Tabela 17

Correlação entre o componente afetivo da empatia disposicional e os diferentes componentes da empatia pelo infrator considerando as diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE	COMPONENTE COGNITIVO			COMPONENTE AFETIVO		
	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Mulheres	.19	.20	.09	.14	.04	.11
Homens	.01	.23	.14	.40**	.39*	.40***
TOTAL	.11	.19	.15*	.27**	.27*	.27***

Nota. *** $p < .001$. ** $p < .01$. * $p < .05$

Mediante os dados da Tabela 16, observa-se que o componente cognitivo da empatia disposicional apresentou correlação apenas com o componente afetivo da empatia pelo infrator na condição na qual os homens avaliam um infrator do sexo feminino [$r(48) = +.35$, $p = .014$].

Assim, um nível maior empatia cognitiva dos homens esteve associado à uma maior empatia afetiva pelo infrator do sexo feminino, bem como um nível menor de empatia cognitiva esteve associada à uma menor empatia afetiva pelo infrator.

Em relação ao componente afetivo da empatia do participante, novamente foram observadas correlações significativas apenas para os homens, todavia, neste caso, independente se o infrator era do sexo feminino [$r(47) = +.40, p = .005$] ou do sexo masculino [$r(42) = +.39, p = .010$]. Assim, os homens apresentaram, de modo geral valores mais elevados de empatia afetiva pelo infrator associados à valores mais elevados de empatia afetiva disposicional, bem como valores mais baixos de empatia afetiva disposicional com valores mais baixos de empatia afetiva pelo infrator. As associações para as mulheres foram mais fracas e não significativas.

Considerando os diferentes componentes da empatia do participante e a medida de avaliação negativa do infrator, não foram observadas correlações significativas. A Tabela 18 apresenta as correlações da avaliação negativa do infrator com os componentes cognitivos e afetivos da empatia disposicional do participante para cada tratamento.

Tabela 18

Correlação entre a avaliação negativa do infrator e os diferentes componentes da empatia disposicional nas diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE	COMPONENTE COGNITIVO			COMPONENTE AFETIVO		
	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Mulheres	.06	-.08	-.03	.07	-.10	.00 ^a
Homens	.01	-.14	-.05	-.01	-.24	-.14
TOTAL	.03	-.13	-.04	.02	-.17	-.08

Nota. ^a O valor em questão não é zero [$r(90) = +.003, p = .975$], mas foi abreviado para duas casas decimais por questões de padronização.

Efeitos da Empatia Disposicional sobre Medidas Situacionais nos Tratamentos

Para a análise das influências da empatia do participante sobre os escores das medidas de empatia pelo infrator e avaliação negativa deste nas diferentes condições experimentais, os participantes foram divididos em dois grupos de escores, baixo e alto, para as variáveis de empatia cognitiva e empatia afetiva. Os participantes com baixo nível de empatia cognitiva apresentaram escores do EMRI para os componentes cognitivos variando de 32 a 51 e os participantes com alto nível de empatia cognitiva, de 52 a 66. Por sua vez, os participantes com baixo nível de empatia afetiva apresentaram escores do EMRI para os componentes afetivos variando de 26 a 49 e os participante com alto nível de empatia afetiva, de 50 a 65. A tabela 19 expressa a média dos escores para cada um dos grupos de acordo com a classificação binária.

Tabela 19

Médias de medidas disposicionais de acordo com a classificação binária dos escores

VARIÁVEL DISPOSICIONAL		CLASSIFICAÇÃO DO ESCORE		TOTAL
		Baixo	Alto	
Empatia cognitiva	<i>Média</i>	46.15	56.41	51.14
	<i>D.P.</i>	4.46	3.35	6.48
Empatia afetiva	<i>Média</i>	43.86	55.08	49.13
	<i>D.P.</i>	4.71	3.77	7.06

Nota. O escore de empatia cognitiva foi calculado mediante a condensação das subescalas de Fantasia e Tomada de Perspectiva. O escore da empatia afetiva foi calculado mediante a condensação das subescalas de Angústia Pessoal e Consideração Empática. *D.P.* = desvio-padrão.

Os componentes cognitivo e afetivo da empatia do participante foram analisados em relação aos componentes cognitivos e afetivos da empatia pelo infrator. A Tabela 20 expressa as médias para o componente cognitivo da empatia pelo infrator nas diferentes condições experimentais a partir do nível de empatia cognitiva do participante e a Tabela 21, por sua vez, expressa as médias a partir do nível de empatia afetiva do participante.

Os escores do componente cognitivo da empatia pelo infrator submetidas à uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem)

x 2 (baixo nível de empatia cognitiva *versus* alto nível de empatia cognitiva) não revelaram efeitos principais nem do sexo do participante sobre o componente cognitivo da empatia pelo infrator [$F(1,169) = 2.09, p = .151, \eta^2 = .012$], nem efeito principal do sexo do infrator [$F(1,169) = 2.47, p = .118, \eta^2 = .014$], nem do nível de empatia cognitiva do participante [$F(1,169) = .11, p = .745, \eta^2 = .001$]. Acerca dos efeitos de interação, não foram observados efeitos da interação do sexo do participante com o sexo do infrator [$F(1,169) = 1.26, p = .264, \eta^2 = .007$], nem do sexo do participante com o nível de empatia cognitiva deste [$F(1,169) = 2.11, p = .148, \eta^2 = .012$], nem do sexo do infrator com o nível de empatia cognitiva do participante [$F(1,169) = .04, p = .841, \eta^2 < .001$]. Foi observado um efeito apenas marginalmente significativo de interação tripla entre três fatores (sexo do infrator, sexo do participante e nível de empatia cognitiva) sobre o componente cognitivo da empatia pelo infrator [$F(1,169) = 3.18, p = .076, \eta^2 = .018$].

Tabela 20

Valores médios do componente cognitivo da empatia pelo infrator de acordo com o nível de empatia cognitiva do participante nas diferentes condições

NÍVEL DE EMPATIA COGNITIVA		PARTICIPANTES MULHERES			PARTICIPANTES HOMENS		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Baixo	<i>Média</i>	4.26	4.00	4.13	4.18	4.09	4.14
	<i>D.P.</i>	.75	.76	.76	1.00	.82	.92
Alto	<i>Média</i>	4.29	4.43	4.36	4.29	3.68	3.99
	<i>D.P.</i>	.78	.73	.75	.85	1.04	.99
TOTAL	<i>Média</i>	4.28	4.23	4.26	4.22	3.90	4.07
	<i>D.P.</i>	.76	.77	.76	.94	.94	.95

Nota. Os valores da tabela representam médias para uma escala de 5 pontos variando de 1 a 5. Valores próximos de 1 representam uma baixa avaliação negativa do infrator, enquanto que valores próximos de 5 representam uma alta avaliação negativa do infrator. *D.P.* = desvio-padrão.

A decomposição dessa interação tripla indica que a significância marginal foi aparentemente resultante de duas diferenças significativas observadas e centradas na condição na qual os homens avaliam o infrator do sexo masculino. Uma delas é relativa ao sexo do

infrator, uma vez que homens com alto nível de empatia cognitiva reportam valores significativamente maiores para o componente cognitivo da empatia pelo infrator quando o infrator é do sexo feminino em relação ao infrator do sexo masculino [$F(1,169) = 4.80, p = .030, \eta^2 = .028$]. A outra diferença significativa diz respeito ao sexo do participante, uma vez que homens com alto nível de empatia cognitiva se diferenciam das mulheres também com alto nível de empatia cognitiva por reportarem valores significativamente menores para o componente cognitivo da empatia pelo infrator do sexo masculino [$F(1,169) = 8.80, p = .005, \eta^2 = .046$]. Desse modo, foi observado os homens com alto nível de empatia cognitiva tenderam a reportar valores menores para o componente cognitivo da empatia pelo infrator apenas quando este era do sexo masculino.

Tabela 21

Valores médios do componente cognitivo da empatia pelo infrator de acordo com o nível de empatia afetiva do participante nas diferentes condições

NÍVEL DE EMPATIA AFETIVA		PARTICIPANTES MULHERES			PARTICIPANTES HOMENS		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Baixo	<i>Média</i>	4.08	4.46	4.24	4.15	3.78	3.97
	<i>D.P.</i>	.75	.50	.67	1.02	1.00	1.02
Alto	<i>Média</i>	4.46	4.14	4.30	4.31	4.12	4.23
	<i>D.P.</i>	.68	.86	.79	.79	.74	.76
TOTAL	<i>Média</i>	4.30	4.25	4.28	4.21	3.88	4.05
	<i>D.P.</i>	.73	.77	.74	.94	.93	.95

Nota. Os valores da tabela representam médias para uma escala de 5 pontos variando de 1 a 5. Valores próximos de 1 representam uma baixa avaliação negativa do infrator, enquanto que valores próximos de 5 representam uma alta avaliação negativa do infrator. *D.P.* = desvio-padrão.

Os escores de empatia cognitiva pelo infrator submetidas à uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) x 2 (baixo nível de empatia afetiva *versus* alto nível de empatia afetiva) não revelaram efeitos principais nem do sexo do participante sobre a empatia cognitiva pelo infrator [$F(1,167) = 2.12, p = .148, \eta^2 = .013$], nem efeito principal do sexo do infrator [$F(1,167) = .85, p = .359, \eta^2 = .005$], nem

do nível de empatia afetiva do participante [$F(1,167) = 1.13, p = .289, \eta^2 < .007$]. Acerca dos efeitos de interação, não foram observados efeitos da interação do sexo do participante com o sexo do infrator [$F(1,167) = 1.35, p = .247, \eta^2 = .008$], nem do sexo do participante com o nível de empatia afetiva deste [$F(1,167) = .69, p = .407, \eta^2 = .004$], nem do sexo do infrator com o nível de empatia afetiva do participante [$F(1,167) = .92, p = .338, \eta^2 < .005$]. Também não foi observado efeito combinado dos três fatores (sexo do infrator, sexo do participante e nível de empatia afetiva) sobre a empatia cognitiva pelo infrator [$F(1,167) = 2.73, p = .100, \eta^2 = .016$].

Apesar de não ter sido verificado efeito significativo de nenhum dos fatores, foi observada uma diferença significativa entre homens e mulheres com baixo nível de empatia afetiva para as condições na qual o infrator é do sexo masculino. As mulheres com baixa empatia afetiva reportaram valores significativamente mais elevados de empatia cognitiva pelo infrator do que os homens com baixa empatia afetiva [$F(1,167) = 6.30, p = .013, \eta^2 = .036$]. A diferença média foi de .69.

Acerca dos efeitos dos níveis de empatia cognitiva e afetiva do participante sobre a empatia afetiva pelo infrator, a Tabela 22 apresenta as médias desta em diferentes condições a partir do nível de empatia cognitiva dos participantes. A Tabela 23, por sua vez, apresenta as médias de empatia afetiva pelo infrator para cada tratamento a partir do nível de empatia afetiva dos participantes.

Os escores de empatia afetiva pelo infrator submetidas à uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) x 2 (baixo nível de empatia cognitiva *versus* alto nível de empatia cognitiva) não revelaram efeitos principais nem do sexo do participante sobre a empatia afetiva pelo infrator [$F(1,173) = .29, p = .593, \eta^2 = .002$], nem efeito principal do sexo do infrator [$F(1,173) = .24, p = .625, \eta^2 = .001$], nem do nível de empatia cognitiva do participante [$F(1,173) = .03, p = .853, \eta^2 < .001$]. Acerca dos efeitos de interação, não foram observados efeitos da interação do sexo do participante com o

sexo do infrator [$F(1,173) = .28, p = .595, \eta^2 = .002$], nem do sexo do participante com o nível de empatia cognitiva deste [$F(1,173) = .20, p = .657, \eta^2 = .001$], nem do sexo do infrator com o nível de empatia cognitiva do participante [$F(1,173) = 1.27, p = .262, \eta^2 < .007$]. Também não foi observado efeito combinado dos três fatores (sexo do infrator, sexo do participante e nível de empatia cognitiva) sobre a empatia afetiva pelo infrator [$F(1,173) = 1.10, p = .296, \eta^2 = .006$]. Mediante tais dados, considera-se que não houveram efeitos significativos do nível de empatia cognitiva do participante sobre a empatia afetiva pelo infrator associados aos diferentes tratamentos.

Tabela 22

Valores médios do componente afetivo da empatia pelo infrator de acordo com o nível de empatia cognitiva do participante nas diferentes condições

NÍVEL DE EMPATIA COGNITIVA		PARTICIPANTES MULHERES			PARTICIPANTES HOMENS		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Baixo	<i>Média</i>	3,86	3,88	3,87	3,77	3,94	3,85
	<i>D.P.</i>	1,06	,90	,97	1,09	1,01	1,05
Alto	<i>Média</i>	3,96	3,96	3,96	4,05	3,58	3,82
	<i>D.P.</i>	1,00	,64	,84	,94	1,12	1,05
TOTAL	<i>Média</i>	3,91	3,92	3,92	3,89	3,78	3,84
	<i>D.P.</i>	1,02	,76	,90	1,03	1,07	1,04

Nota. Os valores da tabela representam médias para uma escala de 5 pontos variando de 1 a 5. Valores próximos de 1 representam uma baixa avaliação negativa do infrator, enquanto que valores próximos de 5 representam uma alta avaliação negativa do infrator. *D.P.* = desvio-padrão.

Uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) x 2 (baixo nível de empatia afetiva *versus* alto nível de empatia afetiva) executada para os escores da empatia afetiva pelo infrator não revelou efeitos principais nem do sexo do participante sobre o componente afetivo da empatia pelo infrator [$F(1,171) = .02, p = .901, \eta^2 < .001$], nem efeito principal do sexo do infrator [$F(1,171) = .14, p = .704, \eta^2 = .001$], todavia revelou efeito principal do nível de empatia afetiva do participante [$F(1,171) = 6.65, p = .011, \eta^2 = .037$]. Acerca dos efeitos de interação, não foram observados efeitos da interação

do sexo do participante com o sexo do infrator [$F(1,171) < .01$, $p = .979$, $\eta^2 < .001$], nem do sexo do participante com o nível de empatia afetiva deste [$F(1,171) = .47$, $p = .494$, $\eta^2 = .003$], nem do sexo do infrator com o nível de empatia afetiva do participante [$F(1,171) = .17$, $p = .677$, $\eta^2 = .001$]. Também não foi observado efeito da interação tripla entre os três fatores (sexo do infrator, sexo do participante e nível de empatia afetiva) sobre o componente afetivo da empatia pelo infrator [$F(1,171) = .17$, $p = .682$, $\eta^2 = .001$].

Tabela 23

Valores médios do componente afetivo da empatia pelo infrator de acordo com o nível de empatia afetiva do participante nas diferentes condições

NÍVEL DE EMPATIA AFETIVA		PARTICIPANTES MULHERES			PARTICIPANTES HOMENS		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Baixo	<i>Média</i>	3.75	3.82	3.78	3.69	3.63	3.66
	<i>D.P.</i>	1.16	.99	1.08	1.01	1.13	1.06
Alto	<i>Média</i>	4.16	3.98	4.07	4.19	4.13	4.16
	<i>D.P.</i>	.68	.65	.66	1.03	.88	.95
TOTAL	<i>Média</i>	3.99	3.93	3.96	3.86	3.77	3.82
	<i>D.P.</i>	.93	.77	.85	1.03	1.08	1.05

Nota. Os valores da tabela representam médias para uma escala de 5 pontos variando de 1 a 5. Valores próximos de 1 representam uma baixa avaliação negativa do infrator, enquanto que valores próximos de 5 representam uma alta avaliação negativa do infrator. *D.P.* = desvio-padrão.

O efeito principal observado do nível de empatia afetiva do participante indica que participantes com maior nível de empatia afetiva expressaram maiores valores para o componente afetivo da empatia pelo infrator no geral, para todas as condições experimentais, isto é, independente do sexo do infrator ou do sexo do próprio participante.

Sobre os efeitos da empatia disposicional sobre o julgamento moral, a Tabela 24 apresenta as médias de avaliação negativa do infrator nas diferentes condições experimentais a partir do nível de empatia cognitiva dos participantes e a Tabela 25 exhibe as médias considerando o nível de empatia afetiva dos participantes.

Tabela 24

Valores médios de avaliação negativa do infrator de acordo com o nível de empatia cognitiva do participante nas diferentes condições

NÍVEL DE EMPATIA COGNITIVA		PARTICIPANTES MULHERES			PARTICIPANTES HOMENS		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Baixo	<i>Média</i>	2.57	2.73	2.65	2.54	2.99	2.74
	<i>D.P.</i>	1.23	1.05	1.14	1.17	1.15	1.17
Alto	<i>Média</i>	2.56	2.52	2.54	2.70	2.51	2.61
	<i>D.P.</i>	1.06	1.20	1.12	1.13	1.31	1.21
TOTAL	<i>Média</i>	2.57	2.62	2.59	2.60	2.77	2.68
	<i>D.P.</i>	1.12	1.13	1.12	1.15	1.23	1.18

Nota. Os valores da tabela representam médias para uma escala de 5 pontos variando de 1 a 5. Valores próximos de 1 representam uma baixa avaliação negativa do infrator, enquanto que valores próximos de 5 representam uma alta avaliação negativa do infrator. *D.P.* = desvio-padrão.

Os escores de avaliação negativa do infrator submetidos à uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) x 2 (baixo nível de empatia cognitiva *versus* alto nível de empatia cognitiva) não revelaram efeitos principais nem do sexo do participante sobre a avaliação negativa do infrator [$F(1,172) = .24$, $p = .628$, $\eta^2 = .001$], nem efeito principal do sexo do infrator [$F(1,172) = .29$, $p = .589$, $\eta^2 = .002$], nem do nível de empatia cognitiva do participante [$F(1,172) = .58$, $p = .448$, $\eta^2 = .003$]. Acerca dos efeitos de interação, não foram observados efeitos da interação do sexo do participante com o sexo do infrator [$F(1,172) = .04$, $p = .824$, $\eta^2 < .001$], nem do sexo do participante com o nível empatia cognitiva deste [$F(1,172) = .02$, $p = .894$, $\eta^2 < .001$], nem do sexo do infrator com o nível de empatia cognitiva do participante [$F(1,172) = 1.47$, $p = .228$, $\eta^2 = .008$]. Igualmente não foi observado efeito de interação tripla entre os fatores (sexo do infrator, sexo do participante e nível de empatia cognitiva) sobre a avaliação negativa do infrator [$F(1,172) = .39$, $p = .533$, $\eta^2 = .002$]. Dessa maneira, não foram observados efeitos do nível de empatia cognitiva do participante sobre a avaliação negativa do infrator como resultado do tratamento experimental.

Tabela 25

Valores médios de avaliação negativa do infrator de acordo com o nível de empatia afetiva do participante nas diferentes condições

NÍVEL DE EMPATIA AFETIVA		PARTICIPANTES MULHERES			PARTICIPANTES HOMENS		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Baixo	<i>Média</i>	2.67	2.62	2.65	2.74	2.84	2.79
	<i>D.P.</i>	1.15	1.08	1.10	1.25	1.19	1.21
Alto	<i>Média</i>	2.43	2.61	2.52	2.44	2.50	2.46
	<i>D.P.</i>	1.05	1.19	1.12	.86	1.35	1.07
TOTAL	<i>Média</i>	2.53	2.61	2.57	2.64	2.74	2.69
	<i>D.P.</i>	1.09	1.14	1.11	1.13	1.23	1.17

Nota. Os valores da tabela representam médias para uma escala de 5 pontos variando de 1 a 5. Valores próximos de 1 representam uma baixa avaliação negativa do infrator, enquanto que valores próximos de 5 representam uma alta avaliação negativa do infrator. *D.P.* = desvio-padrão.

Uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) x 2 (baixo nível de empatia afetiva *versus* alto nível de empatia afetiva) sobre os escores de avaliação negativa do infrator não revelou efeitos principais nem do sexo do participante sobre a avaliação negativa do infrator [$F(1,170) = .07, p = .789, \eta^2 < .001$], nem efeito principal do sexo do infrator [$F(1,170) = .16, p = .693, \eta^2 = .009$], nem do nível de empatia afetiva do participante [$F(1,170) = 1.48, p = .225, \eta^2 = .003$]. Acerca dos efeitos de interação, não foram observados efeitos da interação do sexo do participante com o sexo do infrator [$F(1,170) < .01, p = .969, \eta^2 < .001$], nem do sexo do participante com o nível de empatia afetiva deste [$F(1,170) = .29, p = .593, \eta^2 = .002$], nem do sexo do infrator com o nível de empatia afetiva do participante [$F(1,170) = .07, p = .794, \eta^2 < .001$]. Também não foi observado efeito da interação combinada dos três fatores (sexo do infrator, sexo do participante e nível de empatia afetiva) sobre a avaliação negativa do infrator [$F(1,170) = .13, p = .723, \eta^2 = .001$]. Assim, não foram observados efeitos do nível de empatia afetiva do participante sobre a avaliação negativa do infrator como resultado do tratamento experimental. Consequentemente, foram observados efeitos da empatia disposicional do participante apenas nos valores reportados de empatia pelo infrator.

3.4 O Papel do Desenvolvimento Moral na Resposta à Situação Experimental

Nesta seção, são apresentados os resultados referentes às análises acerca do papel do desenvolvimento moral na resposta empática à situação experimental e no julgamento moral do infrator. Inicialmente, a amostra será caracterizada em relação ao principal índice de desenvolvimento moral (N2) e aos esquemas morais de acordo com a alocação nas diferentes condições experimentais, bem como será testado um possível enviesamento na distribuição desta em relação à tais medidas. Posteriormente, serão analisadas as correlações de Pearson entre as medidas de desenvolvimento moral e as medidas de empatia pelo infrator e avaliação negativa deste para uma das condições experimentais. Por fim, serão testados os efeitos do elevado e do baixo desenvolvimento moral nas medidas situacionais ao longo dos tratamentos.

Desenvolvimento Moral dos Participantes

A Tabela 26 apresenta a média dos escores N2 dos participantes em cada um dos diferentes tratamentos experimentais. Os escores N2 submetidos à uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) não revelou efeitos principais nem do sexo do infrator sobre o índice mais geral de desenvolvimento moral [$F(1,142) = 2.17, p = .143, \eta^2 = .015$], nem do sexo do participante sobre este [$F(1,142) = 2.14, p = .146, \eta^2 = .015$]. Também não foi observado efeito da interação entre ambos, sexo do infrator e sexo do participante, sobre o escore N2 [$F(1,142) = .77, p = .381, \eta^2 = .005$].

Mediante os resultados da ANOVA, é possível afirmar que as diferenças observadas não são significativas, de modo que em nenhum dos tratamentos os participantes se diferenciaram por apresentar maior ou menor nível de desenvolvimento moral. Mulheres também não se

diferenciam dos homens em termos de desenvolvimento moral e nem os participantes que avaliaram o infrator do sexo feminino daqueles que avaliaram o infrator do sexo masculino.

Tabela 26
Valores médios do escore N2 considerando as diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE		SEXO DO INFRATOR		TOTAL
		Mulher	Homem	
Mulheres	<i>Média</i>	48.91	51.00	49.91
	<i>D.P.</i>	17.51	20.56	18.93
Homens	<i>Média</i>	40.66	48.94	44.63
	<i>D.P.</i>	23.48	23.32	23.61
TOTAL	<i>Média</i>	44.89	50.00	47.34
	<i>D.P.</i>	20.91	21.81	21.42

Nota. D.P. = desvio-padrão.

Para além do principal índice de desenvolvimento moral, as amostras também foram testadas com relação aos escores para os esquemas morais de manutenção das normas e o pós-convencional. O escore para o esquema de interesses pessoais não foi considerado, uma vez que pouquíssimos participantes obtiveram uma pontuação elevada para o esquema e sua utilização preponderante na população adulta encontra-se restrita à um grupo com características particulares, sendo um esquema mais típico de um período do desenvolvimento que não se encontra contemplado no presente estudo. A Tabela 27 apresenta a média dos escores para o esquema de manutenção das normas e o esquema pós-convencional dos participantes em cada uma das condições experimentais.

A submissão dos escores para os referidos esquemas morais à uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) não revelou efeitos principais nem do sexo do infrator sobre o escore para o esquema de manutenção das normas [$F(1,142) = 2.97, p = .087, \eta^2 = .021$], nem do sexo do participante sobre este [$F(1,142) = 1.16, p = .283, \eta^2 = .008$]. Também não foram observados efeitos principais do

sexo do infrator [$F(1,142) = 2.33, p = .129, \eta^2 = .016$] sobre o esquema pós-convencional, nem efeito principal do sexo do participante [$F(1,142) = 1.90, p = .170, \eta^2 = .013$]. Acerca da interação entre o sexo do infrator e o sexo do participante, igualmente não foram observados efeitos nem para o esquema de manutenção das normas [$F(1,142) = .41, p = .522, \eta^2 = .003$] nem para o esquema pós-convencional [$F(1,142) = .77, p = .382, \eta^2 = .005$].

Tabela 27

Valores médios do escore do DIT para os esquemas de manutenção das normas e pós-convencional considerando as diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE		MANUTENÇÃO DAS NORMAS			PÓS-CONVENCIONAL		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Mulheres	<i>Média</i>	40.33	37.00	38.73	46.66	48.86	47.71
	<i>D.P.</i>	15.91	17.55	16.69	16.64	19.68	18.07
Homens	<i>Média</i>	45.63	38.33	42.13	39.02	47.16	42.92
	<i>D.P.</i>	21.93	18.55	20.57	22.80	22.36	22.79
TOTAL	<i>Média</i>	42.91	37.65	40.38	42.49	48.03	45.38
	<i>D.P.</i>	19.14	17.92	18.69	20.11	20.89	20.57

Nota. D.P. = desvio-padrão.

Desse modo, nenhuma das condições experimentais se destacou pela maior ou menor utilização de um esquema em particular, mesmo que na condição em que participantes do sexo masculino avaliaram um infrator do sexo feminino a média de utilização do esquema de manutenção das normas seja maior do que a média para o esquema pós-convencional, diferentemente do que acontece nos demais tratamentos. Novamente, mulheres não se diferenciaram dos homens em relação à maior ou menor utilização de um dos esquemas e nem os participantes que avaliaram o infrator do sexo feminino daqueles que avaliaram o infrator do sexo masculino. Assim, nenhum dos resultados observados esteve associado a diferenças em termos de desenvolvimento moral dos participantes alocados em diferentes condições experimentais.

Correlações entre Desenvolvimento Moral e Medidas Situacionais

Acerca das associações entre o escore N2 e os diferentes componentes da empatia pelo infrator, foram observadas correlações significativas apenas com o componente cognitivo para homens [$r(33) = +.39, p = .027$] e mulheres [$r(36) = +.34, p = .041$] exclusivamente quando o infrator era do sexo masculino. Assim, para o infrator do sexo masculino, valores maiores de desenvolvimento moral estiveram associados à valores menores de empatia cognitiva pelo infrator, bem como valores menores de desenvolvimento moral estiveram associados à valores menores de empatia cognitiva do infrator [$r(69) = +.36, p = .002$]. A Tabela 28 apresenta os resultados das correlações entre o escore N2 e os diferentes componentes da empatia pelo infrator para cada um dos tratamentos.

Tabela 28

Correlações entre o escore N2 e os diferentes componentes da empatia pelo infrator considerando as diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE	COMPONENTE COGNITIVO			COMPONENTE AFETIVO		
	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Mulheres	-.13	.34*	.13	-.05	.28	.08
Homens	.10	.39*	.17	-.15	-.14	-.15
TOTAL	.02	.36**	.17*	-.09	.02	-.04

Nota. ** $p < .01$. * $p < .05$

A fim de verificar o emprego de diferentes esquemas morais a depender do cruzamento do sexo do participante com o sexo do infrator, foram analisadas também as correlações de medidas situacionais com os escores para os esquemas de manutenção das normas e o pós-convencional. A Tabela 29 apresenta os valores de r de Pearson para correlações entre o esquema de manutenção das normas e os diferentes componentes da empatia pelo infrator e a Tabela 30 exhibe as correlações com o esquema pós-convencional.

Tabela 29

Correlação entre o esquema de manutenção das normas e os diferentes componentes da empatia pelo infrator nas diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE	COMPONENTE COGNITIVO			COMPONENTE AFETIVO		
	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Mulheres	.02	-.42*	-.21	.08	-.35*	-.08
Homens	-.17	-.23	-.14	.16	.17	.17
TOTAL	-.10	-.31**	-.18*	-.12	-.03	.06

Nota. ** $p < .01$. * $p < .05$

Tabela 30

Correlação entre o esquema pós-convencional e os diferentes componentes da empatia pelo infrator nas diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE	COMPONENTE COGNITIVO			COMPONENTE AFETIVO		
	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Mulheres	-.12	.34*	.13	-.04	.28	.08
Homens	.11	.38*	.17	-.15	-.15	-.16
TOTAL	.03	.35**	.17*	-.09	.02	-.04

Nota. ** $p < .01$. * $p < .05$

Acerca das correlações entre os esquemas morais e os componentes da empatia pelo infrator, foram observadas correlações significativas entre o esquema de manutenção das normas e ambos os componentes da empatia pelo infrator, cognitivo [$r(36) = +.42, p = .011$] e afetivo [$r(36) = +.35, p = .041$] restritos à condição na qual as mulheres avaliam o infrator do sexo masculino. Ademais, novamente foi observada uma correlação significativa do esquema com o componente cognitivo para o infrator do sexo masculino [$r(69) = +.31, p = .010$], de modo tal que maiores valores para o esquema se associaram à valores maiores para a empatia cognitiva para o infrator do sexo masculino.

O caso do esquema pós-convencional será mencionado brevemente por ser similar ao índice N2. Para o esquema observaram-se correlações com o componente cognitivo tanto para

os homens [$r(33) = +.38, p = .031$] quanto para as mulheres [$r(36) = +.34, p = .041$] e novamente foi observada uma correlação significativa apenas para o infrator do sexo masculino [$r(69) = +.35, p = .003$].

Em relação às associações do escore N2 com a avaliação negativa do infrator, foi observada uma correlação significativa quando as mulheres avaliam o infrator do sexo feminino [$r(39) = -.38, p = .016$]. Também foi observada uma correlação fraca entre o escore e a avaliação negativa do infrator do sexo masculino para os participantes do sexo masculino, porém tal associação não se revelou significativa [$r(33) = -.30, p = .094$]. Para todos os tratamentos as correlações observadas foram negativas. Assim, valores mais baixos de desenvolvimento moral tenderam a se associar com valores mais elevados de avaliação negativa do infrator, bem como valores mais elevados de desenvolvimento moral tenderam a se associar com valores mais baixos de avaliação negativa do infrator. A Tabela 31 apresenta os valores de r de Pearson para as correlações entre o escore N2 e a avaliação negativa do infrator em cada um dos tratamentos.

Tabela 31
Correlações de Pearson entre o escore N2 e a avaliação negativa do infrator considerando as diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE	SEXO DO INFRATOR		TOTAL
	Mulher	Homem	
Mulheres	-.38*	-.07	-.22
Homens	-.02	-.30	-.15
TOTAL	-.18	-.19	-.18*

Nota. * $p < .05$

Considerando o esquema de manutenção das normas, uma correlação significativa emergiu apenas para o infrator do sexo masculino [$r(69) = +.26, p = .034$], de modo tal que valores mais elevados para o esquema se associaram com valores mais elevados de avaliação negativa do infrator, bem como valores mais baixos para o esquema se associaram com valores

mais baixos de avaliação negativa do infrator. Acerca do esquema pós-convencional, não foram observadas diferenças significativas em relação aos dados para o escore N2. Novamente apenas uma correlação significativa nos tratamentos, quando as mulheres avaliam um infrator do sexo feminino [$r(39) = +.38$, $p = .018$]. A Tabela 32 exibe os valores de correlação da avaliação negativa do infrator com os escores para os diferentes esquemas morais dos participantes.

Tabela 32

Correlação entre a avaliação negativa do infrator e os esquemas morais considerando as diferentes condições experimentais

SEXO DO PARTICIPANTE	MANUTENÇÃO DAS NORMAS			PÓS-CONVENCIONAL		
	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Mulheres	.17	.28	.22	-.38*	-.08	-.22
Homens	.18	.23	.20	-.03	-.30	-.15
TOTAL	.18	.26*	.21*	-.18	-.19	-.19*

Nota. * $p < .05$

Efeitos do Desenvolvimento Moral sobre Medidas Situacionais nos Tratamentos

Assim como foi efetuado para os escores de empatia disposicional, os escores N2 dos participantes foram classificados em dois grupos com base na mediana: participantes com baixo nível de desenvolvimento moral e participantes com alto nível de desenvolvimento moral. Os participantes com baixo nível de desenvolvimento moral apresentaram escores N2 variando de 3.37 a 49.06, enquanto que os participantes com alto nível de desenvolvimento moral apresentaram escores N2 variando de 49.12 a 95.20. A Tabela 33 apresenta as médias de desenvolvimento moral para cada um dos grupos de acordo com a classificação binária dos escores.

Considerando os diferentes componentes da empatia pelo infrator, a Tabela 34 apresenta as médias para o componente cognitivo da empatia pelo infrator nas diferentes condições

experimentais a partir do nível de desenvolvimento moral do participante e a Tabela 35 apresenta as médias em relação ao componente afetivo da empatia pelo infrator.

Tabela 33

Médias de desenvolvimento moral de acordo com a classificação binária dos escores

VARIÁVEL DISPOSICIONAL		CLASSIFICAÇÃO DO ESCORE		TOTAL
		Baixo	Alto	
Desenvolvimento moral	<i>Média</i>	29.73	64.95	47.34
	<i>D.P.</i>	12.73	11.54	21.42

Nota. As médias foram calculadas a partir do índice N2. *D.P.* = desvio-padrão.

Os escores para o componente cognitivo da empatia pelo infrator submetidos à uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) x 2 (baixo desenvolvimento do moral *versus* alto desenvolvimento moral) não revelaram efeitos principais nem do sexo do participante sobre a avaliação negativa do infrator [$F(1,134) = 2.90, p = .091, \eta^2 = .021$], nem efeito principal do sexo do infrator [$F(1,134) = 1.03, p = .313, \eta^2 = .008$], nem do nível de desenvolvimento moral do participante [$F(1,134) = 1.75, p = .188, \eta^2 = .013$]. Acerca dos efeitos de interação, não foram observados efeitos da interação do sexo do participante com o sexo do infrator [$F(1,134) = 2.01, p = .159, \eta^2 = .015$], nem do sexo do participante com o nível de desenvolvimento moral deste [$F(1,134) = .96, p = .329, \eta^2 = .007$], nem do sexo do infrator com o nível de desenvolvimento moral do participante [$F(1,134) = 1.12, p = .293, \eta^2 = .008$]. Também não foi observado efeito de integração tripla (sexo do infrator, sexo do participante e nível de desenvolvimento moral) sobre o componente cognitivo da empatia pelo infrator [$F(1,134) < .01, p = .964, \eta^2 < .001$]. Mediante os dados, conclui-se que não foram observados efeitos do desenvolvimento moral do participante sobre a empatia cognitiva pelo infrator como resultado do tratamento experimental.

Tabela 34

Valores médios para o componente cognitivo da empatia pelo infrator de acordo com o desenvolvimento moral do participante nas diferentes condições

DESENVOLVIMENTO MORAL		PARTICIPANTES MULHERES			PARTICIPANTES HOMENS		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Baixo	<i>Média</i>	4.16	3.97	4.06	4.05	3.50	3.82
	<i>D.P.</i>	.62	.90	.77	1.02	.98	1.03
Alto	<i>Média</i>	4.24	4.40	4.32	4.32	3.88	4.08
	<i>D.P.</i>	.85	.62	.74	.97	.89	.94
TOTAL	<i>Média</i>	4.20	4.21	4.21	4.15	3.70	3.93
	<i>D.P.</i>	.75	.78	.76	1.00	.94	.99

Nota. Os valores da tabela representam médias para uma escala de 5 pontos variando de 1 a 5. Valores próximos de 1 representam uma baixa avaliação negativa do infrator, enquanto que valores próximos de 5 representam uma alta avaliação negativa do infrator. *D.P.* = desvio-padrão.

Os escores de empatia afetiva pelo infrator submetidas à uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) x 2 (baixo desenvolvimento do moral *versus* alto desenvolvimento moral) não revelaram efeitos principais nem do sexo do participante sobre a avaliação negativa do infrator [$F(1,138) = .79, p = .374, \eta^2 = .006$], nem efeito principal do sexo do infrator [$F(1,138) < .01, p = .980, \eta^2 < .001$], nem do nível de desenvolvimento moral do participante [$F(1,138) < .01, p = .978, \eta^2 < .001$]. Acerca dos efeitos de interação, não foram observados efeitos da interação do sexo do participante com o sexo do infrator [$F(1,138) = .18, p = .674, \eta^2 < .001$], nem do sexo do participante com o nível de desenvolvimento moral deste [$F(1,138) = 1.98, p = .171, \eta^2 = .014$], nem do sexo do infrator com o nível de desenvolvimento moral do participante [$F(1,138) = .74, p = .392, \eta^2 = .005$]. Também não foi observado efeito de interação tripla entre os três fatores (sexo do infrator, sexo do participante e nível de desenvolvimento moral) sobre o componente afetivo da empatia pelo infrator [$F(1,138) < .03, p = .852, \eta^2 < .001$]. Sendo assim, não foram observados efeitos do desenvolvimento moral do participante sobre o componente afetivo da empatia pelo infrator como resultado do tratamento experimental.

Tabela 35

Valores médios para o componente afetivo da empatia pelo infrator de acordo com o desenvolvimento moral do participante nas diferentes condições

DESENVOLVIMENTO MORAL		PARTICIPANTES MULHERES			PARTICIPANTES HOMENS		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Baixo	<i>Média</i>	3.89	3.84	3.87	4.07	3.82	3.96
	<i>D.P.</i>	1.30	.75	1.06	.97	.97	.96
Alto	<i>Média</i>	4.00	4.17	4.09	3.67	3.79	3.72
	<i>D.P.</i>	.94	.57	.77	1.10	1.15	1.11
TOTAL	<i>Média</i>	3.95	4.03	3.99	3.91	3.76	3.85
	<i>D.P.</i>	1.10	.66	.92	1.03	1.05	1.03

Nota. Os valores da tabela representam médias para uma escala de 5 pontos variando de 1 a 5. Valores próximos de 1 representam uma baixa avaliação negativa do infrator, enquanto que valores próximos de 5 representam uma alta avaliação negativa do infrator. *D.P.* = desvio-padrão.

Acerca dos efeitos do desenvolvimento moral sobre a avaliação negativa do infrator, a Tabela 36 reporta as médias para avaliação negativa do infrator nas diferentes condições experimentais a partir do nível de desenvolvimento moral do participante.

Os escores de avaliação negativa do infrator submetidos à uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) x 2 (baixo desenvolvimento do moral *versus* alto desenvolvimento moral) não revelaram efeitos principais nem do sexo do participante sobre a avaliação negativa do infrator [$F(1,137) = .06, p = .813, \eta^2 < .001$] e nem efeito principal do sexo do infrator [$F(1,137) = .01, p = .935, \eta^2 < .001$], todavia houve efeito principal do nível de desenvolvimento moral do participante [$F(1,137) = 8.75, p = .004, \eta^2 = .060$]. Acerca dos efeitos de interação, não foram observados efeitos da interação do sexo do participante com o sexo do infrator [$F(1,137) < .01, p = .992, \eta^2 < .001$], nem do sexo do participante com o nível de desenvolvimento moral deste [$F(1,137) = .45, p = .506, \eta^2 = .003$], nem do sexo do infrator com o nível de desenvolvimento moral do participante [$F(1,137) = .03, p = .868, \eta^2 < .001$]. Também não foi observada interação tripla dos fatores (sexo do infrator, sexo do participante e nível de desenvolvimento moral) sobre a avaliação negativa do infrator [$F(1,137) = 2.69, p = .103, \eta^2 = .019$].

Tabela 36

Valores médios de avaliação negativa do infrator de acordo com o desenvolvimento moral do participante nas diferentes condições

DESENVOLVIMENTO MORAL		PARTICIPANTES MULHERES			PARTICIPANTES HOMENS		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Baixo	<i>Média</i>	3.15	2.19	2.63	2.76	3.08	2.89
	<i>D.P.</i>	1.04	1.02	1.13	1.22	1.18	1.20
Alto	<i>Média</i>	2.85	2.45	2.63	2.67	2.31	2.48
	<i>D.P.</i>	1.15	1.03	1.09	1.19	1.15	1.16
TOTAL	<i>Média</i>	3.01	2.32	2.63	2.72	2.69	2.70
	<i>D.P.</i>	1.09	1.02	1.10	1.19	1.21	1.19

Nota. Os valores da tabela representam médias para uma escala de 5 pontos variando de 1 a 5. Valores próximos de 1 representam uma baixa avaliação negativa do infrator, enquanto que valores próximos de 5 representam uma alta avaliação negativa do infrator. *D.P.* = desvio-padrão.

O efeito principal do desenvolvimento moral decorre do fato de que participantes do sexo feminino com alto desenvolvimento moral avaliaram o infrator do mesmo sexo menos negativamente do que participantes do sexo feminino com baixo desenvolvimento moral [$F(1,137) = 7.07, p = .009, \eta^2 = .049$]. A diferença entre as médias foi de .96. Em relação ao infrator do sexo masculino, não foram observadas diferenças significativas na avaliação das mulheres com diferentes níveis de desenvolvimento moral [$F(1,137) = 1.15, p = .284, \eta^2 = .008$]. Semelhantemente ao que ocorreu com as mulheres, homens com alto desenvolvimento moral tenderam a avaliar de maneira menos negativa o infrator do sexo masculino do que homens com baixo desenvolvimento moral [$F(1,137) = 3.88, p = .051, \eta^2 = .028$]. A diferença entre as médias foi de .77. Acerca do infrator do sexo feminino, não observadas diferenças significativas na avaliação de homens com diferentes níveis de desenvolvimento moral [$F(1,137) = .06, p = .809, \eta^2 < .001$]. Considerando tais dados, é possível afirmar que participantes com baixo desenvolvimento moral tendem a avaliar mais negativamente um membro do endogrupo em relação a um membro do exogrupo, revelando um viés associado à pertença grupal.

Por último, tendo em conta a relevância dos diferentes esquemas morais e os resultados obtidos em relação ao desenvolvimento moral do participante, a avaliação negativa do infrator também foi analisada com base no principal esquema moral dos participantes. Para cumprir tal finalidade, os participantes foram classificados de acordo com o principal esquema moral utilizado em convencionais e pós-convencionais. Os convencionais corresponderam aos participantes com maior escore para o esquema de manutenção das normas e os pós-convencionais, aos participantes com maior escore para o esquema pós-convencional. Participantes com maior escore para o esquema de interesses pessoais foram excluídos desta análise, assim como os participantes com a mesma pontuação para o esquema de manutenção das normas e o esquema pós-convencional. Os dados obtidos são apresentados na Tabela 37.

As médias de avaliação negativa do infrator submetidas à uma ANOVA 2 (infrator homem *versus* infrator mulher) x 2 (participante mulher *versus* participante homem) x 2 (convencional *versus* pós-convencional) não revelaram efeitos principais nem do sexo do participante sobre a avaliação negativa do infrator [$F(1,131) = .02, p = .901, \eta^2 < .001$] e nem efeito principal do sexo do infrator [$F(1,131) = .01, p = .931, \eta^2 < .001$], todavia houve efeito do principal esquema moral do participante [$F(1,131) = 8.56, p = .004, \eta^2 = .061$], o que indica que participantes convencionais e pós-convencionais se diferenciam na avaliação do infrator. Acerca dos efeitos de interação, não foram observados efeitos da interação do sexo do participante com o sexo do infrator [$F(1,131) = .08, p = .773, \eta^2 < .001$], nem do sexo do participante com o principal esquema moral deste [$F(1,131) = .13, p = .724, \eta^2 = .001$], nem do sexo do infrator com o principal esquema moral do participante [$F(1,131) = .13, p = .715, \eta^2 = .001$]. Também não foi observado efeito de interação tripla dos fatores (sexo do infrator, sexo do participante e principal esquema moral) sobre a avaliação negativa do infrator [$F(1,131) = 1.10, p = .297, \eta^2 = .008$].

Tabela 37

Valores médios de avaliação negativa do infrator de acordo com o esquema moral predominante do participante nas diferentes condições

PRINCIPAL ESQUEMA MORAL		PARTICIPANTES MULHERES			PARTICIPANTES HOMENS		
		Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL	Infrator Mulher	Infrator Homem	TOTAL
Convencional	<i>Média</i>	3.04	2.95	3.00	2.85	3.05	2.93
	<i>D.P.</i>	1.03	1.17	1.08	1.24	1.19	1.21
Pós-convencional	<i>Média</i>	2.27	2.44	2.36	2.62	2.28	2.44
	<i>D.P.</i>	1.09	1.01	1.04	1.16	1.12	1.14
TOTAL	<i>Média</i>	2.60	2.64	2.62	2.75	2.60	2.68
	<i>D.P.</i>	1.12	1.08	1.09	1.19	1.20	1.19

Nota. Os valores da tabela representam médias para uma escala de 5 pontos variando de 1 a 5. Valores próximos de 1 representam uma baixa avaliação negativa do infrator, enquanto que valores próximos de 5 representam uma alta avaliação negativa do infrator. *D.P.* = desvio-padrão.

Assim como observado para o nível de desenvolvimento moral, o efeito principal do esquema moral predominante decorre de uma avaliação negativa do infrator diferente em relação à membros do endogrupo e do exogrupo que, neste caso, ocorre nos participantes convencionais. Participantes convencionais do sexo feminino avaliaram o infrator do sexo feminino de forma mais negativa do que as participantes pós-convencionais [$F(1,131) = 4.34$, $p = .039$, $\eta^2 = .032$]. A diferença entre as médias foi de .77. Não foram observadas diferenças resultantes do esquema moral predominante quando o infrator é do sexo masculino [$F(1,131) = 1.62$, $p = .206$, $\eta^2 = .012$]. Da mesma forma, participantes convencionais do sexo masculino tenderam a avaliar o infrator do sexo masculino de forma mais negativa do que os participantes pós-convencionais [$F(1,131) = 3.88$, $p = .051$, $\eta^2 = .028$]. A diferença entre as médias foi novamente de .77. Não foram observadas diferenças resultantes do esquema moral predominante quando o infrator é do sexo feminino [$F(1,131) = .36$, $p = .551$, $\eta^2 = .003$].

CAPÍTULO IV

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 Discussão

Inicialmente, considera-se pertinente tecer comentários acerca das medidas situacionais empregadas no experimento para a mensuração da empatia pelo infrator e a avaliação negativa deste. As primeiras considerações se referem aos valores de *alpha* de Cronbach encontrados para os instrumentos.

É pertinente ressaltar que o *alpha* de Cronbach não é um índice representativo da unidimensionalidade do instrumento, uma ideia recorrente nos estudos em psicologia e ciências sociais (Hattie, 1985; Cortina, 1993; Schmitt, 1996). Segundo Schmitt (1996) tal equívoco pode ser atribuído ao próprio Cronbach, que trata os termos homogeneidade e consistência interna como sinônimos, porém ambos apresentam conceitos diferentes. Homogeneidade se refere a unidimensionalidade de um conjunto de itens, enquanto que consistência interna se refere ao grau de interrelação entre um conjunto de itens. Embora correlação seja importante para unidimensionalidade, não é possível afirmar que esta se resume àquela. Segundo Sijtsma (2009) o *alpha* de Cronbach é um índice que mensura o grau médio de interrelação entre um conjunto de itens, desde que não haja covariâncias negativas e considerando que o *alpha* também depende do número de itens do instrumento. Uma grande quantidade de itens faz o *alpha* subir sem que isto signifique, de fato, uma maior interrelação entre os itens (Cortina, 1993).

Conforme observado, de modo geral, os valores de *alpha* foram bastante próximos para ambos os instrumentos e indicaram uma maior consistência interna para as escalas de julgamento em relação às escalas de empatia. A escala de empatia do instrumento no qual o infrator é um homem tornou-se mais evidente em razão do seu baixo valor de *alpha* de Cronbach. Uma análise comparativa dos valores de *alpha* obtidos para as medidas sugere que

o problema se encontra no componente cognitivo, dada a baixa consistência interna do fator em relação ao instrumento no qual o infrator é uma mulher e a boa consistência interna do componente afetivo do instrumento em questão. Tal observação sinaliza que as variáveis de compreensão do ponto de vista e dos argumentos do infrator não apresentam uma interrelação tão forte quando o infrator é um homem em relação ao infrator do sexo feminino.

Considerando a estrutura do dilema moral utilizado, o comportamento esperado para os dados seria o de uma maior dispersão nos valores reportados pelos participantes para a medida de julgamento moral do que para a medida de empatia. O dilema de Heinz é um dilema que tende a estimular a empatia pelo protagonista uma vez que a história é contada de modo a enfatizar o sofrimento de Heinz e justificar seu desespero. Todavia, em termos morais, na situação trabalhada, há um dano ao farmacêutico decorrente do roubo e os sujeitos precisam ponderar em que medida a situação de Heinz justifica ou não a infração cometida. Desse modo, embora a situação sinalize uma direção praticamente inequívoca para a empatia, o eliciamento desta acaba por contrapor, de maneira forte, a norma de não roubar e a situação do sujeito, originando a controvérsia típica aos dilemas.

De fato, os desvios-padrão observados para as médias da avaliação negativa do infrator e da empatia pelo infrator sugerem uma maior dispersão para os dados da primeira em relação à segunda. Todavia, os valores de *alpha* de Cronbach demonstram maior coerência da medida de julgamento em comparação à medida de empatia. Além da literatura que sugere uma possível independência entre as dimensões cognitiva e afetiva da empatia (Christov-Moore et al., 2014), o componente cognitivo, dado sua associação com o julgamento moral, pode ter se distanciado mais do componente afetivo para a situação experimental também em razão de um esforço ativo dos participantes no sentido de evitar que a resposta afetiva ao sofrimento do infrator pudesse “contaminar” de alguma forma o julgamento, mantendo uma desejável imparcialidade e

preservando o sentimento de justiça. Esse esforço pode ter repercutido diretamente sobre a confiabilidade da escala, especialmente para o componente cognitivo.

De todo modo, o que a análise dos instrumentos permitiu observar foi a necessidade de empregar uma maior quantidade de itens para a escala de empatia situacional, a fim de melhorar a confiabilidade da medida, considerando a complexidade da apresentação do fenômeno na situação experimental investigada. A escala situacional de julgamento moral, por outro lado, revelou dados bastante satisfatórios nas análises efetuadas mediante a exclusão de um dos itens da sua apresentação original.

Acerca das correlações observadas para as medidas situacionais, o presente estudo acrescenta evidências em favor de uma associação entre a empatia cognitiva e o julgamento moral. Correlações de componentes cognitivos da empatia disposicional com o desenvolvimento moral foram reportadas no estudo de Williams, Orpen, Hutchinson, Walker e Zumbo (2006). Mediante o objetivo de elucidar os componentes intrapessoais do desenvolvimento moral, os autores observaram que o componente da tomada de perspectiva do processo empático é um forte correlato do desenvolvimento moral, além de demonstrar seu efeito moderador em relação ao traço de personalidade de conscienciosidade. Conforme Kohlberg (1984) menciona, o desenvolvimento moral tem por base fundamental um processo de reestruturação de formas de tomada de perspectiva. Assim, seriam esperadas associações entre a tomada de perspectiva, um aspecto da empatia cognitiva, e o desenvolvimento moral, que foram observadas em medidas situacionais no presente estudo.

A ausência de correlações significativas entre o componente afetivo e a avaliação negativa do infrator não significa que o componente afetivo não seja de alguma forma importante para o julgamento moral, mas, no contexto investigado, o componente cognitivo da empatia pelo infrator se revelou mais importante no julgamento deste do que o afetivo. O que não se revela de todo estranho, considerando o que o protagonista também é um infrator. Assim,

para uma melhor compreensão da relação entre o componente afetivo e o julgamento moral, sugerem-se estudos com contextos situacionais que favoreçam uma aproximação entre ambos.

Sobre os efeitos do sexo do infrator e do gênero do infrator sobre as medidas situacionais, em princípio, pensava-se que o cruzamento da variável do sexo do infrator com a variável do sexo do participante resultaria em alguma forma de favoritismo endogrupal, no mínimo, para a medida de empatia pelo infrator, conforme outras investigações têm sugerido (Tarrant, Dazeley & Cottom, 2009). O que foi observado, entretanto, é o que o cruzamento apenas de tais variáveis não resultou na observação de efeitos significativos no presente estudo. Considerando os resultados da inserção das variáveis disposicionais dos participantes na análise do comportamento das variáveis situacionais ao longo das condições experimentais, é possível afirmar que o potencial de ocorrência de alguma forma de favoritismo endogrupal estava diluído nos tratamentos, em razão do equilíbrio das variáveis de empatia e desenvolvimento moral dos participantes como resultado da aleatorização na distribuição dos participantes nas diferentes condições. Todavia, ainda assim, aparentemente a empatia não demonstrou ser sensível à categorização social conforme tem sido sugerido na literatura.

A fim de melhor compreender o comportamento inesperado da empatia, algumas hipóteses explicativas foram levantadas. A primeira delas diz respeito ao contexto de investigação desta. Não foram observadas pesquisas anteriores avaliando o comportamento da empatia com membros desviantes do endogrupo em relação à membros desviantes do exogrupo. Precisamente em contextos de comportamento desviante foi observada a ocorrência de outra forma de favoritismo endogrupal e que não envolve a derrogação do exogrupo, mas sim do endogrupo, conforme será discutido adiante. Tal fato é uma forte evidência em favor de uma dinâmica diferenciada das variáveis em tais contextos e, assim, também requereria investigação futura. Nesse sentido, é pertinente retomar os resultados do estudo de Sampaio et al. (2008) acerca da influência da empatia em raciocínios de justiça distributiva.

Conforme foi previamente comentado, os autores observaram viés na resposta moral a depender da proximidade, em termos grupais, com o personagem em questão, o que poderia ser traduzido como um favorecimento do endogrupo se considerarmos a TIS. Ao abordar um método que envolve, em determinada medida, a ideia de distribuição de valores, o estudo dos autores se aproxima do método empregado por Tajfel e Turner nas investigações com o paradigma do grupo mínimo. A ideia de distribuição de valores tem relação com a justiça distributiva, o presente trabalho, por outro lado, se encontra inserido numa perspectiva de justiça retributiva, que é o tipo de justiça relacionado ao comportamento desviante. Assim, a perspectiva de distribuição de recursos poderia colocar mais em evidência a empatia do que a punição, por guardar em si uma possibilidade de ajuda. Enquanto que na distribuição de recursos é possível compensar injustiças auxiliando determinadas vítimas, a ideia de punição envolve um algoz que possivelmente vitimou alguém. Desse modo, a dinâmica da empatia pode ser distinta considerando-se os diferentes tipos de justiça.

Por outro lado, tendo em conta os resultados deste estudo e que a população do estudo dos autores era de adolescentes, também é possível pensar que os autores tiveram maior facilidade em encontrar viés porque o nível de desenvolvimento moral tende a ser mais próximo, e ademais convencional, considerando-se a estreita faixa etária investigada. De todo modo, em razão das já mencionadas dificuldades acerca da medida de empatia situacional do presente estudo, não se descarta que os dados de empatia não tenham contribuído para uma melhor elucidação do comportamento desta. As duas próximas hipóteses explicativas tratam disto.

A segunda hipótese explicativa trabalha com a perspectiva da influência da desejabilidade social na medida de empatia pelo infrator, uma vez que, ao enfatizar o sofrimento do infrator, o dilema também aponta uma direção esperada em termos de empatia. Como Laurent e Hodges (2009) argumentam, demonstrar empatia pelos outros é geralmente considerado desejável e,

assim, coloca-se a possibilidade de que a resposta dos participantes, especialmente em relação ao componente afetivo da empatia disposicional, tenha sido reflexo de uma tendência para responder de modo a expressar uma autodescrição positiva, comportamento usualmente denominado nas investigações de desejabilidade social. Segundo os autores, resultados que expressam desejabilidade social têm sido observados em diversos estudos envolvendo fenômenos relativos à empatia e, por vezes, algumas associações não são passíveis de serem encontradas sem que haja um controle desta. Neste sentido, os autores defendem o uso de medidas de desejabilidade social nos estudos envolvendo o fenômeno da empatia.

Por outro lado, trabalhos como o de Tarrant, Dazeley e Cottom (2009) foram bem-sucedidos em encontrar uma empatia maior por membros do endogrupo, que, no estudo em questão, eram representados por estudantes da mesma universidade que o participante, apesar de prescindirem da utilização de qualquer medida de desejabilidade social. Os autores apresentavam uma suposta transcrição de uma entrevista de uma estudante que relatava o sofrimento provocado em uma situação por ela vivenciada e requeriam dos participantes que descrevessem o grau com que haviam experimentado 15 emoções diferentes. No meio dessas emoções estavam embutidas as emoções de interesse, isto é, aquelas que se referiam ao processo empático. Os participantes deveriam relatar sua experiência ao longo de uma escala de nove pontos, na qual pontuações elevadas seriam indicadoras de maior experiência emocional.

Embora Tarrant, Dazeley e Cottom (2009) não tenham empregado nenhuma medida de desejabilidade social, observa-se, mediante a descrição da metodologia empregada pelos autores, que a estratégia de diluir as emoções de interesse no meio de outras certamente disfarçava o objetivo do pesquisador e contribuiu para minimizar a influência da desejabilidade social. Para além disso, tem sido observadas outras alternativas nos estudos, como a utilização de medidas menos sujeitas ao controle consciente dos participantes, a exemplo das medidas fisiológicas, apesar das dificuldades inerentes ao emprego de métodos de coleta deste tipo.

A terceira hipótese explicativa, resultante também da análise da metodologia empregada por Tarrant, Dazeley e Cottom (2009), além do estudo de Gordijn, Yzerbyt, Wigboldus e Dumont (2006), se refere ao pouco poder discriminante da escala. Ambos empregaram uma escala de nove pontos para avaliar a resposta empática dos participantes em comparação com a escala de cinco pontos que foi empregada no presente estudo, além de terem utilizado uma quantidade maior de itens. Preston e Colman (2000) ao testarem escalas variando de dois a onze pontos e escalas de 101 pontos em relação a índices de confiabilidade, validade, poder discriminante e preferência dos respondentes, observaram que as escalas de nove pontos exibiram o maior valor em termos de poder discriminante e, conjuntamente com as escalas de onze e 101 pontos, apresentaram a melhor performance para o índice em questão. Considerando a motivação de justiça subjacente aos julgamentos morais, é importante maximizar o poder discriminante das escalas.

Enquanto que a primeira hipótese explicativa estabelece que os resultados podem não ter correspondido ao esperado em função de uma dinâmica distinta da influência da categorização social sobre a empatia pelo alvo no caso de comportamentos desviantes, e que, de acordo com o levantamento dos estudos efetuado, ainda não foram previamente investigados, as duas últimas hipóteses explicativas apontam limitações do instrumento empregado para mensurar a empatia situacional em decorrência da complexidade do fenômeno. De qualquer maneira, tais hipóteses sinalizam direções de investigação futura, inclusive em termos de melhoria dos instrumentos de medida situacionais, uma vez que o aumento de pontos na escala poderia ser benéfico não apenas para a escala de empatia, mas também para a de julgamento, considerando a motivação das pessoas para parecerem o mais justas possível.

Apesar de não terem sido encontradas diferenças significativas na empatia pelo infrator e na avaliação negativa deste como resultado do tratamento experimental mediante as análises efetuadas, a condição na qual os homens são confrontados com um dilema com um infrator do

sexo masculino parece se diferenciar mesmo que ligeiramente dos demais tratamentos, especialmente em relação à empatia cognitiva. Considera-se pertinente comentar acerca desta observação, uma vez que ela leva em conta não apenas os resultados das ANOVAs 2x2, mas os resultados da pesquisa como um todo, especialmente aqueles envolvendo a empatia disposicional, e, sendo assim, reforça que uma amostra maior ou medidas mais sensíveis poderiam vir a possibilitar a observação de diferenças significativas. Como tal observação foi restrita a apenas um dos gêneros e relativa a um membro do endogrupo, esta foi pensada como possivelmente derivada da estrutura da situação experimental, de modo tal que o dilema foi reexaminado.

Analisando-se a motivação do crime, tão logo se torna evidente que esta é mais esperada para as mulheres do que para os homens, se tal análise tem em conta os papéis de gênero tradicionais. Em suma, o dilema versa sobre o cuidar na medida que apresenta a estória de uma pessoa que comete um ato criminoso motivada pelo desespero para salvar a vida do seu cônjuge, que está morrendo por causa de um câncer. O cuidar é um papel tradicionalmente atribuído as mulheres, de modo tal que caso tal dilema fosse apresentado a um grupo de participantes omitindo-se o gênero dos personagens e se questionasse qual a chance de que este fosse homem ou mulher, possivelmente um valor maior de chance seria reportado para o gênero feminino. Ademais, o dilema evidencia que o comportamento desviante foi motivado pelo desespero. Um comportamento emocionalmente motivado é frequentemente desencorajado nos homens e se trata de outro aspecto que possivelmente fere o comportamento que é tipicamente esperado destes. Assim, uma maior diferenciação observada para o tratamento pode ser resultante dos estereótipos de gênero. Knippenberg e Dijksterhuis (2000) definem estereótipo enquanto uma representação mental dos grupos sociais.

A ativação de estereótipos também é um efeito do processo de categorização social e, sendo assim, tal observação reforça que, efetivamente, os participantes tiveram em conta o sexo

do infrator ao atribuírem valores de empatia e julgamento moral. Conforme Knippenberg e Dijksterhuis (2000) afirmam, a categorização social e o processo de atribuir estereótipos são praticamente inseparáveis, uma vez que as pessoas utilizam as categorias sociais porque possuem estereótipos delas. Ao mesmo tempo, quando as pessoas estereotipizam um alvo, elas precisam lhe ter atribuído uma categoria. Os autores também mencionam que as pessoas parecem organizar a percepção e a memória espontaneamente em função das categorias de gênero e raça, apesar de tais categorias serem irrelevantes para o contexto no qual elas são percebidas.

Anteriormente, a utilização de tais categorias era justificada em razão de sua fácil acessibilidade. Todavia o estudo de Knippenberg e Dijksterhuis (2000) propôs, com base em achados mais recentes, a hipótese da “expectativa generalizada de diferenças entre categorias”. Segundo os autores, no caso do gênero, por exemplo, as pessoas esperam que homens e mulheres sejam diferentes em relação a vários aspectos, o que tornaria tal categoria saliente em diversos contextos, especialmente para aqueles que acreditam que homens e mulheres diferem no geral. Além disso, os autores mencionam que a categoria de gênero também se torna saliente quando tem força normativa para o percebedor em questão.

Assim, mediante a ativação de estereótipos, observa-se que o comportamento desviante do infrator do sexo masculino não seria considerado desviante apenas em termos puramente morais, mas seria considerado desviante adicionalmente em termos das expectativas acerca das diferenças entre homens e mulheres. Isso pode ter repercutido sobre os participantes do sexo masculino na forma de uma motivação adicional no sentido de preservar a identidade social (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988), o que possivelmente repercutiu sobre as variáveis em investigação no presente estudo.

Os comentários a seguir tratam dos resultados referentes à empatia dispoçional e ao desenvolvimento moral e suas influências sobre a empatia pelo infrator e a avaliação negativa

deste nas diferentes condições experimentais. Em princípio, serão abordados os resultados referentes à empatia, posteriormente será feita a discussão referente às considerações acerca dos resultados observados para o desenvolvimento moral.

Acerca das diferenças significativas na empatia disposicional entre os sexos, elas são coerentes com o que vem sendo reportado na literatura nos estudos envolvendo a empatia. O viés de gênero na empatia parece bem documentado (Christov-Moore et al., 2014), embora haja uma linha de investigação que sugere a possibilidade de que este seja unicamente resultante de desejabilidade social (Laurent e Hodges, 2009). De qualquer maneira, a maior empatia das mulheres em relação aos homens já é considerada tão bem aceita que o estudo de Norscia, Demuru e Palagi (2016) utilizou-se dela para comprovar que o contágio do bocejo é de natureza empática no ser humano. Segundo os autores, dado o fato de as mulheres possuírem maior habilidade empática, caso o contágio do bocejo possuísse base empática, então este iria apresentar um viés na resposta ao bocejo dos outros. Mediante cinco anos de observação naturalística, os autores constataram que as taxas de contágio foram significativamente menores entre conhecidos, do que entre amigos e familiares, e significativamente maiores nas mulheres em relação aos homens.

Acerca das correlações observadas entre a empatia disposicional e as medidas situacionais é notável a ausência de correlações para os participantes do sexo feminino. A única medida disposicional associada às medidas situacionais no caso das mulheres foi o nível de desenvolvimento moral, bem como os diferentes esquemas morais. Esta observação se assemelha ao que Toussaint e Webb (2005) verificaram em um estudo no qual examinaram diferenças de gênero nos níveis de empatia e perdão, bem como se a associação entre empatia e perdão diferia entre os gêneros.

Os autores observaram diferenças entre homens e mulheres em relação à empatia afetiva, mas não em relação ao perdão, e também obtiveram algumas possíveis correlações gênero-

dependentes. Acerca das correlações obtidas, o surpreendente, segundo os autores, foi que uma associação da empatia com o perdão foi observada apenas para os homens, sugerindo que a empatia poderia ter um maior impacto no perdão para os homens em relação às mulheres. Como os autores comentam, esse resultado fere o que é esperado na medida que, dado o fato das mulheres reconhecidamente apresentarem níveis maiores de empatia que os homens, deveria haver uma correlação maior entre a empatia e o perdão no caso delas. Por outro lado, os autores reforçam tais achados argumentando que caso a empatia fosse importante para o perdão entre as mulheres, provavelmente também teriam sido encontradas diferenças significativas em relação ao perdão.

A fim de tentar explicar as observações feitas, os autores levantaram duas hipóteses. A primeira delas considera que, uma vez que a empatia é um importante passo no processo do perdão, os homens poderiam ser mais sobrecarregados nas suas tentativas de perdoar em função dos menores níveis de empatia. Entretanto, segundo os autores, essa hipótese conduz ao questionamento da razão pela qual o nível maior de empatia das mulheres não as ajuda a perdoar, considerando que a empatia é importante para o perdão. Partindo de tal inquietação, os autores cogitaram que as diferenças de gênero em termos de associações entre empatia e perdão possam estar mais relacionadas à uma questão de motivação do que de habilidade em si, uma vez que o maior estímulo às mulheres para demonstrarem mais empatia do que aos homens faz com que elas exibam níveis maiores de empatia. Assim, a segunda hipótese considera que as mulheres, em relação aos homens, podem ser menos motivadas pela empatia do que por algum outro fator. No presente estudo, este outro fator, em relação à empatia pelo infrator e a avaliação negativa deste, foi o desenvolvimento moral.

A partir dos referidos estudos, observa-se que na literatura há descrições que corroboram diferenças de gênero em termos do funcionamento empático, que não se resumem às diferenças em termos de níveis de empatia e que certamente se expressam não apenas no perdão, como

propõe a investigação de Toussaint e Webb (2005), mas que possivelmente são extensíveis aos fenômenos que estejam relacionados à empatia de alguma forma. Com relação às mulheres no presente estudo, ficou claro, mediante as correlações observadas da empatia disposicional com as variáveis situacionais de interesse, que a resposta à situação experimental esteve mais associada a outros fatores do que a empatia disposicional em si. Sendo tal observação mais relativa ao gênero do participante do que a pertença grupal do infrator em questão.

Em relação aos homens, foram observadas correlações da empatia disposicional apenas com o componente afetivo da empatia pelo infrator. Conforme previamente reportado, a associação da empatia afetiva do participante com a empatia afetiva pelo infrator ocorre independente do gênero deste, indicando que possivelmente não é um tipo de associação derivada da pertença grupal do infrator, embora possa ser mais uma evidência em favor do funcionamento empático diferenciado dos homens em relação às mulheres. A associação da empatia cognitiva do participante com a empatia afetiva do infrator, entretanto, ocorre apenas quando o infrator é do sexo feminino. A correlação para o infrator do sexo masculino, embora de magnitude não significativa, apresentou uma direção negativa. Assim, um maior desenvolvimento da empatia cognitiva nos homens parece associado à valores maiores de empatia pelo infrator do exogrupo, embora isso não tenha repercutido sobre o julgamento moral, uma vez que tal componente da empatia pelo infrator não apresentou correlação significativa com a avaliação negativa deste.

Acerca dos efeitos resultantes de um nível baixo ou alto de empatia do participante sobre a resposta à situação experimental, foram observados efeitos apenas sobre os componentes da empatia pelo infrator. Uma das diferenças não pareceu relacionada ao tratamento experimental, sendo apenas resultante de um nível de desenvolvimento diferenciado para o componente afetivo da empatia e que foi independente do sexo do participante e igualmente do sexo do infrator, de modo tal que valores mais elevados de empatia afetiva disposicional levaram a

valores maiores reportados de empatia afetiva pelo infrator, o que novamente, ressalta-se não teve implicações sobre o julgamento por não haver associação significativa entre a empatia afetiva pelo infrator e a avaliação negativa deste.

As outras diferenças parecem estar relacionadas à ativação de estereótipos na medida que foram observadas apenas para os participantes do sexo masculino quando estes eram confrontados com um infrator do sexo masculino. A primeira delas se refere aos valores significativamente menores de empatia cognitiva situacional reportados por homens com baixos níveis de empatia afetiva. A segunda, embora com uma significância apenas marginal, envolveu participantes do sexo masculino com níveis elevados de empatia cognitiva que reportaram valores menores de empatia cognitiva pelo infrator. Considerando a associação da empatia cognitiva situacional com a avaliação negativa do infrator, admite-se alguma repercussão de tais achados sobre a avaliação negativa do infrator.

Possivelmente a pertença grupal do infrator afeta homens com baixa empatia afetiva e homens com elevada empatia cognitiva de formas distintas. No caso da baixa empatia afetiva, seria observado um indivíduo que tem menos simpatia direcionada aos outros e menor preocupação com setores menos afortunados da população. Todavia, isto poderia ser acentuado, caso, adicionalmente ao fato de emitir um comportamento desviante, tal membro não correspondesse às expectativas sociais em termos de comportamento de gênero, por exemplo, originando uma necessidade de diferenciar aquele membro ainda mais do grupo de pertença do percebido.

Com relação aos homens com elevado componente cognitivo, a explicação seria de outra ordem, uma vez que tal observação contraria a lógica de que valores mais elevados de empatia do participante deveriam colaborar para valores mais elevados de empatia pelo infrator e isto se revelou aparentemente verdadeiro para o componente afetivo, mas não para o cognitivo, que é o componente mais significativamente associado ao julgamento. Como se explicaria que uma

tendência de assumir a perspectiva do outro, ou a tendência de se transpor, de modo imaginário, para ações e sentimentos de personagens fictícios, que é o que as subescalas do componente cognitivo mensuram, poderia colaborar para menores níveis de empatia cognitiva? Hoffman (1981) oferece uma possível explicação para o fato através do que ele denominava de sobre-ativação empática.

Segundo Hoffman (1981), tendo em conta que a angústia empática é um fenômeno aversivo para quem o vivencia, é esperado que a ativação empática possa ser algumas vezes tão intensa que direciona a atenção do observador mais para si mesmo do que para a vítima. Ademais, ele afirma que tal sobrecarga afetiva é provavelmente intensificada quando as opções de ajuda são limitadas ou quando se dispõe das habilidades necessárias para ajudar. Nesse sentido, o autor comenta que deve haver uma espécie de faixa ótima de ativação empática dentro da qual as pessoas são mais responsivas ao sofrimento dos outros. Acima desta, as pessoas podem estar preocupadas demais para ajudar ou podem empregar estratégias perceptuais e cognitivas a fim de reduzir a angústia empática.

Considerando o fenômeno da sobre-ativação empática, é possível afirmar que uma maior disposição empática poderia contribuir até certo nível com um aumento para os níveis de empatia situacional, todavia, após um determinado nível, esta tenderia a cair como resultado de um mecanismo defensivo. O fato disto ter sido possivelmente observado apenas quando os homens julgavam um membro do endogrupo, possivelmente é uma combinação de dois aspectos. Primeiro, a ameaça à identidade grupal de ser homem pode ter contribuído para uma demanda afetiva mais difícil de gerenciar e segundo que, considerando o desenvolvimento empático dos homens, estes possivelmente têm mais dificuldades de gerenciar demandas de empatia do que as mulheres. A fim de testar este último aspecto, seria pertinente realizar investigações nas quais o contexto em investigação também representasse uma ameaça à identidade social das mulheres.

Os resultados aqui apresentados para o papel da empatia no julgamento moral colaboram para uma compreensão de um modo de funcionamento diferenciado da empatia para os homens e as mulheres e, assim, de diferentes contribuições desta para o julgamento moral de ambos. Diferentemente do que alguns autores argumentam, embora a empatia das mulheres seja fomentada pelo social, há evidências de que um funcionamento mais empático das mulheres esteja presente desde muito cedo no desenvolvimento humano e mesmo de que a empatia de fêmeas em outras espécies animais é superior à dos machos (Christov-Moore et al., 2014). Tais observações fortalecem a perspectiva de que a empatia mais elevada das mulheres também possui uma base biológica e não seria unicamente resultante do processo de socialização. Por outro lado, algumas investigações têm sugerido que homens poderiam ser mais habilidosos em relação aos componentes cognitivos da empatia e as mulheres, em relação aos componentes afetivos (Christov-Moore et al., 2014).

Uma base biológica, evolutiva, para uma maior empatia das mulheres em relação aos homens sugere que as mulheres aparentemente apresentam, desde cedo, um funcionamento psíquico mais adaptado a um nível maior de empatia em relação aos homens e tal característica seria ademais estimulada por meio da socialização. A maioria dos homens, além de não ter a mesma disposição biológica de empatia que as mulheres, frequentemente não são estimulados nessa direção, de modo que diferenças no âmbito da empatia poderiam ser mais cruciais para alguns processos nos homens do que nas mulheres. Tal consideração também implica que o estudo da empatia em homens e mulheres requer um olhar bastante direcionado para contemplar as características próprias do funcionamento empático de cada gênero. Igualmente levanta questões acerca de como a experiência moral de homens e mulheres pode se diferenciar a partir da empatia.

Um maior desenvolvimento empático possivelmente implica em diferenças não apenas de ordem quantitativa, mas também qualitativa. Mesmo com estímulos mais tardios à empatia

para os homens, a empatia desenvolvida possivelmente não se apresentaria nos mesmos moldes da empatia das mulheres, tendo em conta que a associação da disposição biológica com a influência da socialização provavelmente resulta na produção de um processo empático com contornos únicos.

A partir deste ponto, serão tecidos os comentários acerca do papel da variável desenvolvimento moral. Com relação ao desenvolvimento moral, conforme mensurado pelo DIT, não foram encontradas diferenças significativas entre homens e mulheres para os escores de nenhum dos esquemas, tampouco para o índice N2. Tal fato corrobora as observações já existentes para o instrumento de que a escolaridade teria mais relevância sobre os escores do que o gênero (Rest, 1979). De modo geral, não foram possíveis obter maiores dados sobre o esquema de interesse pessoal, uma vez que poucos respondentes apresentaram escore elevado para este esquema, o que seria sugestivo de um funcionamento majoritário nos estágios 2 ou 3. Tal comportamento do escore para o esquema de interesses pessoais era esperado considerando que a maioria da amostra foi de universitários e a sensibilidade do DIT à escolaridade dos respondentes.

Acerca da correlação entre o desenvolvimento moral e medidas situacionais, foi possível observar associações tanto do índice mais geral de desenvolvimento moral, o N2, quanto dos diferentes esquemas morais com medidas situacionais nas mulheres e nos homens, o que sugere uma relevância do desenvolvimento moral para ambos, diferentemente do que ocorreu em relação à empatia. Todavia, nas mulheres, as associações ocorreram para todas as medidas situacionais, enquanto que para os homens, tais associações foram observadas apenas para o componente cognitivo da empatia pelo infrator. Desse modo, aparentemente o desenvolvimento moral foi mais significativo para a compreensão da resposta à situação experimental no caso das mulheres do que no caso dos homens.

Para as mulheres, foi observada uma associação do índice mais geral de desenvolvimento moral com a avaliação negativa do infrator apenas quando o infrator do endogrupo foi julgado, quando o infrator era do exogrupo, as associações que surgiram foram com variáveis da empatia pelo infrator. Nesse sentido, o desenvolvimento moral foi mais decisivo para o julgamento moral no contexto de comportamento desviante quando o infrator era endogrupo, quando era do exogrupo, não houveram associações significativas, de modo tal que uma possível associação do desenvolvimento moral com o julgamento moral seria decorrente da associação deste com a empatia cognitiva pelo infrator. No caso das associações com a empatia cognitiva, estas também foram significativas para ambos os esquemas morais. Adicionalmente, o esquema para a manutenção das normas nas mulheres também se encontrou associado ao componente afetivo da empatia pelo infrator. Assim, o desenvolvimento moral no contexto investigado, pareceu mais relevante para a empatia situacional do que as próprias diferenças em níveis de empatia disposicional das mulheres em si.

Diferentemente do que aconteceu com as mulheres, para os homens o desenvolvimento moral não apresentou associação significativa com a medida de julgamento para nenhum dos infratores. Todavia, tal como foi observado para as mulheres, o desenvolvimento moral apresentou uma associação com o componente cognitivo da empatia pelo infrator, só que no caso dos homens foi para o infrator membro do endogrupo. Não foram encontradas associações diretas de nenhuma das medidas situacionais com a avaliação negativa do infrator para os participantes do sexo masculino.

Uma ideia de favoritismo endogrupal expressa por meio da associação de diferentes esquemas morais com determinadas medidas foi proposta no estudo de Passini (2014). O autor examinou a influência da pertença grupal do protagonista em dilemas morais em níveis de raciocínio moral, comparando pessoas que teriam um grupo moral mais inclusivo e outras, menos inclusivo. Suas análises permitiram observar que pessoas que têm um grupo moral

menos inclusivo tendem a julgar protagonistas do endogrupo de modo mais pós-convencional e protagonistas do exogrupo de modo menos pós-convencional. Pessoas com grupo moral mais inclusivo não apresentaram diferenças. Com isso, o autor conclui que o padrão de correlações observado reflete uma tendência de alguns respondentes julgarem membros do endogrupo utilizando-se de esquemas morais mais elevados e julgar membros do exogrupo com esquemas morais menos elevados.

No caso do presente estudo, foi observado que as correlações para membros do endogrupo envolvem apenas o esquema pós-convencional. Mesmo no caso das mulheres, no qual se observam mais correlações com medidas de desenvolvimento moral, correlações com o esquema de manutenção das normas surgem apenas para o infrator membro do exogrupo e, em relação ao componente afetivo da empatia pelo infrator, foi observada uma associação apenas com o esquema de manutenção das normas. Levando em conta os achados que serão discutidos a seguir, considera-se que são necessários maiores estudos a fim de compreender de que modo a utilização de diferentes esquemas morais pode estar relacionada ao viés do endogrupo.

Acerca dos efeitos resultantes de níveis baixos e altos de desenvolvimento moral do participante sobre a resposta à situação experimental, foram observados efeitos apenas sobre a avaliação negativa do infrator. Conforme foi observado, os participantes que julgaram membros do endogrupo apresentaram diferenças na avaliação negativa do infrator resultantes do nível de desenvolvimento moral, de modo tal que participantes com um nível baixo de desenvolvimento moral reportaram valores mais elevados do que aqueles com alto desenvolvimento moral. Isto significa que participantes com baixo desenvolvimento moral tenderam a ser mais severos em relação às violações da norma cometidas por membros do endogrupo. Tal observação já foi reportada previamente na literatura, nas investigações com a TIS, e foi reconhecida enquanto um fenômeno denominado de efeito ovelha negra (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988; Marques & Yzerbyt, 1988). De acordo com o efeito ovelha negra, os membros do endogrupo são

avaliados de forma mais extremista do que membros do exogrupo, seja favoravelmente ou desfavoravelmente (Pinto, Marques, Levine & Abrams, 2010).

Tal efeito foi inicialmente descrito por Marques, Yzerbyt e Leyens (1988). Segundo os autores, a hipótese ovelha negra está de acordo com a Teoria da Identidade Social, na medida em que a avaliação negativa de membros indesejáveis do endogrupo pode ser uma estratégia psicológica aceitável para preservar a positividade do grupo como um todo. Assim, o efeito ovelha negra poderia ser considerado uma forma “sofisticada” de favoritismo endogrupal (Marques, Yzerbyt & Leyens, 1988).

Os autores assumem que o extremismo no julgamento ocorre em função da identificação endogrupal e assim depende mais de fatores cognitivo-motivacionais do que na quantidade da informação presente acerca de um alvo, conforme sugeriam estudos prévios. Os resultados do estudo de Marques, Yzerbyt e Leyens (1988) sugerem que membros indesejáveis do endogrupo são mais negativamente avaliados do que membros indesejáveis do exogrupo quando seus comportamentos são relevantes para a identidade social do endogrupo.

O efeito ovelha negra não se restringiu apenas ao nível geral de desenvolvimento moral, mas foi reproduzível para o principal esquema moral utilizado pelo participante. Com efeito, o presente estudo fornece evidências empíricas em favor de um papel do desenvolvimento moral no favoritismo endogrupal, mediante a minimização da derrogação de membros desviantes do endogrupo. A partir deste achado uma questão que se revela importante é a compreensão de como o desenvolvimento moral atua nesse sentido. A resposta para tal questão pode residir precisamente no que Kohlberg denomina de perspectiva sociomoral.

Segundo Kohlberg (1984) o que ele reconhece enquanto estágios morais carregam visões subjacentes de como a sociedade se encontra estruturada. A perspectiva social é o constructo unificador de onde deriva a maioria das características estruturais dos estágios e, para o autor,

é um constructo que subjaz não apenas o desenvolvimento moral, mas também a tomada de perspectiva.

Considerando a perspectiva sociomoral convencional, o indivíduo enxerga a sociedade a partir dos diversos grupos que a compõem. Assim, proteger a identidade social seria uma motivação bastante relevante, uma vez que os grupos importam muito e desse modo, espera-se que a distinção de indivíduos a partir de seus grupos seja mais forte. Os indivíduos são, então, considerados a partir de seu lugar no sistema social. Em termos da perspectiva sociomoral, segundo Kohlberg (1984), o nível convencional se diferencia do pré-convencional, por exemplo, em três aspectos: (1) preocupação acerca da aprovação social; (2) preocupação com a lealdade a pessoas, grupos e autoridade; e (3) preocupação com o bem-estar dos demais e da sociedade como um todo. Conforme previamente mencionado, a moralidade pré-convencional é mais típica de crianças até nove anos, enquanto que a moralidade convencional é aquela da maior parte dos adultos, de acordo com as delimitações apresentadas pelo autor.

Desse modo, considerando que o efeito ovelha negra esteja associado à uma perspectiva sociomoral convencional, este não deveria se manifestar em uma idade nem bastante anterior nem bastante posterior aos nove anos. Ao investigar o comportamento do fenômeno do efeito ovelha negra ao longo do desenvolvimento, Abrams, Palmer, Rutland, Cameron e Van der Vyer (2014) encontraram o efeito apenas nas crianças a partir dos oito anos, não tendo sido encontrado o efeito em crianças por volta dos seis anos ou mais cedo. A partir dos dados do estudo, Abrams et al. (2014) observaram que, enquanto crianças mais jovens utilizam mais julgamentos baseados na ideia de justiça, crianças mais velhas focam mais nos valores e na validade do endogrupo. Elas raciocinaram de maneira predominante acerca da adequação do alvo em termos de convenções sociais, isto é, das normas e do funcionamento do grupo, e fizeram menos referência a processos psicológicos, a exemplo do sofrimento do alvo.

Considerando um maior nível de desenvolvimento moral, a perspectiva sociomoral pós-convencional é como a perspectiva pré-convencional na medida que retoma o ponto de vista individual em lugar de adotar o ponto de vista de um membro da sociedade. Todavia, o ponto de vista individual tomado no nível pós-convencional pode ser universal, isto é, pode ser o ponto de vista de qualquer indivíduo moral racional. Cientes da perspectiva de um membro da sociedade, os pós-convencionais a questionam e a redefinem em termos da perspectiva moral individual. Assim, as obrigações sociais se definem a partir de serem justificadas para qualquer indivíduo moral (Kohlberg, 1984).

Segundo Kohlberg (1984) ser convencional é um processo necessário para que o indivíduo tome a perspectiva da sociedade e aceite seus valores e leis. Para este autor, tais leis e valores, por sua vez, deveriam ser aqueles que qualquer pessoa razoável poderia se comprometer, independente do lugar que ocupe na sociedade ou da sociedade a qual ela pertença. A perspectiva pós-convencional é aquela anterior à sociedade e é a perspectiva de qualquer indivíduo que tem um compromisso moral ou que sustenta os padrões nos quais uma sociedade boa e justa deveria se basear. Em lugar de definir expectativas e obrigações desde um ponto de vista de regras sociais, como faria um indivíduo convencional, o indivíduo pós-convencional sustenta que as pessoas nesses lugares deveriam adotar uma perspectiva moral e ele é consciente do ponto de vista dos sujeitos envolvidos numa situação de conflito moral. Embora reconheçam as obrigações sociais fixas, o reconhecimento de uma obrigação moral deve ser priorizado quando os pontos de vista moral e legal conflitam (Kohlberg, 1984). Assim, é possível afirmar que o indivíduo pós-convencional enxerga as pessoas do ponto de vista moral para além de suas pertenças grupais.

Nesse sentido, talvez seja mais coerente não falar em minimização do efeito ovelha negra, já que o efeito possivelmente se encontra vinculado a um modo particular de enxergar os indivíduos na sociedade. Todavia a ideia de minimização se sustenta na medida em que

atualmente os estágios morais são mais concebidos mediante a noção de esquemas morais (Thoma & Rest, 1999), uma vez que o que se tem observado é que a maioria das pessoas recorre aos raciocínios convencional ou pós-convencional a depender do contexto. Mesmo o próprio Kohlberg admitiu uma fragilidade na noção de estágios em termos de aplicação prática na medida em que reconheceu que a maioria das pessoas se encontra na transição entre estágios e não nos estágios puros.

De todo modo, o presente estudo fornece importantes evidências experimentais em favor da ideia de que promover o desenvolvimento moral dos indivíduos pode ser um meio eficiente para lidar com a derrogação de membros desviantes do endogrupo. Entretanto, parece ser necessário que tal promoção envolva uma mudança qualitativa na forma de perceber os indivíduos na sociedade, que representaria, para Kohlberg, uma mudança para um estágio posterior. Considerando a possibilidade de estimular o desenvolvimento moral, Kohlberg (1981) argumenta que os ambientes sociais ou instituições poderiam facilitar o desenvolvimento moral não apenas proporcionando oportunidades de tomada de perspectiva, mas também por meio de sua estrutura de justiça, uma vez que a formação de senso de justiça maduro requer a participação em instituições justas.

Diante do exposto, julga-se que o presente estudo serviu ao propósito de demonstrar experimentalmente os efeitos que a categorização social produz sobre o julgamento moral, bem como de que forma variáveis de desenvolvimento podem exercer importantes influências sobre os processos grupais. Nesse sentido, destaca-se a importância da empatia para a construção de uma compreensão mais acurada da moralidade em suas manifestações no dia-a-dia. Em decorrência de possíveis limitações da medida de empatia situacional, salienta-se a necessidade de maiores investigações não apenas para reforçar os achados do presente estudo em termos de desenvolvimento moral, mas também com o propósito de maiores elucidações acerca da empatia e inclusive de uma diretriz em termos de uma forma mais socialmente adaptada para o

fenômeno, uma vez que tal caminho até o presente momento se encontra mais explícito, embora não totalmente, apenas em termos de desenvolvimento moral. Espera-se, com o presente estudo, estimular investigações em moralidade que explorem a dinâmica categorização social-empatia-julgamento moral em outros contextos, a fim de consolidar uma vertente nas investigações em moralidade que se aproxime mais da realidade social e que, portanto, esteja comprometida com uma experiência moral mais cotidiana.

Por fim, a situação hipotética descrita em caráter introdutório ao presente trabalho será retomada a fim de se responderem os questionamentos colocados com base nos achados do presente estudo. É possível afirmar que o modo com a senhora ou quaisquer dos demais personagens iriam julgar o responsável pelo acidente em questão seria dependente de seu nível de desenvolvimento moral. Considerando que a categorização em condutor de moto ou condutor de carro se tornou evidente no contexto relatado e que a senhora indiretamente descreveu os condutores de moto como exogrupo, caso ficasse comprovado a culpa do condutor de carro e tal personagem possuísse um nível de desenvolvimento moral menos elevado e um maior funcionamento moral convencional, possivelmente ela tenderia a ser mais severa com o condutor de carro do que caso o condutor de moto fosse o culpado pelo acidente. Todavia, por ocasião desta ser confrontada pessoalmente com as pessoas envolvidas no acidente, outras categorias, como o próprio gênero, poderiam se tornar mais relevantes e alterar as previsões. De qualquer forma, considerando a senhora um indivíduo convencional, possivelmente haveria uma derrogação do endogrupo, independente da categoria que se tornasse saliente no contexto.

4.2 Considerações Finais

Um dos achados das pesquisas de Kohlberg que provavelmente provocou inquietação não apenas científica, mas também social, foram dados que sugeriam um maior desenvolvimento

moral dos homens em relação às mulheres. Diante de tais constatações, segundo Koller, Vinas e Biaggio (1992) o autor foi referido como sexista, com acusações de que os métodos por ele empregados favoreciam os homens, considerando que os protagonistas de seus dilemas morais eram do sexo masculino, o que dificultaria a identificação das mulheres com estes. Desde então sugeriram pesquisas que se dedicaram a entender a influência que o sexo do protagonista poderia na resposta moral das pessoas, com resultados controversos (Thoma, 1986; Koller et al., 1992; Mitchell, 2002). O trabalho de Koller et al. (1992) foi um dos que demonstrou a inexistência de diferenças entre os sexos em razão do sexo protagonista nos dilemas no Brasil. No contexto internacional, o trabalho de Gilligan ganhou proeminência ao explicar que os achados de Kohlberg eram resultantes de uma ênfase na justiça, que seria mais típica dos homens, enquanto que as mulheres se orientam por uma ética do cuidado (Gilligan & Attanucci, 1988).

Neste sentido, é possível afirmar que a presente investigação se inseriu no contexto de tantas outras que procuraram investigar a influência do sexo do protagonista dos dilemas sobre a resposta moral, no entanto, a partir de uma nova perspectiva. A saliência do sexo do protagonista nos dilemas morais não deve ser encarada primariamente como uma questão metodológica, mas enquanto algo que merece ser investigado sob uma ótica distinta e que considera o processo de categorização social um fenômeno inescapável da realidade social. A moralidade, por vezes, é tratada como um domínio excepcional da vida humana, como se ela não estivesse ali presente a cada momento no cotidiano do homem. Resulta que esta acaba por parecer um fenômeno mais típico de discussões filosóficas do que algo que afeta as pessoas no dia-a-dia e se encontra envolvida na perpetuação de várias problemáticas sociais.

Quando se pensa sobre o contexto prático de atuação do desenvolvimento moral, isto é, a realidade social, dificilmente ocorrem julgamentos orientados exclusivamente ao comportamento e dissociados das pessoas que os cometem. Comportamentos existem porque pessoas existem, assim frequentemente as pessoas é que são avaliadas e prontamente os outros

procuram compreender as motivações que as levam a se comportar de uma dada maneira, especialmente se tal comportamento fere àquilo que se espera socialmente.

Os dados do presente estudo também contribuíram para reforçar a importância da inserção da empatia, principalmente do componente cognitivo, nas investigações acerca da moralidade, especialmente considerando suas associações com as variáveis de desenvolvimento moral e sua conformação aparentemente diferenciada em homens e mulheres, que pode resultar em importantes diferenças na dinâmica do julgamento moral em determinados contextos, uma vez que, como Pratt, Goldin, Hunter e Sampson (1988) demonstraram, o tipo de dilema afeta a ativação de processos.

Mediante a observação da ocorrência do efeito ovelha negra e da possível ativação de estereótipos, esta investigação demonstrou que apesar do domínio moral ser marcado por uma forte preocupação com a justiça, sinalizando um esforço consciente das pessoas na direção de serem ou parecem imparciais, este não escapa aos aspectos típicos do processamento de informações sociais, reforçando a necessidade de maiores estudos a partir da proposta de investigações mais orientadas à moralidade cotidiana. Tais estudos contribuiriam no sentido de responder a importantes questionamentos acerca do julgamento moral, especialmente no âmbito dos estudos na vertente cognitivo-desenvolvimentista. Uma delas diz respeito a lacuna existente entre desenvolvimento moral e comportamento moral. Muitos autores argumentam em favor da inutilidade do modelo kohlbergiano por uma impossibilidade de previsão de comportamentos morais em razão de baixa associação observada do estágio de desenvolvimento moral com o comportamento moral. Ademais, Wark e Krebs (1997) mencionam a aparente instabilidade do raciocínio moral, uma vez que as pessoas também usam raciocínios de estágios inferiores aos seus, e ressaltam a importância de compreender as fontes de variação deste para uma “moralidade da vida real”.

Considera-se que um dos achados mais relevantes da presente investigação refere-se a influência do desenvolvimento moral do participante sobre a ocorrência de favoritismo endogrupal. Tal achado foi significativo não apenas por sinalizar uma possível direção a ser adotada na minimização de determinadas formas de violência, mas também por demonstrar que o viés no julgamento não é resultante apenas da sensibilidade da empatia à categorização social. Desse modo, a empatia não é simplesmente nociva ao julgamento moral, na medida em que seria ela a corrompê-lo, conforme já foi sugerido por alguns autores. Todavia, argumenta-se em favor da necessidade de uma maior investigação especialmente do desenvolvimento empático, no sentido de se compreender que conformação deste seria mais compatível com o desenvolvimento social.

Nesse sentido, defende-se que, na construção de uma realidade social melhor, é pertinente realizar intervenções no intento de promoção do desenvolvimento moral considerando-se também o desenvolvimento empático. Galvão (2010) demonstrou que intervenções que empregaram uma técnica “racional-afetiva”, direcionadas não apenas para a promoção de desenvolvimento moral, mas também de empatia apresentaram um melhor resultado em termos de desenvolvimento moral do que uma técnica “racional-discursiva”, centrada unicamente na promoção de desenvolvimento moral. Conforme já mencionado, Camino et al. (2016) também demonstraram a influência da empatia no comprometimento com os Direitos Humanos. Desse modo, compreende-se que uma vertente unidirecional centrada apenas na cognição ou na emoção para a promoção do desenvolvimento moral possivelmente negligencia o provimento de elementos que poderiam ser importantes a fim de que ao se deparar com um problema de ordem moral, o sujeito conseguisse recrutar recursos cognitivos e afetivos suficientemente elevados a fim de viabilizar um julgamento genuinamente orientado ao bem-estar social. A conformação de julgamentos nocivos aos propósitos sociais possivelmente não é resultado de julgamentos centrados em processos afetivos, mas antes da falta de importantes elementos

cognitivos e afetivos que possibilitem equilibrar os sistemas, ou os variados esquemas, utilizando-se de uma terminologia piagetiana.

Com efeito, conclui-se que o presente estudo contribuiu para elucidar importantes aspectos das relações entre julgamento moral e empatia, bem como de que maneira processos cognitivos inerentes à experiência da realidade social, como é o caso da categorização social, influenciam estes, proporcionando fecundas direções de investigação com o propósito de uma maior compreensão do funcionamento moral cotidiano e, conseqüentemente, do papel deste na manutenção de muitas das injustiças sociais. Dessa maneira, ressalta-se a importância da continuidade de estudos com abordagens similares, uma vez que a luta pela igualdade social é uma questão fundamentalmente moral.

REFERÊNCIAS

- Abrams, D., Palmer, S. B., Rutland, A., Cameron, L. & Van der Vyer, J. (2014). Evaluations of and reasoning about normative and deviant ingroup and outgroup members: development of the black sheep effect. *Developmental Psychology*, 50(1), 258-270. <http://doi.org/10.1037/a0032461>
- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Massachusetts, US: Addison-Wesley Publishing Company.
- Bataglia, P. U. R., Morais, A. e Lepre, R. M. (2010). A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. *Estudos de Psicologia*, 15(1), 25-32. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2010000100004>
- Bloom, P. (2017). *Against empathy: the case for rational compassion*. London, UK: Bodley Head.
- Bodenhausen, G. V., Kang, S. K., & Perry, D. (2012). Social categorization and the perception of social groups. In Fiske, S. T. & Macrae, C. N. (Eds.), *The SAGE handbook of social cognition* (pp. 318-336). London, UK: SAGE Publications.
- Bodenhausen, G. V. & Lambert, A. J. (2003). *Foundations of social cognition: a festschrift in honor of Robert S. Wyer Jr.* New Jersey, US: Lawrence Erlbaum Associates.
- Brand, C. (2006). Dimensions of moral intuition – metaethics, epistemology and moral psychology. In Brand, C. (Ed.), *Dual-process theories in moral psychology: interdisciplinary approaches do theoretical, empirical, and practical considerations* (pp. 19-40). Tübingen, Germany: Springer Fachmedien Wiesbaden.
- Bruner, J. S. (1957). On perceptual readiness. *Psychological Review*, 64(2), 123-152. <http://dx.doi.org/10.1037/h0043805>
- Camino, C. (2003). Angela Biaggio (1940-2003): um percurso na história do desenvolvimento sócio-moral no Brasil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 1-222.
- Camino, C. S.; Batista, L.; Reis, R.; Rique, J.; Luna, V. & Cavalcanti, M. G. (1994). A transmissão de valores morais em personagens de TV. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 7(1), 29-46.
- Camino, C.; Camino, L. & Leyens, J. P. (1996). Julgamento moral, emoção e empatia. In: Trindade, Z. & Camino, C. (Org.), *Cognição Social e Juízo Moral* (pp. 109-135). Rio de Janeiro, Brasil: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP).
- Camino, C., Luna, V., Alves, A., Silva, M., & Rique, J. (1989). Reformulação e adaptação do Defining Issues Test. [Resumo]. In XXII Congresso Interamericano de Psicologia. Anais (p.72). Buenos Aires: Autor

Camino, C. & Luna, V. (1988). Reformulação e adaptação do *Defining Issues Test* (DIT). In: *Anais do XXII Congresso Interamericano de Psicologia* (p. 72). Buenos Aires, Argentina.

Camino, C.; Queiroz, P.; Costa, L. B. S.; Galvão, L.; Formiga, N. & Sampaio, L. R. (2016). Socialização materna e comprometimento dos filhos com direitos humanos. In França, D. X. & Lima, M. E. O, *Níveis de análise e formas de intervenção em psicologia social* (pp. 107-120). São Paulo, Brasil: Scortecci.

Christov-Moore, L., Simpson, E. A., Coudé, G., Grigaityte, K., Iacoboni, M. & Ferrari, P. F. (2014). Empathy: Gender effects in brain and behavior. *Neuroscience and Biobehavioral Reviews*, 46, 604-627. <http://dx.doi.org/10.1016/j.neubiorev.2014.09.001>

Crisp, R. J. & Hewstone, M. (2007). Multiple social categorization. *Advances in Experimental Social Psychology*, 39, 163-254. [http://doi.org/10.1016/S0065-2601\(06\)39004-1](http://doi.org/10.1016/S0065-2601(06)39004-1)

Cronbach, L. J. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16(3), 297-334. <http://doi.org/10.1007/BF02310555>

Cohen, J. (1988). Statistical power analysis for the behavioral sciences. US: Lawrence Erlbaum Associates.

Colby, A., Kohlberg, L., Gibbs, J., Lieberman, M., Fischer, K. e Saltztein, H. (1983). A longitudinal study of moral judgment. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 48(1/2), 1-124. <http://doi.org/10.2307/1165935>

Cortina, J. M. (1993). What is coefficient alpha? An examination of theory and applications. *Journal of Applied Psychology*, 78(1), 98-104. <http://dx.doi.org/10.1037/0021-9010.78.1.98>

Cushman, F., Young, L. & Greene J. D. (2010). Multi-system moral psychology. In Doris, J. M. & The Moral Psychology Research Group, *The moral psychology handbook* (pp. 47-71). New York, US: Oxford University Press.

Davis, M. H. (1980). A multidimensional approach to individual differences in empathy. *JSAS Catalog of Selected Documents in Psychology*, 10, 85.

Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44(1), 113-126. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.44.1.113>

Davis, M. H. (2006). Empathy. In Stets, J. E. & Turner, J. H. (Eds.), *Handbook of the Sociology of Emotions* (pp. 443-466). New York, US: Springer Science, Business Media.

Doris, J. M. (2010). Introduction. In Doris, J. M. & The Moral Psychology Research Group, *The moral psychology handbook* (pp. 1-2). New York, US: Oxford University Press.

Duskan, R. & Whelan, M. (1975). *Moral development: a guide to Piaget and Kohlberg*. New York, US: Paulist Press.

Elm, D. R. & Weber, J. (1994). Measuring moral judgment: the moral judgment interview or the defining issues test? *Journal of Business Ethics*, 13(5), 341-355.

Emler, N. (2003). Morality and political orientations: An analysis of their relationship. *European Review of Social Psychology*, 13(1), 259-291. <http://dx.doi.org/10.1080/10463280240000082>

Figurski, T. J. (2000). Moral development. In Borgatta, E. F. & Montgomery, R. J. V. (Eds.), *Encyclopedia of Sociology* (pp. 1894-1906). New York, US: Macmillan Reference.

Fiske, S. T. (1993). Social cognition and social perception. *Annual Review of Psychology*, 44, 155-194. <http://doi.org/10.1146/annurev.ps.44.020193.001103>

Formiga, N. S. (2012). Um estudo intracultural da consistência estrutural da Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (EMRI). *Salud & Sociedad*, 3(3), 251-262.

Formiga, N. S., Galvão, L. K. S., Barboza, M. S. S. & Camino, C. P. S. (2012). Consistência estrutural da Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal: um estudo com jovens civis e militares. *Eureka*, 9(2), 171-184.

Formiga, N. S. (2013). A mensuração da empatia: propriedade psicométrica da consistência de sua estrutura fatorial. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 33(84), 41-52.

Formiga, N. S., Tavares, G. S. & Vasconcelos, G. M. (2013). Verificação empírica da estrutura fatorial da Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (EMRI) em jovens religiosos e leigos. *Psicologia Revista*, 22(2), 177-195.

Formiga, N. S., Sampaio, L. R. & Guimarães, P. R. B. (2015). Quantas dimensões mensuram a empatia? Evidência empírica da Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal em brasileiros. *Eureka*, 12(1), 94-105.

Galvão, L. K. de S. (2010). *Desenvolvimento moral e empatia: Medidas, correlatos e intervenções educacionais*. Tese de Doutorado. Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.

Gerdes, K. E., Segal, E. A. e Lietz, C. A. (2010). Conceptualizing and measuring empathy. *British Journal of Social Work*, 40, 2326-2343. <http://dx.doi.org/10.1093/bjsw/bcq048>

Gilligan, C. & Attanucci, J. (1988). Two moral orientations: Gender differences and similarities. *Merrill-Palmer Quarterly*, 34(3), 223-237.

Gordijn, E. H., Yzerbyt, V., Wigboldus, D. & Dumont, M. (2006). Emotional reactions to harmful intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 36, 15-30. <http://dx.doi.org/10.1002/ejsp.296>

Greene, J. D., Sommerville, R. B., Nystrom, L. E., Darley, J. M. & Cohen, J. D. (2001). An fMRI investigation of emotional engagement in moral judgment. *Science*, 293, 2105-2108. <http://dx.doi.org/10.1126/science.1062872>

Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, 108(4), 814-834.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E. & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre, RS: Bookman.

Hattie, J. (1985). Methodology review: Assessing unidimensionality of tests and items. *Applied Psychological Measurement*, 9(2), 139-164. <http://dx.doi.org/10.1177/014662168500900204>

Hitlin, S. (2008). *Moral selves, evil selves: the social psychology of conscience*. New York, US: Palgrave Macmillan.

Hoffman, M. L. (1981). Is altruism part of human nature? *Journal of Personality and Social Psychology*, 40(1), 121-137. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.40.1.121>

Hoffman, M. L. (1987). The contribution of empathy to justice and moral judgment. In Eisenberg, N. & Strayer, J., *Empathy and its development* (pp. 47-80). New York: Cambridge University Press.

Hoffman, M. L. (1989). Empathic emotions and justice in society. *Social Justice Research*, 3(4), 283-311. <http://doi.org/10.1007/BF01048080>

Hoffman, M. L. (2000). *Empathy and moral development*. New York, US: Cambridge University Press.

Hornsey, M. J. (2008). Social identity theory and self-categorization theory: a historical review. *Social and Personality Psychology Compass*, 2(1), 204-222. <http://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2007.00066.x>

Huebner, B.; Dwyer, S. & Hauser, M. (2009). The role of emotion in moral psychology. *Trends in Cognitive Sciences*, 13(1), 1-6. <http://doi.org/10.1016/j.tics.2008.09.006>

Jacobs, J. (2002). *Dimensions of moral theory: an introduction to metaethics and moral psychology*. Oxford, UK: Blackwell Publishing.

Karsten, S. (2016). Empathy. In Zalta, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Forthcoming url: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/empathy/>

Killen, M. & Smetana, J. D. (2006). Structuralism and moral development stages. In Killen, M. & Smetana, J. D. (Eds.), *Handbook of moral development* (pp. 5-6). New Jersey, US: Lawrence Erlbaum Associates.

Knippenberg, A. & Dijksterhuis, A. (2000). Social categorization and stereotyping: a functional perspective. *European Review of Social Psychology*, 11(1), 105-144. <http://dx.doi.org/10.1080/14792772043000013>

Kohlberg, L. (1975). Moral stages and moralization: the cognitive-developmental approach. In Lickona, T. (Ed.), *Moral development and behavior* (pp. 31-53). New York, US: Holt Rinehart Winston.

Kohlberg, L. (1981). *Essays on moral development: the philosophy of moral development*. NY: Harper & Row.

Kohlberg, L. (1984). *Essays in moral development: The psychology of moral development*. (Vol. 2). San Francisco: Harper & Row.

Koller, S. H., Vinas, A. & Biaggio, A. (1992). Efeitos do sexo do protagonista na avaliação de diferenças de gênero no julgamento moral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8(3), 327-339.

Laurent, S. M. & Hodges, S. D. (2009). Gender roles and empathic accuracy: The role of communion in reading minds. *Sex Roles*, 60(3), 387-398. <http://dx.doi.org/10.1007/s11199-008-9544-x>

Lima-Nunes, A., Pereira, C. R., & Correia, I. (2013). Restricting the scope of justice to justify discrimination: the role played by justice perceptions in discrimination against immigrants. *European Journal of Social Psychology*, 43(7), 627–636. <https://doi.org/10.1002/ejsp.1981>

Macrae, C. N. & Bodenhausen, G. V. (2000). Social cognition: categorical person perception. *British Journal of Psychology*, 92, 293-255.

Marques, J. M. & Yzerbyt, V. Y. (1988). The black sheep effect: judgmental extremity towards ingroup members in inter- and intra-group situations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 287-292. <http://doi.org/10.1002/ejsp.2420180308>

Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y. & Leyens, J. P. (1988). The ‘black sheep effect’: Extremity of judgments towards ingroup members as a function of group identification. *European Journal of Social Psychology*, 18, 1-16. <http://doi.org/10.1002/ejsp.2420180102>

McGarty, C. (1999). *Categorization in Social Psychology*. London, UK: SAGE Publications.

Miron, A. M. & Branscombe, N. R. (2008). Social categorization, standards of justice, and collective guilt. In Nadler, A., Malloy, T. & Fisher, J. (Eds.), *Social psychology of intergroup reconciliation* (pp. 77-96). New York, US: Oxford University Press.

Mitchell, K. (2002). Women’s morality: A test of Carol Gilligan’s theory. *Journal of Social Distress and the Homeless*, 11(1), 81-110. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1013336206400>

Moreira, P. L., Camino, C. P. S., Rique, J. (2015). Uma comparação do desenvolvimento moral de adolescentes de duas décadas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(3), 47-61.

Norscia, I., Demuru, E. & Palagi, E. (2016). She more than he: Gender bias support the empathic nature of yawm contagion in *Homo sapiens*. *Royal Society Open Science*, 3, 1-9. <http://dx.doi.org/10.1098/rsos.150459>

Passini, S. (2014). The effect of personal orientations toward intergroups relation in moral reasoning. *Journal of Moral Education*, 43(1), 89-103. <http://dx.doi.org/10.1080/03057240.2014.884489>

Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus.

- Pinto, I. R., Marques, J. M., Levine, J. M. & Abrams, D. (2010). Membership status and subjective group dynamics: who triggers the black sheep effect? *Journal of Personality and Social Psychology*, 99(1), 107-119. <http://doi.org/10.1037/a0018187>
- Pereira, M. E. (2013). Cognição social. In: Camino, L., Torres, A. R. R., Lima, M. E. O. & Pereira, M. E., *Psicologia Social*, (pp. 191-262). Brasília: Technopolitik.
- Pratt, M. W., Golding, G., Hunter, W. & Sampson, R. Sex Differences in Adult Moral Orientations. *Journal of Personality*, 56(2), 373-391. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-6494.1988.tb00891.x>
- Prinz, J. J. (2007). *The emotional construction of morals*. New York, US: Oxford University Press.
- Prinz, J. J. (2011). Is empathy necessary for morality? In Coplan, A. & Goldie, P. (Eds.), *Empathy* (pp. 211-229). New York, US: Oxford University Press.
- Prinz, J. J. & Nichols, S. (2010) Moral emotions. In Doris, J. M. & The Moral Psychology Research Group, *The moral psychology handbook* (pp. 111-146). New York, US: Oxford University Press.
- Preston, C. C. & Colman, A. M. (2000). Optimal number of response categories in rating scales: Reliability, validity, discriminating power, and respondent preferences. *Acta Psychologica*, 104(1), 1-15. [http://dx.doi.org/10.1016/S0001-6918\(99\)00050-5](http://dx.doi.org/10.1016/S0001-6918(99)00050-5)
- Rest, J. R. (1976). New approaches in the assessment of moral judgment. In: Lickona, T. (Ed.), *Moral development and behavior: Theory, research and social issues*. New York: Holt, Rinehart & Winston
- Rest, J. R. (1979). *Development in judging moral issues*. Minneapolis, US: University of Minnesota Press.
- Rest, J., Edwards, L., & Thoma, S. (1997). Designing and validating a measure of moral judgement: stage preference and stage consistency approaches. *Journal of Educational Psychology*, 89(1), 5-28. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-0663.89.1.5>
- Rest, J., Thoma, S. J., Narvaez, D. & Bebeau, M. J. (1997). Alchemy and beyond: Indexing the Defining Issues Test. *Journal of Educational Psychology*, 89(3), 498-507. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-0663.89.3.498>
- Rest, J., Narvaez, D., Thoma, S. J. & Bebeau, M. J. (1999). *Postconventional moral thinking: A Neo-Kohlbergian Approach*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Rest, J., Narvaez, D., Thoma, S. & Bebeau, M. (1999). DIT2: devising and testing a revised instrument in moral judgment. *Journal of Educational Psychology*, 91(4), 644-659.
- Rest, J. R., Narvaez, D., Thoma, S. J. & Bebeau, M. J. (2000). A neo-kohlbergian approach to morality research. *Journal of Moral Education*, 29(4), 381-395. <http://dx.doi.org/10.1080/713679390>

- Ribeiro, J., Koller, S. H. & Camino, C. (2001). Adaptação e validação interna de duas escalas de empatia para uso no Brasil. *Estudos de Psicologia*, 18(3), 43-53.
- Sampaio, L. R.; Camino, C. P. S.; Roazzi, A. (2009). Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2), 212-227.
- Sampaio, L., Guimarães, P., Camino, C., Formiga, N. & Menezes, I. (2011). Estudos sobre a dimensionalidade da empatia: tradução e adaptação do *Interpersonal Reactivity Index* (IRI). *Psico*, 42(1), 67-76. <http://dx.doi.org/10.1037/t01093-000>
- Sampaio, L. R.; Monte, F. C.; Camino, C. P. S.; Roazzi, A. (2008). Justiça distributiva e empatia em adolescentes do nordeste. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 275-282.
- Schmitt, N. (1996). Uses and abuses of coefficient alpha. *Psychological Assessment*, 8(4), 350-353. <http://dx.doi.org/10.1037/1040-3590.8.4.350>
- Sijtsma, K. (2009). On the use, the misuse, and the very limited usefulness of Cronbach's alpha. *Psychometrika*, 74(1), 107-120. <http://dx.doi.org/10.1007/S11336-008-9101-0>
- Tajfel, H. (1969). Cognitive aspects of prejudice. *Journal of Social Issues*, 25(4), 79-97. <http://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1969.tb00620.x>
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In Austin, W. G. & Worchel, S. (Eds.), *The social psychology of intergroup relations* (pp. 33-47). Monterey: Brooks/Cole.
- Tarrant, M., Dazeley, S. & Cottom, T. (2009). Social categorization and empathy for outgroup members. *British Journal of Social Psychology*, 48, 427-446. <http://dx.doi.org/10.1348/014466608X373589>
- Thoma, S. J. (1986). Estimating gender differences in the comprehension and preference of moral issues. *Developmental Review*, 6(2), 165-180. [https://dx.doi.org/10.1016/0273-2297\(86\)90010-9](https://dx.doi.org/10.1016/0273-2297(86)90010-9)
- Thoma, S. J. & Dong, Y. (2014). The defining issues test of moral judgment development. *Behavioral Development Bulletin*, 19(3), 55-61. <https://dx.doi.org/10.1037/h0100590>
- Thoma, S. J. & Rest, J. R. (1999). The relationship between moral decision making and patterns of consolidation and transition in moral judgment development. *Developmental Psychology*, 35(2), 323-334.
- Toussaint, L. & Webb, J. R. (2005). Gender differences in the relationship between empathy and forgiveness. *The Journal of Social Psychology*, 145(6), p. 673-685. <http://dx.doi.org/10.3200/SOCP.145.6.673-686>
- Turiel, E. (1983). *The development of social knowledge: morality and convention*. New York, US: Cambridge University Press.

Turiel, E. (2006). Thought, emotions and social interactional processes in moral development. In Killen, M. & Smetana, J. D. (Eds.), *Handbook of moral development* (pp. 7-35). New Jersey, US: Lawrence Erlbaum Associates.

Wark, G. R. & Krebs, D. L. (1997). Sources of variation in moral judgment: toward a model of real-life morality. *Journal of Adult Development*, 4(3), 163-178. <https://doi.org/10.1007/BF02510595>

Williams, K. M., Orpen, S., Hutchinson, L. R., Walker, L. J. & Zumbo, B. D. (2006). *Personality, empathy, and moral development: Examining ethical reasoning in relation to the big five and the dark triad*. Pôster apresentado no 67º Encontro Anual da Associação Psicológica Canadense, Calgary, Alberta, Canada.

APÊNDICES

INSTRUÇÕES PARA RESPOSTA:

A seguir você encontrará o relato de uma situação sobre a qual você será convidado a expor a sua opinião. Na maioria das vezes, você deverá expressá-la mediante uma atribuição de pontos, na qual **1** expressa um **grau mínimo** e **5** expressa um **grau máximo**. Após escolher sua resposta, preencha o círculo correspondente ao número escolhido. Leia atentamente e responda o mais honestamente possível.

MARIA E O REMÉDIO

Havia um homem que estava quase morrendo porque sofria de câncer. Existia apenas um remédio que os médicos achavam que poderia salvá-lo e que havia sido recém-descoberto por um farmacêutico local. Além de ser bastante caro produzir o medicamento, o farmacêutico cobrava dez vezes mais do que custava sua produção. Maria, a esposa daquele homem doente, tomou dinheiro emprestado para comprar o remédio, mas só conseguiu metade do valor cobrado pelo farmacêutico. Maria disse ao farmacêutico que seu marido estava morrendo e pediu para que ele lhe vendesse mais barato ou permitisse que o resto fosse pago depois. Entretanto, o farmacêutico respondeu-lhe: “Não, eu descobri a droga e vou fazer dinheiro com ela”. Maria então desesperou-se e invadiu a loja do farmacêutico para roubar o remédio.

A) Na sua opinião, quem é a principal vítima na situação descrita?

O FARMACÊUTICO	☐
MARIA	☐
O MARIDO DE MARIA	☐

	1	2	3	4	5
B) O quanto essa situação mexeu com você?	☐	☐	☐	☐	☐
C) O quanto a situação de Maria preocupou você?	☐	☐	☐	☐	☐
D) Na sua opinião, quão errado é o que Maria fez?	☐	☐	☐	☐	☐
E) Na sua opinião, quão boa pessoa é Maria?	☐	☐	☐	☐	☐
F) O quanto você percebe que compreendeu o ponto de vista de Maria?	☐	☐	☐	☐	☐
G) O quanto você considera que Maria tinha argumentos para fazer o que fez?	☐	☐	☐	☐	☐
H) Na sua opinião, quão culpada Maria é?	☐	☐	☐	☐	☐
I) Na sua opinião, o quanto Maria mereceria ser punida?	☐	☐	☐	☐	☐
J) O quanto você se sentiu inclinado(a) a defender Maria?	☐	☐	☐	☐	☐
Por quê?					

INSTRUÇÕES PARA RESPOSTA:

A seguir você encontrará o relato de uma situação sobre a qual você será convidado a expor a sua opinião. Na maioria das vezes, você deverá expressá-la mediante uma atribuição de pontos, na qual **1** expressa um **grau mínimo** e **5** expressa um **grau máximo**. Após escolher sua resposta, preencha o círculo correspondente ao número escolhido. Leia atentamente e responda o mais honestamente possível.

JOÃO E O REMÉDIO

Havia uma mulher que estava quase morrendo porque sofria de câncer. Existia apenas um remédio que os médicos achavam que poderia salvá-la e que havia sido recém-descoberto por um farmacêutico local. Além de ser bastante caro produzir o medicamento, o farmacêutico cobrava dez vezes mais do que custava sua produção. João, o marido daquela mulher doente, tomou dinheiro emprestado para comprar o remédio, mas só conseguiu metade do valor cobrado pelo farmacêutico. João disse ao farmacêutico que sua esposa estava morrendo e pediu para que ele lhe vendesse mais barato ou permitisse que o resto fosse pago depois. Entretanto, o farmacêutico respondeu-lhe: “Não, eu descobri a droga e vou fazer dinheiro com ela”. João então desesperou-se e invadiu a loja do farmacêutico para roubar o remédio.

A) Na sua opinião, quem é a principal vítima na situação descrita?

O FARMACÊUTICO	☐
JOÃO	☐
A ESPOSA DE JOÃO	☐

	1	2	3	4	5
B) O quanto essa situação mexeu com você?	☐	☐	☐	☐	☐
C) O quanto a situação de João preocupou você?	☐	☐	☐	☐	☐
D) Na sua opinião, quão errado é o que João fez?	☐	☐	☐	☐	☐
E) Na sua opinião, quão boa pessoa é João?	☐	☐	☐	☐	☐
F) O quanto você percebe que compreendeu o ponto de vista de João?	☐	☐	☐	☐	☐
G) O quanto você considera que João tinha argumentos para fazer o que fez?	☐	☐	☐	☐	☐
H) Na sua opinião, quão culpado João é?	☐	☐	☐	☐	☐
I) Na sua opinião, o quanto João mereceria ser punido?	☐	☐	☐	☐	☐
J) O quanto você se sentiu inclinado(a) a defender João?	☐	☐	☐	☐	☐

Por quê?

DIT

DEFINING ISSUES TEST

INSTRUÇÕES PARA RESPOSTA:

Nesta parte da pesquisa, você está convidado a emitir sua opinião acerca de três histórias que lhe serão apresentadas nas páginas seguintes. Aqui vai uma história como exemplo, atente que **você não deverá opinar sobre esta história, já que é apenas um exemplo**:

João da Silva está pensando em comprar um carro. Ele é casado, tem dois filhos e tem uma renda média. O carro que ele quer comprar vai ser o único da família. Será usado principalmente para ir ao trabalho e dar umas voltas pela cidade, mas também para alguma viagem de férias.

Na tentativa de decidir que tipo de carro ele deve comprar, ele percebe que precisa levar em conta uma série de fatores. Abaixo segue uma lista de alguns desses fatores:

		GRAU DE IMPORTÂNCIA				
Se você fosse João da Silva, qual o grau de importância que teria para você cada uma das questões que seguem, em vista de sua decisão de comprar o carro?		NENHUMA	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	MÁXIMA
01.	Se o vendedor do carro mora no mesmo quarteirão que João da Silva	☐	☐	☐	☐	☐
02.	Se um carro usado seria mais cômodo, no final das contas, do que um carro novo	☐	☐	☐	☐	☐
03.	Se a cor é vermelha, que é a cor preferida de João	☐	☐	☐	☐	☐
04.	Se a relação diferencial de transmissão é 1.4:11	☐	☐	☐	☐	☐
05.	Se um carro médio seria melhor do que um carro pequeno	☐	☐	☐	☐	☐
06.	Se a carroceria é monobloco com estrutura diferenciada	☐	☐	☐	☐	☐

Do lado direito, preencha o círculo correspondente ao grau de importância que tem o fator ou a questão proposta. Como você pôde observar, existem cinco colunas a serem escolhidas (**utilize a descrição abaixo como referência ao responder**):

MÁXIMA IMPORTÂNCIA: Escolha este grau se a questão diz respeito a algo que implica, de um modo ou de outro, em uma diferença grande, crucial, ao tomar uma decisão a respeito do problema.

GRANDE IMPORTÂNCIA: Escolha este grau se a questão diz respeito a algo que a pessoa claramente deveria estar alerta ao efetuar a decisão e, de um modo ou de outro, implica em uma diferença na sua decisão, mas não numa diferença muito grande e essencial.

MÉDIA IMPORTÂNCIA: Escolha este grau se a questão diz respeito a algo que você, de um modo geral, considera importante, mas algo que não é de crucial importância ao decidir sobre este problema.

PEQUENA IMPORTÂNCIA: Escolha este grau se a questão diz respeito a algo que não é suficientemente relevante para ser considerado neste caso.

NENHUMA IMPORTÂNCIA: Escolha este grau se a questão é sobre algo que não tem qualquer importância na tomada de decisão e se você estaria perdendo seu tempo ao pensar sobre ela quando frente a uma decisão difícil. Algumas questões tendem a parecer bobas, a não fazer sentido ou a não serem compreendidas totalmente. Escolha também este grau para tais questões.

Por último, da lista de questões propostas, você deverá escolher a que é mais importante de todo o conjunto. Coloque o número dela no espaço correspondente, ilustrado abaixo. Faça o mesmo com relação a sua 2ª, 3ª e 4ª mais importantes, em ordem decrescente de importância. (Note que estas escolhas serão feitas com base no que foi marcado anteriormente, de modo que, para escolher de maneira coerente, é preciso reler o que você marcou acima).

A 1ª questão mais importante:	
A 2ª questão mais importante:	
A 3ª questão mais importante:	
A 4ª questão mais importante:	

DIT - ESTÓRIA 1
O PRISIONEIRO FORAGIDO

Um homem foi condenado à prisão por dez anos. Depois de um ano, porém, ele fugiu da cadeia, mudou-se para uma região nova do país e tomou o nome de Simões. Durante oito anos ele trabalhou duro, tanto que conseguiu economizar dinheiro o suficiente para ter seu próprio negócio. Ele era muito gentil com seus fregueses, pagava altos salários a seus empregados e dava muito dos seus lucros pessoais para obras de caridade. Certo dia, Dona Cida, uma antiga vizinha, reconheceu-o como o homem que tinha fugido da prisão e a quem a polícia estava procurando.

Dona Cida deveria entregar o Sr. Simões à polícia?

SIM	☐
NÃO	☐
NÃO SEI	☐

GRAU DE IMPORTÂNCIA

Se você fosse Dona Cida, qual o grau de importância que teria para você cada uma das questões que seguem, em vista de sua decisão acerca do Sr. Simões?

	NENHUMA	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	MÁXIMA
01. Oito anos não são suficientes para provar que o Sr. Simões é uma boa pessoa.	☐	☐	☐	☐	☐
02. O não cumprimento de uma lei estimula a desobediência de outras.	☐	☐	☐	☐	☐
03. Melhor seria uma sociedade sem leis.	☐	☐	☐	☐	☐
04. O Sr. Simões deve cumprir o que determina a lei.	☐	☐	☐	☐	☐
05. As ações devem ser julgadas a partir de princípios universais de justiça.	☐	☐	☐	☐	☐
06. Não é vantagem fazer prisões isoladas quando se trata de um homem caridoso.	☐	☐	☐	☐	☐
07. Só uma pessoa cruel e sem coração denunciaria o Sr. Simões.	☐	☐	☐	☐	☐
08. O correto seria que Dona Cida se comportasse com base no que dita a lei.	☐	☐	☐	☐	☐
09. Dona Cida deve pensar em sua amizade com o Sr. Simões.	☐	☐	☐	☐	☐
10. Um cidadão tem obrigação de entregar um criminoso foragido, não importando as circunstâncias.	☐	☐	☐	☐	☐
11. Decisões deste tipo devem ser tomadas considerando-se o bem comum.	☐	☐	☐	☐	☐
12. O descumprimento de uma lei deve estar subordinado aos interesses e necessidades sociais.	☐	☐	☐	☐	☐

Da lista de 12 questões, escolha as 4 mais importantes:

A 1ª questão mais importante:	
A 2ª questão mais importante:	
A 3ª questão mais importante:	
A 4ª questão mais importante:	

DIT - ESTÓRIA 2

O PROPRIETÁRIO DA OFICINA

Na região Sul dos Estados Unidos, havia um cidadão chamado Ben e que tinha uma oficina mecânica para automóveis. Ele precisava de um outro mecânico, mas os bons mecânicos não são fáceis de se achar. Havia só um homem que parecia ser um excelente mecânico, todavia era negro. Ben, pessoalmente, nada tinha contra negros, entretanto temia contratar aquele homem pelo fato de muitos fregueses não gostarem de negros. Esses fregueses poderiam procurar outra oficina se um negro estivesse trabalhando para Ben.

Quando então aquele candidato ao emprego veio saber se poderia ser contratado, Ben lhe respondeu que já havia contratado outra pessoa. Na realidade, Ben não tinha contratado ninguém, visto que não havia pessoa tão competente a não ser aquele homem negro.

Ben deveria contratar o negro?

SIM	☐
NÃO	☐
NÃO SEI	☐

GRAU DE IMPORTÂNCIA

Se você fosse Ben, qual o grau de importância que teria para você cada uma das questões que seguem, em vista de sua decisão acerca da contratação do negro?

	NENHUMA	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	MÁXIMA
01. O proprietário de uma firma tem o direito de tomar decisões relativas à sua firma.	☐	☐	☐	☐	☐
02. Existe uma lei que proíbe a discriminação racial na contratação do empregado.	☐	☐	☐	☐	☐
03. Mesmo que não tenha preconceitos, Ben deve considerar a opinião dos outros.	☐	☐	☐	☐	☐
04. Ben deve pensar no que é melhor para seus negócios.	☐	☐	☐	☐	☐
05. Os papéis na sociedade não devem ser preenchidos tendo como princípio básico a cor.	☐	☐	☐	☐	☐
06. O sistema capitalista, ganancioso e competitivo, deve ser completamente superado.	☐	☐	☐	☐	☐
07. Ben deve pensar se o preconceito racial traz benefícios para a sociedade como um todo.	☐	☐	☐	☐	☐
08. Não contratar negros competentes seria uma perda para a sociedade.	☐	☐	☐	☐	☐
09. Ben intui que recusar o emprego àquele negro pode atender aos interesses da sociedade.	☐	☐	☐	☐	☐
10. Ben não poderia ser tão duro de coração ao ponto de recusar emprego ao negro.	☐	☐	☐	☐	☐
11. Ben deve obedecer às leis de seu país.	☐	☐	☐	☐	☐
12. Ben, ajudando ao negro, será visto como um homem de caráter.	☐	☐	☐	☐	☐

Da lista de 12 questões, escolha as 4 mais importantes:

A 1ª questão mais importante:

A 2ª questão mais importante:

A 3ª questão mais importante:

A 4ª questão mais importante:

DIT - ESTÓRIA 3

O JORNALZINHO

Numa escola de 2º Grau, nos Estados Unidos, um rapaz chamado Fred queria publicar um jornalzinho para estudantes, no qual ele pudesse expressar muitas das suas opiniões. Ele queria opinar contra a Guerra do Vietnã e contra algumas das normas da escola.

Fred foi ao Diretor pedir sua permissão. O Diretor concedeu a permissão, desde que, antes de cada publicação, Fred lhe mostrasse todos os artigos para aprovação. Fred concordou e entregou ao diretor vários artigos para aprovação. O diretor aprovou a todos e Fred os publicou no jornalzinho. Mas o diretor não esperava que o jornalzinho recebesse tanta atenção. Os estudantes ficaram tão excitados pelo jornalzinho que já começaram a organizar protestos contra algumas das normas da escola. Alguns pais, enfurecidos, protestaram contra as opiniões de Fred e telefonaram ao Diretor dizendo-lhe que o jornalzinho era antipatriótico e que não deveria ser publicado. Como resultado de todo aquele tumulto, o Diretor mandou que Fred parasse com a publicação, explicando-lhe que as suas atividades estavam perturbando o bom andamento da escola.

O Diretor deveria parar o jornalzinho?

SIM	☐
NÃO	☐
NÃO SEI	☐

GRAU DE IMPORTÂNCIA

Se você fosse o Diretor, qual o grau de importância que teria para você cada uma das questões que seguem, em vista de sua decisão acerca do jornalzinho?

	NENHUMA	PEQUENA	MÉDIA	GRANDE	MÁXIMA
01. O Diretor deve se ater as normas gerais da escola.	☐	☐	☐	☐	☐
02. O Diretor deve verificar se o conteúdo do jornal fere o regulamento da escola.	☐	☐	☐	☐	☐
03. O Diretor deve pensar que os pais são quem mantêm, economicamente a escola.	☐	☐	☐	☐	☐
04. O Diretor tem o direito de dar ordens quando há violação de leis.	☐	☐	☐	☐	☐
05. O Diretor tem a liberdade para conversar com os pais dos alunos.	☐	☐	☐	☐	☐
06. O Diretor deveria pensar que, paralisando ao jornalzinho, impediria a livre discussão de assuntos importantes.	☐	☐	☐	☐	☐
07. O Diretor deve pensar que se parar o jornalzinho ficará mal visto pelos estudantes.	☐	☐	☐	☐	☐
08. O Diretor deveria pensar se Fred era um aluno querido pelos colegas.	☐	☐	☐	☐	☐
09. Suspender o jornal prejudica o pensamento crítico dos estudantes.	☐	☐	☐	☐	☐
10. O Diretor deve pensar no respeito aos direitos humanos ao tomar sua decisão.	☐	☐	☐	☐	☐
11. Cabe ao Diretor decidir o que é melhor para a escola.	☐	☐	☐	☐	☐
12. O Diretor deve pensar no conceito que goza a escola perante a comunidade.	☐	☐	☐	☐	☐

Da lista de 12 questões, escolha as 4 mais importantes:

A 1ª questão mais importante:

A 2ª questão mais importante:

A 3ª questão mais importante:

A 4ª questão mais importante:

EMRI

ESCALA MULTIDIMENSIONAL DE REATIVIDADE INTERPESSOAL

INSTRUÇÕES PARA RESPOSTA:

As seguintes afirmações questionam seus sentimentos e pensamentos em uma variedade de situações. Para cada item, indique **quanto você concorda ou discorda com a afirmação** escolhendo sua posição na escala abaixo (**1= discordo totalmente; 2= discordo parcialmente; 3= nem discordo e nem concordo; 4= concordo parcialmente; 5= concordo totalmente**).

Quando você tiver decidido sua resposta preencha o círculo ao lado da afirmação que corresponde ao número escolhido. Leia cada item com muito cuidado antes de responder. Responda o mais honestamente possível. Obrigado!

	1	2	3	4	5
01. Habitualmente me envolvo emocionalmente com filmes e/ou livros.	☐	☐	☐	☐	☐
02. Sou neutro quando vejo filmes.	☐	☐	☐	☐	☐
03. Incomodo-me com as coisas ruins que acontecem aos outros.	☐	☐	☐	☐	☐
04. Tento compreender o argumento dos outros.	☐	☐	☐	☐	☐
05. Sinto compaixão quando alguém é tratado injustamente.	☐	☐	☐	☐	☐
06. Quando vejo que se aproveitam de alguém, sinto necessidade de protegê-lo.	☐	☐	☐	☐	☐
07. Imagino como as pessoas se sentem quando eu as critico.	☐	☐	☐	☐	☐
08. Antes de tomar alguma decisão procuro avaliar todas as perspectivas.	☐	☐	☐	☐	☐
09. Tento compreender meus amigos imaginando como eles veem as coisas.	☐	☐	☐	☐	☐
10. Fico comovido com os problemas dos outros.	☐	☐	☐	☐	☐
11. Preocupo-me com as pessoas que não têm uma boa qualidade de vida.	☐	☐	☐	☐	☐
12. Descrevo-me como uma pessoa de "coração mole" (muito sensível).	☐	☐	☐	☐	☐
13. Costumo fantasiar com coisas que poderiam me acontecer.	☐	☐	☐	☐	☐
14. Perco o controle quando vejo alguém que esteja precisando de muita ajuda.	☐	☐	☐	☐	☐
15. Depois de ver uma peça de teatro ou um filme sinto-me envolvido com seus personagens.	☐	☐	☐	☐	☐
16. Costumo me emocionar com as coisas que vejo acontecer aos outros.	☐	☐	☐	☐	☐
17. Fico apreensivo em situações emergenciais.	☐	☐	☐	☐	☐
18. Quando vejo uma história interessante, imagino como me sentiria se ela estivesse acontecendo comigo.	☐	☐	☐	☐	☐
19. Tendo a perder o controle durante emergências.	☐	☐	☐	☐	☐
20. Coloco-me no lugar do outro se eu me preocupo com ele.	☐	☐	☐	☐	☐
21. Escuto os argumentos dos outros, mesmo estando convicto de minha opinião.	☐	☐	☐	☐	☐
22. Fico tenso em situações de fortes emoções.	☐	☐	☐	☐	☐
23. Sinto-me indefeso numa situação emotiva.	☐	☐	☐	☐	☐
24. Sinto emoções de um personagem de filme como se fossem minhas próprias emoções.	☐	☐	☐	☐	☐
25. Tenho facilidade de assumir a posição de um personagem de filme.	☐	☐	☐	☐	☐
26. Habitualmente fico nervoso quando vejo pessoas feridas.	☐	☐	☐	☐	☐

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

ATENÇÃO: Responda com a máxima sinceridade as questões que seguem. Elas não servirão para identificá-lo, mas apenas para explorar possíveis e importantes relações entre variáveis

Qual a sua idade?

Qual o seu estado civil?

- ☐ Casado(a)
☐ Divorciado(a)
☐ Em uma união estável
☐ Solteiro(a)
☐ Viúvo(a)

Possui filhos?

- ☐ Não
☐ Sim

Caso possua filhos, quantos filhos possui?

Qual a sua escolaridade?

- ☐ Ensino fundamental incompleto
☐ Ensino fundamental completo
☐ Ensino médio incompleto
☐ Ensino médio completo
☐ Ensino superior incompleto
☐ Ensino superior completo
☐ Pós-graduação *lato sensu* (especialização)
☐ Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado)

Qual a sua ocupação?

Caso seja estudante universitário, qual curso faz?

Qual a renda média da sua família? Os valores entre parênteses são para referência, considerando o atual valor do salário mínimo no Brasil.

- ☐ Até 2 salários mínimos (R\$ 1.874,00)
☐ De 2 a 4 salários mínimos (R\$ 1.874,01 a R\$ 3.748,00)
☐ De 4 a 10 salários mínimos (R\$ 3.748,01 a R\$ 9.370,00)
☐ De 10 a 20 salários mínimos (R\$ 9.370,01 a R\$ 18.740,00)
☐ Acima de 20 salários mínimos (R\$ 18.740,01)

Com qual gênero você mais se identifica?

- ☐ Feminino
☐ Masculino

Com relação à orientação sexual, você se considera:

- ☐ Bissexual
☐ Heterossexual
☐ Homossexual
☐ Outro

Você se considera religioso?

- ☐ Não
☐ Sim

Você possui alguma religião?

- ☐ Não
☐ Sim

Caso possua religião, qual a sua religião?

Com relação à identificação partidária, você se considera:

- ☐ De direita
☐ De esquerda
☐ Outro. Especifique: